

2

Posição Teórica

A linguagem é uma instituição política: aqueles hábeis em suas formas, capazes de usá-la para moldar e servir importantes objetivos pessoais e sociais, serão os ‘capacitados’: capazes, a saber, não de meramente participar efetivamente no mundo, mas capazes também de *agir nele*, no sentido de poderem lutar por mudanças sociais significativas (Frances Christie, 1989).

2.1

A linguagem na perspectiva da Lingüística Sistemico-Funcional

O funcionalismo lingüístico contemporâneo, desenvolvido por autores como Michael Halliday, Ruqaiya Hasan, Christian M.I.M. Matthiessen, Geoff Thompson, entre outros, denominado Lingüística Sistemico-funcional, é considerado uma perspectiva social da linguagem por enfatizar a importância do contexto na aprendizagem e no desenvolvimento lingüístico do indivíduo, no uso de sua linguagem, a qual é compreendida na relação com a estrutura social e, sobretudo, por interessar-se em como a linguagem é estruturada para o uso em diferentes contextos.

A linguagem é vista como uma semiótica social (Halliday, 1978, p.1-5), cuja definição é a de um sistema social ou cultural como um sistema de significados, que constrói nossa realidade, o que significa interpretar a linguagem dentro de um contexto sócio-cultural, no qual a cultura em si é interpretada em termos semióticos.

A palavra social indica o interesse nas relações entre a linguagem e a estrutura social, sendo esta um dos aspectos do sistema social, o que pretende sugerir uma

interpretação de que a linguagem é um fato social, embora não no sentido saussuriano do termo¹.

O termo ‘semiótica’

está enquadrado em uma taxonomia linear de ‘físico – biológico – social – semiótico’; e o termo ‘sistema’ é uma abreviação de ‘sistema & processo’ (Halliday & Matthiessen, 1999, p.507).

Halliday acrescenta ainda que

o caso mais geral de um sistema semiótico é a linguagem (no sentido prototípico desse termo: uma linguagem natural, falada por adultos e aprendida como língua materna). Isso envolve um meio físico, um organismo biológico como transmissor/receptor e uma ordem social interativa. Tal sistema constitui, como o expressamos, uma teoria geral da experiência: com ela, construímos nosso conhecimento de senso comum do mundo, a ‘realidade’ que reside ao nosso redor e dentro de nós (Halliday & Martin, 1993, p.16).

A linguagem cria relações entre participantes e pontos de vista; apresentações verbais de eventos, atividades; constrói relações de partes com o todo em seu próprio texto e entre si e seus contextos, pois o significado de qualquer texto ou evento discursivo depende de como o conectamos a algum texto ou evento.

As abordagens da LSF e da GSF mostram-se adequadas aos propósitos desta pesquisa, na medida em que o conceito de uso é crucial, a concepção de significado oracional favorece a identificação de relações semânticas realizadas pelo verbo ‘ser’ e a descrição funcional tem como base a unidade semântica textual e a unidade de significação oracional.

¹ A) Vale lembrar que para Ferdinand de Saussure, o significado de ‘língua como fato social’ refere-se à concepção de que o que é fato na língua (*langue*) está no campo social; o que é ato da fala ou discurso (*parole*) situa-se na esfera do individual. Saussure afirma que “a língua tem um lado individual e um lado social, sendo impossível conceber um sem o outro.” Para o autor, a linguagem é a faculdade natural de usar uma língua, “ao passo que a língua constitui algo adquirido e convencional” (*Curso*, p.17). Portanto, a língua é “o conjunto de hábitos lingüísticos que permitem a uma pessoa compreender e fazer-se compreender” (p. 92). Nesse sentido, Saussure acrescenta que a língua guarda toda a experiência acumulada pelo povo falante durante a sua existência. Para Saussure, a língua “é , ao mesmo tempo, um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos” (p. 17). Ela é “a parte social da linguagem, exterior ao indivíduo, que, por si só, não pode nem criá-la nem modificá-la; ela não existe senão em virtude de uma espécie de contrato estabelecido entre os membros da comunidade” (p.22).

B) Considero a linguagem como fato social pois sua existência fundamenta-se nas necessidades de comunicação. “A língua como um fato social” é uma citação saussureana. “Linguagem como semiótica social” é uma citação hallidiana (Halliday, 1978, p.1). Ambas têm em comum a visão de que a linguagem é um fenômeno social e, nesse sentido, pode-se dizer que uma contém a visão da outra.

As pesquisas desenvolvidas pelos lingüistas sistêmico-funcionais têm propiciado uma lingüística com caráter de ciência aplicada, centrada na indissociabilidade entre o significado e a forma lingüística, entre o léxico e a gramática, entre o contexto e o fraseado, apoiando-se sempre em dados lingüísticos reais.

Essas indissociabilidades estão relacionadas e refletidas na concepção de linguagem como redes de sistemas² de significados. Cada sistema oferece ao falante/escritor um elenco variado de significados. Esse potencial lingüístico (o sistema) é o meio no qual o falante realiza suas escolhas lingüísticas para estabelecer, desenvolver e manter as diversas relações sociais nas quais se envolve.

O enfoque aqui está sendo direcionado para a noção essencial de que a linguagem é o que o falante pode fazer no sentido lingüístico, ou seja, o que pode fazer é equivalente ao que pode significar, daí linguagem como um sistema de produção de significados, um sistema de ‘potencial de significados’ que residem nos padrões sistêmicos de escolhas, fornecendo aos falantes a possibilidade de construir a experiência, sendo esta tratada então como significado.

Um sistema é a categoria central para representar a organização paradigmática, isto é, “padrões em o que *poderia ser no lugar de*” (Halliday & Matthiessen, 2004, p.22). As opções são realizadas como constructos sintagmáticos ou estruturas (ordenação sintagmática na linguagem) que são “padrões ou regularidades, no que *ocorre com o que*” (Halliday & Matthiessen, 2004, p.22).

Uma rede de sistemas ordena parcialmente seus sistemas em termos de suas interdependências e consiste de uma coleção de paradigmas da forma: uma unidade lingüística do tipo A é um A de sub-tipo funcional X ou um A de sub-tipo funcional Y,..., ou um A de sub-tipo funcional Z. Esse tipo de organização enfatiza declarações de alternativas possíveis em formas de expressão relacionadas e, explicitamente, representa as escolhas disponíveis no ambiente daquelas escolhas que já foram realizadas.

² Vale a pena ressaltar que “o sistema é a forma de representação das relações paradigmáticas, a estrutura é a forma de representação das relações sintagmáticas” (Halliday, 1978, p.41).

Um sistema consiste de “(1) uma ‘condição de entrada’ (onde a escolha é feita); (2) o conjunto de opções possíveis, e (3) as ‘realizações’ (o que deve ser feito – isto é, quais são as conseqüências estruturais de cada uma das opções)” (Halliday, 1994, p.xxvi).

Por sistema, define-se um conjunto de opções de significado inter-relacionadas que formam uma rede de sistemas. Cada sistema dessa rede representa a realização de escolhas potenciais e paradigmáticas que o falante/escritor pode fazer em diferentes níveis para a criação de significados na interação.

Halliday (1985 [2002], p.262; Halliday & Matthiessen, 2004, p.22) define sistema como “qualquer conjunto de alternativas, juntamente com sua condição de entrada”, ou seja,

um conjunto de opções, um conjunto de possibilidades A, B ou C, juntamente com a condição de entrada. A condição de entrada estabelece o ambiente: no ambiente X, há uma escolha entre A, B e C. A escolha é obrigatória; se as condições existem, uma escolha deve ser feita. O ambiente é, de fato, uma outra escolha (Halliday, 1978, p. 41).

Em termos de realização, pode-se afirmar que a ordem na oração expressa significado e, assim sendo, devemos

investigar quais são as possibilidades de escolhas relevantes, tanto nos tipos de significados que desejamos expressar (ou funções que desejamos desempenhar) quanto nos tipos de fraseados que podemos usar para expressar esses significados; e combinar esses dois conjuntos de opções. Para identificar as escolhas de significado, temos de olhar para fora, para o contexto: o que, no tipo de sociedade em que vivemos, tipicamente necessitamos ou desejamos dizer? Quais são os fatores contextuais que fazem com que um conjunto de significados seja mais apropriado ou mais provável de ser expresso do que um outro? Mas, ao mesmo tempo, necessitamos identificar as opções lingüísticas (i.e. as possibilidades lexicais e estruturais que o sistema lingüístico oferece para o uso) e explorar os significados que cada opção expressa (Thompson, 2004, p.7-9).

Este é um pressuposto teórico fundamental desta teoria, o qual determina que é o uso que cada falante faz da linguagem que modela o sistema lingüístico. Assim, a descrição do sistema lingüístico deve procurar perceber, por um lado, como é que os falantes usam a linguagem para interagir e, por outro, como é que a linguagem está estruturada para o uso. O produto de uma seqüência de escolhas é um texto,

estruturado em fraseados (*wordings*)³ que codificam o significado da interação lingüística.

Essa compreensão de linguagem como sistema é diferente da noção de *langue* de Saussure. As pessoas, em geral, usam a linguagem para fazer uma variedade de coisas em contextos diferentes, realizando escolhas simultaneamente em cada um dos sistemas. As escolhas semânticas realizadas pelo falante/escritor são expressas pela gramática e pelo léxico e estão relacionadas com a função ou a necessidade social a ser desempenhada pela linguagem dentro de um determinado contexto. Portanto, a situação extra-lingüística é a que motiva as combinações das escolhas semânticas léxico-gramaticais (léxico e gramática)⁴ e fonológicas, as quais são expressas como estruturas lingüísticas.

A LSF lida então com contexto, significado e fraseado de uma forma unificada, modelando-os em redes de sistemas; descreve o uso da linguagem “como recurso para a construção de significado” (Halliday, 1994, p.xxvi), com referência ao contexto ou situação de uma interação (Halliday & Hasan, 1985, p.5-7); interessa-se “em como as estruturas lingüísticas expressam significado” (Halliday, 1994, p.xxvi); e apresenta a característica de ter sua organização em torno do conceito de escolhas realizadas nas redes de sistemas que são recursos organizados paradigmaticamente.

Isto significa que explicar algo “não consiste em determinar como está estruturado, mas em mostrar como está relacionado a outras coisas: seu padrão de relações sistêmicas” (Halliday & Matthiessen, 2004, p.31).

A importância do aspecto social reside na noção de que o contexto limita e define as escolhas e as operações lingüísticas (Halliday, 1994, p.xix). Portanto, a linguagem não é social na natureza porque é compartilhada por um grupo, mas porque é usada em contextos e usada para fazer coisas particulares nesses contextos.

Halliday reforça a necessidade de um olhar para o contexto no qual o texto é produzido durante a análise. Para ele, a questão importante é “*quais* fatores situacionais determinaram *quais* tipos de seleção no sistema lingüístico” (Halliday,

³ *Wording* é o resultado da léxico-gramática a ser realizado fonologicamente ou graficamente: a combinação de palavras (i.e. itens lexicais e gramaticais) e estrutura (Halliday & Matthiessen, 2004, p.7).

⁴ Léxico-gramatical – conceito hallidiano de que não se pode separar a realização em léxico e gramática, pois ambas são realizadas simultaneamente.

1978, p.32). Contexto aqui se refere ao Contexto de Situação e ao Contexto de Cultura, ambos entram no texto influenciando as palavras e estruturas que os usuários produzem em seus textos. Enquanto o primeiro está relacionado com as variáveis de registro⁵ (Campo, Tenor e Relações do discurso), o último é descrito em termos de gêneros.

Vista dessa forma, a noção de registro é ao mesmo tempo muito simples e muito poderosa e fornece meios de investigar as fundações lingüísticas das interações sociais a partir de um ângulo que é complementar aos anteriores. Dito de outra forma, é possível investigar a linguagem com relação à variação de seu uso de acordo com o tipo de situação. É nesse sentido que a LSF nos motiva a buscar quais as características da linguagem que são determinadas pelo Contexto Social e Cultural e a ligação delas com esses contextos.

É possível dizer então que o contexto, como ativador das escolhas semânticas que o falante faz, é o ambiente no qual o que o falante diz tem significado. É por essa razão que cada escolha lingüística adquire relevância quando comparada às outras opções potenciais que poderiam ter ocorrido, mas que foram preteridas. Martin & Rose (2006, p.29) apontam que as

relações-chave entre os elementos da linguagem são as relações de escolha – basicamente entre o que se diz e o que poderia ter sido dito se não se tivesse decidido por o que se realmente disse.

Os sistemas paradigmáticos definem as escolhas lingüísticas disponíveis para os usuários para o objetivo de atuar no contexto, sendo a possibilidade de escolha “a essência de uma orientação paradigmática para a descrição lingüística” (Hasan, 1996, p.107). Isto equivale a dizer que “uma implicação importante da visão funcional da linguagem é que contexto e linguagem são interdependentes” (Thompson, 1996, p.7-9).

⁵ O termo ‘registro’ é descrito por Halliday como “uma variedade relativa ao uso, no sentido de que cada falante tem uma gama de variedades e escolhe entre elas em momentos diferentes” ou ainda “a configuração de recursos semânticos que o membro de uma cultura tipicamente associa com um tipo de situação. É o potencial de significado que é acessível em um determinado contexto social” ou seja, o que você está falando (naquele momento) determinado por o que você está fazendo (natureza da atividade social em que está envolvido) (Halliday, 1978, p.35;p.111).

O significado não é simplesmente uma questão de como os signos estão relacionados uns com os outros paradigmaticamente em um sistema único que pode ser concebido fora do contexto no qual a linguagem é usada (*langue* de Saussure), mas do ponto de vista funcional, o significado é algo que as pessoas podem fazer e não algo que a linguagem tem.

Nesse sentido, uma análise lingüística inserida em um constructo sistêmico-funcional observa dois aspectos, a saber, o aspecto funcional, isto é, o que o falante está querendo dizer e significar e a opção formal estrutural escolhida para realizá-lo, ou seja, ‘o potencial e o atual’.

Essa teoria considera, portanto, que a linguagem é fruto do contexto, moldada por ele, tendo como resultado o fato de que toda a produção lingüística está atrelada às necessidades e funções sociais desempenhadas e todos os enunciados realizados são fruto da operacionalização de significados, regulados pelo contexto. Nas palavras de Halliday ([1970]2002, p.173),

a natureza da linguagem está intimamente relacionada com as demandas que fazemos a ela, as funções que ela tem de servir. Em termos mais concretos, essas funções são específicas de uma cultura...

Nesse sentido, interpretar a linguagem em um contexto é também interpretar a cultura, porque

usamos a linguagem para fazer sentido de nossa experiência e para pôr em prática nossas interações com outras pessoas. Isto significa que a léxico-gramática (ou gramática apenas) tem de interfacear com o que está fora da linguagem, ou seja, com os acontecimentos e condições do mundo e com os processos sociais em que nos engajamos. Ao mesmo tempo, a gramática tem de organizar a construção da experiência e a atuação nos processos sociais de forma que possam ser transformados em fraseados (Halliday & Matthiessen, 2004, p.24).

A construção da realidade à qual Halliday refere-se está relacionada à idéia de que

não só usamos a linguagem para moldar a realidade, mas a usamos também para defender essa realidade, contra qualquer um cujos valores diferentes possam ameaçar os nossos. Mas, se a linguagem pode ser usada para defender uma realidade, então, [...] ela pode ser usada para examinar essa mesma realidade criada por ela (Hasan, 1996, p.34).

O que se tenciona aqui é mostrar que não se pode realizar uma análise lingüística sem, além de levar em conta a relação da semântica com a léxico-

gramática, reconhecer também as relações que o contexto estabelece com ambas. Para Hasan,

o contexto está envolvido como o ativador das escolhas semânticas de um falante; a léxico-gramática entra como o recurso para a construção dessas escolhas semânticas..... [...] os contextos – os aspectos relevantes da situação extra-lingüística – são desconhecidos sem a referência ao significado: são as escolhas semânticas que constroem grande parte do contexto para o ouvinte; (Hasan, 1996, p.106).

Isso significa que as habilidades e as estratégias comunicativas são abordadas e analisadas tendo como pano de fundo o contexto sócio-cultural em que ocorrem. Vale ressaltar que a LSF trata “a linguagem e o contexto social como abstrações complementares, relacionadas pelo importante conceito de realização” (Halliday, [1992]2002, p.352-68; Halliday & Matthiessen, 2004, p.24; Halliday & Martin, 1993, p.23; Hasan, 1995;1996, p.105-110), porque entende que a construção da realidade é inseparável da construção do sistema semântico lingüístico no qual a realidade está codificada, uma vez que o “nosso ambiente é moldado pela cultura e as condições nas quais aprendemos a linguagem são, de forma geral, culturalmente determinadas” (Halliday, 1978, p.1-3;p. 23).

Vista dessa forma, a realidade é um constructo social, pois ao ser construída através de uma troca de significados na interação, torna os significados constitutivos da realidade. No entanto, a construção da realidade depende de que a percepção, o foco individual e o ponto de vista dos participantes estejam definidos por códigos semióticos, um sistema de convenções, compartilhado entre os indivíduos,

os quais podem ser vistos como seres moldados pela soma de suas próprias interações e, sobretudo, pela natureza dos códigos semióticos prevalecentes na sua comunidade. O conjunto total dos códigos semióticos em uma comunidade servem para definir a natureza do ‘mundo’ para seus membros (Hasan, 1996, p.38).

Nesse sentido, a linguagem é vista como uma parte natural do processo de viver e, portanto, também usada para armazenar a experiência construída no curso desse processo, tanto pessoal quanto coletivo. A linguagem é, entre outras coisas, um meio para representar o conhecimento, um recurso sistemático para construir significado em contexto, um meio de representação do mundo percebido ou imaginado, pois

[...] não há nenhuma ordem para a experiência diferente da ordem dada pela linguagem. Na realidade, poderíamos definir experiência em termos lingüísticos:

experiência é a realidade que construímos para nós mesmos por meio da linguagem (grifo do autor) (Halliday & Matthiessen, 1999, p.1-3).

De acordo com o exposto, há uma reciprocidade indivíduo-meio social, na qual a linguagem desempenha um papel central no desenvolvimento do homem, pois ela é o meio através do qual os padrões de vida são transmitidos, através do qual o homem aprende a agir como um membro de seu grupo, adotando os modos de pensamento e ação, as crenças e valores do grupo, estando, dessa forma, relacionada com o aspecto social da experiência humana (Halliday, 1978, p.10-14). Então, ao produzir um discurso, o falante se apropria da linguagem,

instituindo-se como EU e constituindo, ao mesmo tempo, como interlocutor, o outro, que é por sua vez constitutivo do próprio EU, por meio do jogo de representações e de imagens recíprocas que entre eles se estabelecem (Kock, 2004, p.19).

Nesse sentido também, pode-se dizer que “a linguagem exige e pressupõe o outro” (Benveniste, [1974]1989, p.93). Isto porque o outro (o interlocutor) desempenha um papel fundamental na constituição do significado, pois não é um elemento passivo nessa constituição, uma vez que ao usarmos a linguagem para fazer sentido de nossa experiência e interagir com os outros, construímos nossa realidade (Halliday & Matthiessen, 2004, p.24).

Seguindo essa linha de pensamento, estamos à mercê da linguagem, uma vez que ao interagir linguisticamente, atuamos no outro, permitindo que o outro também atue em nós. Dessa forma, podemos afirmar que a natureza do indivíduo é forjada no social, pois os sujeitos são constituídos pelos discursos que estão ligados às estruturas sociais, uma vez que “o falar sobre nossas experiências (e a forma como ouvimos outras pessoas falarem sobre elas) influencia a forma como as vemos;” (Thompson, 2004, p.10).

Ao optar por um determinado fraseado, o falante está construindo “experiência como um recurso, como um potencial para a compreensão, representação e atuação na realidade” (Halliday & Matthiessen, 1999, p.1). Essa experiência não deve ser tratada como conhecimento, mas como significado que é construído na linguagem.

É nessa perspectiva que é possível dizer que a compreensão de um enunciado depende não só do dito, mas da situação do discurso, das práticas, hábitos e valores de um determinado contexto cultural e social, pois “*Toda a linguagem funciona em contextos de situação e está relacionada a esses contextos*” (Halliday, 1978, p. 32) e, portanto,

se conhecemos a situação, o contexto social de uso lingüístico, podemos pré-dizer uma grande parte sobre a linguagem que ocorrerá, com razoável probabilidade de estarmos certos (Halliday, 1978, p.32).

Por permear a vida social e desempenhar um papel central na formação sócio-política e nos sistemas ideológicos (Halliday & Martin, 1993, p.22; Hasan, 1996, p.133), a linguagem traz consigo o elemento ideológico, visto tratar-se de uma marca que regula as relações de linguagem e da própria vida social, que é repleta de jogos de poder, estratégias de controle etc.

A ideologia se encontra nas ações diárias, verbais e não-verbais e conduz aos princípios essenciais que governam a estrutura social na qual está inserida e para a qual fornece suporte. Para Hasan (1996, p.104-105),

se a ideologia tem algo a ver com a linguagem – e hoje o consenso parece ser o de que o sistema de signos lingüísticos é totalmente ideológico – então, é certo que a natureza do significado lingüístico – isto é a semântica – desempenha um papel importante para que essa relação exista.

Martin, em seu livro ainda a ser publicado *Genre Relations – Mapping culture*, afirma que a ideologia regula as categorias de gênero, etnia, classe etc. para condicionar de forma distinta nosso acesso ao poder e ao controle, uma vez que “a ideologia é entendida [no modelo de discurso em contexto social], em termos mais gerais, como relações que permeiam todo o nível da semiose; não há significado fora do poder” (Martin, rascunho datado de 24/02/2006).

Com relação à linguagem e à ideologia, o autor acrescenta ainda que

a ideologia está presente no conjunto total da linguagem no contexto social, diferenciando os sujeitos sociais em hierarquias de poder, controle, posição social, autoridade e importância (Martin, 2006).

Isto significa que para ser cúmplice na criação e manutenção das ideologias, o sistema da linguagem

deve, por um lado, ter algum recurso para construir significados, e, por outro, os significados construídos pela linguagem devem referir-se a uma realidade extra-lingüística que pode ser contestada em alguma medida (Hasan, 1996, p.105).

A partir dessa visão, a linguagem e a sociedade apresentam a mesma necessidade: a da interação; “a sociedade é dada com a linguagem” e “a linguagem é dada com a sociedade”, uma implicando a outra (Benveniste, [1974]1989, p.93). Isto porque a linguagem como fato e produto do processo social expressa e “*simboliza ativamente* [grifo do autor] o sistema social” (Halliday, 1978, p.3), porque

é através dos atos de significado que as pessoas apresentam a estrutura social, afirmando suas próprias posições e papéis e estabelecendo e transmitindo os sistemas compartilhados de valor e de conhecimento (Halliday, 1978, p.2),

numa dialética natural entre o sistema social e a linguagem.

Da mesma forma pensa Lemke (1998, p.5) ao afirmar que

a linguagem, seja falada ou escrita, é explícita ou implicitamente dialógica; ou seja, ela é dirigida a alguém, e o faz e ao seu próprio conteúdo temático, a partir de um ponto de vista. Ela realiza um trabalho retórico e social, produzindo relações-papéis entre autor-falante e leitor-ouvinte com graus de formalidade e intimidade, autoridade e poder, direitos e obrigações discursivas. Ela cria um mundo de orientações de valores, definindo o que é verdadeiro ou provável, bom ou desejável, importante ou obrigatório.

Van Dijk ([1997]2000, p.2) acrescenta que ao usar a linguagem na interação, os falantes realizam “atos sociais”, os quais estão, por sua vez, incrustados nos diversos contextos sociais e cultural. Logo, os “modos de falar” são sócio-semânticos, são padrões de significado que emergem em contextos particulares. É possível dizer, portanto, que as formas de relação social e os sistemas de papéis em torno do indivíduo têm seus efeitos no tipo de escolhas de significados que serão destacados e ressaltados nos diferentes tipos de situação, uma vez que para Halliday (1978, p.21), “a cultura molda nossos padrões de comportamento e uma grande parte de nosso comportamento é mediado pela linguagem”.

Ainda nas palavras de Halliday & Matthiessen (1999, p.602-603),

a linguagem é capaz de criar significado porque ela está relacionada ao nosso ser material (nós mesmos e nosso ambiente) de três formas distintas e complementares. Em primeiro lugar, ela é uma *parte do* mundo material: os processos da linguagem ocorrem no espaço e tempo fisiológico e físico (incluindo neural). Em segundo lugar, ela é uma *teoria sobre* o mundo material: a linguagem molda o ambiente espaço-

tempo, incluindo ela mesma, em um modo teórico ‘rico’: isto é, tanto construindo-o (nossa **base ideacional**), quanto atuando nele (nossa **base interacional**). Em terceiro lugar, ela é uma *metáfora para* o mundo material: a forma que a linguagem em si é organizada, como um sistema estratificado e metafuncional, recapitula – representa, assim dizendo – *tanto* a construção desse ambiente em sistemas & processos (nossas metafunções) naturais (físicos-biológicos), sociais e semióticos, quanto as contradições internas, complementariedades e padrões, através dos quais todos esses sistemas & processos são caracterizados (nossa **estratificação**) (grifo dos autores).⁶

Pode-se inferir da afirmação de Halliday e da contribuição de van Dijk mencionadas acima que, em algum sentido, o discurso (ou texto) internaliza o que ocorre em outros momentos das práticas sociais e as “práticas são parcialmente discursivas (falar, escrever etc. é uma forma de ação)” (Chouliaraki & Fairclough, 1999, p.37).

Ao dizer que a linguagem é ação, coloca-se o uso da linguagem como a realização de atos que deverão estar em conformidade com as regras, convenções e práticas sociais, pois dessa conformidade depende o sucesso da interação. Isso quer dizer que a linguagem é interpretada como um ‘recurso’ para alcançar um fim (Halliday, [1970]2002, p.174).

Nesse sentido, o discurso pode ser entendido como os elementos semióticos das práticas sociais, pois os usuários da linguagem falam como membros das categorias, grupos e organizações, comunidades, sociedades ou culturas. Para van Dijk (2000, p.5),

a noção de *prática social* [grifo do autor], em geral, implica uma dimensão social mais ampla do discurso do que os diversos atos realizados pelos usuários da linguagem em interação interpessoal.

É possível dizer então que a linguagem é um potencial de significados compartilhados, isto é, que as convenções e práticas lingüísticas que regulam os contextos de usos da linguagem são estabelecidos pela sociedade. É porque há essas convenções e práticas lingüísticas e porque elas estão relacionadas a valores e interesses, que é possível verificar a possibilidade e o sucesso da interação.

Como é através das operações lingüísticas que se dá a organização mental, pode-se afirmar também que o pensamento é determinado pelo social. Logo, na perspectiva sistêmico-funcional, a linguagem é um ‘potencial de comportamento’ em

⁶ Os conceitos de metafunção – ideacional, interpessoal e textual – assim como o de estratificação serão definidos com mais detalhes nas seções a seguir.

um ‘potencial de significado’, isto é, a linguagem é o meio de expressar o que o indivíduo ‘pode fazer’ na interação com outros indivíduos através da transformação no que ele ‘pode significar’, o que é, por sua vez, codificado no que ele ‘pode dizer’ (Halliday, 1978, p.21-28).

Para Halliday (1985, p.4), o termo ‘social’ sugere duas coisas simultâneas:

uma é ‘social’ usada no sentido do sistema social, o qual tomo como sinônimo de cultura. Dessa forma, quando digo ‘semiótica-social’, simplesmente refiro-me à definição de um sistema social, ou uma cultura, como um sistema de significados. Mas também quero dizer uma interpretação mais específica do mundo ‘social’ para indicar que estamos interessados particularmente nas relações entre linguagem e estrutura social, considerando a estrutura social como um aspecto do sistema social.

Resumindo, a linguagem não existe fora dos sujeitos que a falam e fora dos eventos discursivos nos quais intervêm e nos quais constituem seus conhecimentos e saberes do mundo. O contexto de situação (ambiente imediato) e o contexto de cultura (referência mais ampla) são determinantes para a compreensão do que é dito pelos interlocutores (Halliday, 1985, p.46-7), pois “[...] a linguagem é vista como a fundação da experiência humana e o significado como o modo essencial de ordem mais alta de consciência humana” (Halliday & Matthiessen, 1999, p.3).

Segundo os autores, o significado pode ser pensado como um tipo de valor social, como foi considerado por Saussure, mas valor em um sentido significativamente diferente, pois o significado só pode ser construído simbolicamente, uma vez que essa “consciência de ordem mais alta é constituída *sócio-semioticamente*” (Halliday & Matthiessen, 1999, p.609).

Em outras palavras, a significação não se baseia numa relação entre símbolos e dados de um mundo real de vida independente, mas no fato de que as palavras e as orações constroem seus significados no contexto, o que implica a noção de que os conceitos decorrem de padrões criados culturalmente. Os sistemas semióticos são sistemas sociais onde o valor foi transformado em significado (Halliday & Matthiessen, 1999, p.509).

Os significados são construídos e reconstruídos dentro das diversas situações de discurso e podem levar a mudanças significativas, sendo atualizados nas novas situações discursivas (Arrojo, 1992). Essa troca é um processo criativo no qual a linguagem é um dos recursos simbólicos. Posto dessa forma, “não há significados

esperando para serem decodificados;” (Halliday, 1994, p.xii; Halliday & Matthiessen, 2004, p.23), ou seja, os significados não são prévios, mas elaborados no interior das relações sociais e cognitivas, dos sistemas semióticos sociais, dos quais a linguagem é um deles.

2.1.1

A estratificação da linguagem

Para a LSF, a linguagem é um “complexo sistema semiótico que possui vários níveis ou estratos” (Halliday & Matthiessen, 2004, p.24). Este é um ponto importante que torna o modelo sistêmico-funcional um arcabouço teórico-metodológico potencial para a análise lingüística, pois concebe a linguagem organizada em diferentes níveis – estratos –, os quais vão desde um estrato mais abstrato – a ideologia – até o nível concreto da expressão (fonético).

O sistema da linguagem se apresenta organizado em três estratos diferenciados pela ordem de abstração, nos níveis Fonológico, Léxico-gramatical e Semântico. Embora não se conecte diretamente com o social, a léxico-gramática é historicamente moldada através de processos de semogêneses⁷ – a produção e mudança histórica da semiótica – os quais abrem o sistema da linguagem para a modelagem social (Halliday & Matthiessen, 1999, p.17-22; Tench, 2003, p.209-234).

Cada nível é uma rede de opções inter-relacionadas em som, fraseado e significado, os quais são realizados como estruturas. Esses três estratos relacionam-se por meio da *realização*,

a semântica, ou o sistema de significado, é realizado pela realização da léxico-gramática, ou o sistema de fraseado (isto é, as estruturas gramaticais e os itens lexicais); e a léxico-gramática é realizada pela realização da fonologia, ou o sistema de som (Halliday & Matthiessen, 2004, p.4-5),

⁷ Semogêneses é o termo que Halliday & Matthiessen (1999, p.17) criaram para referirem-se à criação de significado. Os autores sugerem que há, pelo menos, três dimensões ou períodos para tal processo. A primeira é a dimensão filogenética que refere-se à evolução na linguagem e nas línguas individualmente. A segunda é a dimensão ontogenética que refere-se ao desenvolvimento lingüístico individual, isto é, refere-se ao aumento do repertório ou armazenamento individual. A terceira é a dimensão logogenética que refere-se ao desenvolvimento do significado no discurso. Esses são os três processos pelos quais os significados estão continuamente sendo criados, transmitidos, recriados, ampliados e mudados.

sendo que a léxico-gramática e a semântica, constituindo o plano do conteúdo, permitem que o potencial de significados da linguagem seja expandido indefinidamente.

O conceito de *realização* refere-se à relação entre os diferentes tipos de fenômenos abstratos. Na LSF, a especificidade da semiótica e da relação entre a semiótica e o social são discutidas em termos do princípio da ‘realização’. A relação entre camadas é uma relação de ‘realização’, ou seja, cada camada define um potencial, um conjunto de possibilidades – um potencial de significado (semântica), um potencial de fraseado (léxico-gramática), um potencial de expressão. O potencial de significado é realizado não só no potencial de fraseado, mas na realização do potencial de fraseado no potencial de expressão (Halliday & Matthiessen, 1999).

O termo ‘realização’ refere-se, portanto, a “uma relação de um tipo muito diferente, [...], onde os dois só podem existir e permanecer existindo, simultaneamente” (Halliday & Martin, 1993, p.17). Isto significa que um sistema resulta ou redundando em outro. Trata-se, portanto, de uma determinação mútua, uma relação dialética.

A realização envolve também uma perspectiva dupla de *construção* e *ativação*: opções semânticas *constroem* opções contextuais e estas são, elas mesmas, construídas pelas opções léxico-gramaticais. Ao mesmo tempo, as opções semânticas são *ativadas* pelas contextuais; e, por sua vez, elas mesmas ativam as opções léxico-gramaticais (Hasan, 1996, p.110).

Trata-se de um relacionamento intra-estratos,

relação de um *stratum* com outros *strata* (em qualquer sistema estratificado, com linguagem como prototípica); quando mudamos a atenção do semântico ‘para cima’ – para o contexto – ou ‘para baixo’ – para a léxico-gramática e a fonologia/grafologia, estamos nos movendo na realização (Halliday & Matthiessen, 1999, p.327).

Por exemplo, a linguagem – um sistema semiótico – é a realização de um outro sistema semiótico mais abstrato – contexto social –, ou ainda, a cultura é mais abstrata do que um texto, os significados que compõem um texto são, por sua vez, mais abstratos do que os fraseados que os expressam.

Podemos dizer então que a realização é um tipo de re-codificação ou simbolização, pois há uma mútua determinação, o que significa que “um sistema

redunda em outro; a linguagem constrói, é construída por e reconstrói e é reconstruída pelo contexto social” (Halliday & Martin, 1993, p.24).

A *realização* também é interpretada como uma cadeia de meta-redundância – uma redundância em um nível é redundante em parte de uma redundância em um outro nível, o qual é, por sua vez, redundante em parte de uma redundância em um outro nível e assim por diante. Na LSF, o termo *realização* também refere-se à instanciação de sistema em processo (Halliday & Martin, 1993, p.42).

Os dois tipos de *realização* (instanciação e meta-redundância) são importantes para a promoção do “diálogo entre o modelo sistêmico de texto e contexto” (Halliday & Martin, 1993, p.45). Os autores ressaltam ainda que “a instanciação relaciona automaticamente processo a sistema, e por conseguinte, mais ou menos diretamente a todos os outros textos que têm ou poderiam ter sido instanciados por aquele sistema”.

Por meio do conceito de meta-redundância, os textos são relacionados “não só aos sistemas que diretamente instanciam, mas a todos os outros sistemas no modelo também” (Halliday & Martin, 1993, p.46). Para os autores, o tipo de teoria modular processo/sistema do tipo da LSF é uma teoria que torna “explícitos os graus de proximidade intertextual, permitindo declarações precisas de exatamente como os textos estão relacionados diretamente” (Halliday & Martin, 1993, p.46).

Dessa forma, a experiência é construída duas vezes no plano de conteúdo, uma semanticamente e outra léxico-gramaticalmente.

2.1.2

A linguagem que é funcional

O título desta seção representa a definição de texto para Halliday (1978, p.10), ou seja, significa “linguagem que está executando alguma tarefa em algum contexto, oposto a palavras ou orações isoladas.[...] Portanto, qualquer exemplo de linguagem que está representando alguma parte no contexto de situação, chamamos de texto”.

É “linguagem que é funcional...” (Halliday & Hasan, 1978, p.122;140-1;1985, p.5; Halliday & Matthiessen, 2004, p.4) e, como tal, deve ser considerada a partir de duas perspectivas ao mesmo tempo, como um produto, que pode ser estudado, e

como um processo, no sentido de “um processo contínuo de escolhas semânticas, um movimento pela rede de potencial de significados, com cada conjunto de escolhas constituindo o ambiente para o conjunto a seguir” (Halliday & Hasan, 1985, p.10).

No processo contínuo de escolhas semânticas, há uma relação de troca de significados constante entre o texto e seu ambiente, resultando então em uma ação social porque os significados são criados e trocados no social, o que constitui o texto como “forma lingüística de interação social” (Halliday, 1978, p.122), cuja função é a da sociabilização, isto é, a de conhecer uns aos outros, manter as relações sociais. Por conseguinte, o texto também é, freqüentemente, um local de contestação, onde os participantes se esforçam para impor seus modos de interpretação nos outros ou para negociar os significados.

Essa ‘troca espontânea de significados’ é onde se dá a construção da realidade, por meio da qual “a cultura é transmitida aos indivíduos ou recriada por eles” (Halliday, 1978, p.140). Como Halliday explica:

em sua significação mais geral, um texto é um evento sociológico, um encontro semiótico através do qual os significados que constituem o sistema social são trocados. O indivíduo é, devido a sua associação, um ‘significador’, aquele que significa. Por seus atos de significar, e pelos de outros indivíduos, a realidade social é criada, mantida em boa ordem e continuamente moldada e modificada (Halliday, 1978, p.139).

Nesse sentido, o texto, como produto do seu ambiente e funções nesse ambiente, é um processo social que necessita ser analisado como manifestações da cultura que em grande parte constrói, pois os textos são influenciados não só pela visão de mundo de seus autores, como também por suas ideologias e por fatores no contexto de situação.

O texto é então um processo de instanciação das escolhas léxico-gramaticais de acordo com as funções que a linguagem desenvolve para estar a serviço das necessidades sócio-culturais de comunicação humana, em um determinado contexto de situação – canal para as mudanças socialmente orientadas no sistema lingüístico – sendo uma forma de troca de significados, escrita ou oral (Halliday & Hasan, 1985, p.11). O texto é “o que se quer significar, selecionado em um conjunto de opções que constituem o que pode ser significado” (Halliday, 1978, p.109).

Por instanciação, entende-se uma dimensão abstrata que se refere “ao movimento do potencial semântico no sistema geral para as instâncias desse potencial em um texto particular” (Halliday & Matthiessen, 1999, p.14). Trata-se de um processo de movimento contínuo de significação entre diferentes estratos do sistema, ou seja, “a relação entre sistema (o potencial) e instância” (Halliday & Matthiessen, 1999, p.327). Instância entendida como “um conjunto de características (tipos semânticos) selecionadas, com especificações realizacionais associadas – um padrão instancial sobre o potencial semântico” (Halliday & Matthiessen, 1999, p.45).

A partir da visão de que o texto é interação, “uma instância de significado social em um contexto particular de situação” (Halliday & Hasan, 1985, p.11), é possível realizar uma análise e descrição das instancicações do verbo ‘ser’, nas quais se ultrapassem as palavras e as estruturas e se interpretem os objetivos sociais nelas realizados como um evento ativo, pois a LSF estuda textos como comportamento comunicativo, como produção de significado no contexto de uma cultura, na qual toda a interação social ocorre.

Nessa perspectiva, o texto inclui o contexto no qual se desenvolve por meio de “uma relação sistemática entre o ambiente social por um lado, e a organização funcional da linguagem por outro”. Ambos, o texto e o contexto, são, portanto, ‘modos de significado’ (Halliday & Hasan, 1985, p.10-11). Sendo a relação entre o texto e o contexto uma relação de inclusão, na qual “os participantes em uma cultura fazem uso dessa relação de proximidade [...] como uma base para suas interações” (Halliday & Hasan, 1985, p.36), isto é, em virtude dessa relação, os falantes podem fazer inferências sobre os tipos de significados que serão trocados.

Halliday, no sub-título de seu livro *Language, context, and text: aspects of language in a social-semiotic perspective* [Linguagem, contexto e texto: aspectos da linguagem em uma perspectiva semiótica-social] (1985, p.5), justifica o estudo da linguagem em contextos afirmando que

[...] a forma para compreender a linguagem reside no estudo de textos. Os termos, CONTEXTO e TEXTO, colocados lado a lado dessa forma, servem como um lembrete de que esses são aspectos do mesmo processo. Há texto e há outro texto que o acompanha: texto que está ‘com’, denominado com-texto. Essa noção do que é ‘com texto’, no entanto, vai além do que é dito e escrito: ela inclui outros acontecimentos não-verbais – o ambiente total no qual um texto se desenvolve.

Portanto, ele serve para fazer uma ponte entre o texto e a situação na qual os textos ocorrem na realidade.

Na LSF, o texto é visto como um evento sociológico, que por sua vez é determinado por outros fatores tais como: o Contexto de cultura, o Contexto de situação, a estrutura social, os códigos, os sistemas léxicos e semânticos, os quais constituem uma rede de escolhas de significados. É dessa forma que o texto reflete a “persistência e a mudança no sistema social” (Halliday, 1978, p.133-135), insere-se no contexto situacional resultando no produto do ambiente e funcionando nesse ambiente onde a linguagem expressa e simboliza em seu sistema semântico a realidade social.

Vista como potencial semiótico, potencial de significados compartilhados, a descrição da linguagem deve ser uma descrição das escolhas que os usuários fazem em um determinado cenário para construir um determinado significado. As estruturas linguísticas são consideradas ‘naturais’ porque expressam os significados exigidos por um determinado contexto e as escolhas disponíveis dependem dos aspectos nos quais a linguagem está sendo usada. As diferentes redes codificam diferentes espécies de significado que se ligam às diferentes funções da linguagem. O significado é a função da linguagem.

A partir dessa visão, passo a considerar a linguagem como interação social que “toma tipicamente a forma linguística” (Halliday, 1978, p.125) de texto que, por sua vez, torna-se os “dados usados para as análises linguísticas” (Halliday & Matthiessen, 2004, p.33), ou seja, a forma para a compreensão e análise linguística, nesta tese, reside no estudo de textos e contextos e, neste arcabouço teórico-metodológico, a descrição linguística está baseada na teoria de significado como escolha, “através da qual a linguagem, ou qualquer outro sistema semiótico, é interpretado como redes de opções entrosadas: ou isto ou aquilo, ou o outro, ou mais como este ou mais como aquele, assim por diante” (Halliday, 1994, p.xiv).

Contexto para o autor significa o ambiente total no qual o texto se desenvolve, precedendo “os textos. A situação é anterior ao discurso que se relaciona a ela” (Halliday & Hasan, 1985, p.5).

Em *Text semantics and clause grammar: How is a text like a clause?* [Semântica do texto e gramática da oração: de que forma um texto é semelhante a uma oração?] ([1981]2002, p.219-60), Halliday argumenta sobre a natureza do texto e da oração. Para o autor, o primeiro é definido como um elemento funcional mais abstrato, ou seja, de caráter semântico, estando relacionado às variações do Contexto de situação: Campo, Relações e Modo; o segundo é definido como estrutura léxico-gramatical. Halliday faz uma comparação entre os dois conceitos mostrando que o texto, mesmo estando em um nível diferente (estrato), possui muitos elementos em comum com a oração. Isto significa que ambos possuem propriedades semelhantes como estrutura, função e desenvolvimento.

2.2

O contexto sócio-lingüístico – Contexto de Cultura e Contexto de Situação

Segundo Halliday (1978, p.109; Butt et Allii, 1997, p.11), a linguagem está incrustada em dois contextos. Um é o Contexto de Cultura, definido como um sistema semiótico, realizado pela linguagem, o qual tanto cria quanto é criado por ela. O outro, o Contexto de Situação.

A idéia de Contexto de Cultura e Contexto de Situação, defendida por Halliday, originou-se nas pesquisas desenvolvidas pelo antropólogo Bronislaw Malinowski (1923-1935) com os habitantes primitivos de um grupo de ilhas no Pacífico Sul. Malinowski necessitava de um termo que expressasse o ambiente total, incluindo o ambiente verbal, pois era necessário fornecer informações a respeito do que estava acontecendo no momento e sobre o antecedente cultural, porque envolvido em qualquer tipo de interação lingüística, em qualquer tipo de troca de conversação, estavam os sinais e sons imediatos que circundavam o evento e a história cultural por trás dos participantes. A cultura é importante para a compreensão da história que subjaz aos eventos discursivos e, vista dessa forma, refere-se aos valores e normas de uma comunidade.

O estudo da linguagem como uma expressão do comportamento social em contextos culturais foi originalmente sugerido por Malinowski (1960, p.5):

a cultura, como o mais amplo contexto de comportamento humano, é tão importante para o psicólogo como para o estudante de Ciências Sociais, tão importante para o historiador como para o lingüista. Acredito que a lingüística do futuro, especialmente no tocante à ciência do significado, tornar-se-á o estudo da linguagem no contexto da cultura.

Por cultura, o autor entende “o todo global consistente de implementos e bens de consumo, de cartas constitucionais para os vários agrupamentos sociais, de idéias e ofícios humanos, de crenças e costumes” (Malinowski, 1960, p. 36),

um amálgama global de instituições em parte autônomas, em parte coordenadas. Ela integra-se numa série de princípios tais como a comunhão de sangue por meio da procriação; a contigüidade em espaço relacionada com a cooperação; a especialização em atividades; e, [...] o uso do poder na organização política. Cada cultura deve sua integridade e sua auto-suficiência ao fato de que satisfaz toda a gama de necessidades básicas, instrumentais e integrativas (Malinowski, 1960, p.40).

A idéia é a de que os seres humanos organizam-se em grupos permanentes que se relacionam por alguma lei, acordo ou costume e que cooperam por meio da obediência às regras sociais, considerações de hábitos, assim como aos costumes legais, religiosos e morais que formam seu comportamento.

Ao mencionar o fato de que a cultura mantém-se íntegra e auto-suficiente ao satisfazer suas necessidades básicas, instrumentais e integrativas, Malinowski desenvolve a noção de função, estabelecendo que ela sempre significará a satisfação de uma necessidade, “seja ela um simples ato de comer até a ação de comungar que está relacionada a todo um sistema de crenças determinadas por uma necessidade cultural de unificação com o Deus vivo” (Malinowski, 1960, p. 159).

Essa noção de função como satisfação de uma necessidade é identificada na concepção de Halliday ([1970]2002, p.173) de que “a natureza da linguagem está intimamente relacionada às demandas que fazemos a ela, as funções que ela tem de servir” (Halliday, [1970]2002, p.173). Portanto, se função é necessidade e ambas culturais e, se a linguagem para satisfazer as diferentes necessidades tem de servir a determinadas funções, a linguagem é funcional e é daí que é possível constatar a inter-relação entre cultura e linguagem.

Logo, a concepção de cultura como portadora de crenças, ideais e ideologias, visão de mundo e valores que são construídos na linguagem revela que as funções da linguagem são específicas da cultura. Daí serem a linguagem e a cultura inseparáveis, uma está imbricada na outra.

A palavra função para Halliday (1985, p.15) é sinônimo de uso e as funções da linguagem são as formas como as pessoas usam a linguagem para fazer coisas, para atingir objetivos, enfim para a satisfação de alguma necessidade, conceito este, como vimos acima, elaborado por Malinowski. Esse conceito é tão importante para Halliday que ele chega a declarar que a “função será interpretada como uma propriedade fundamental da linguagem” (Halliday, 1985, p.17).

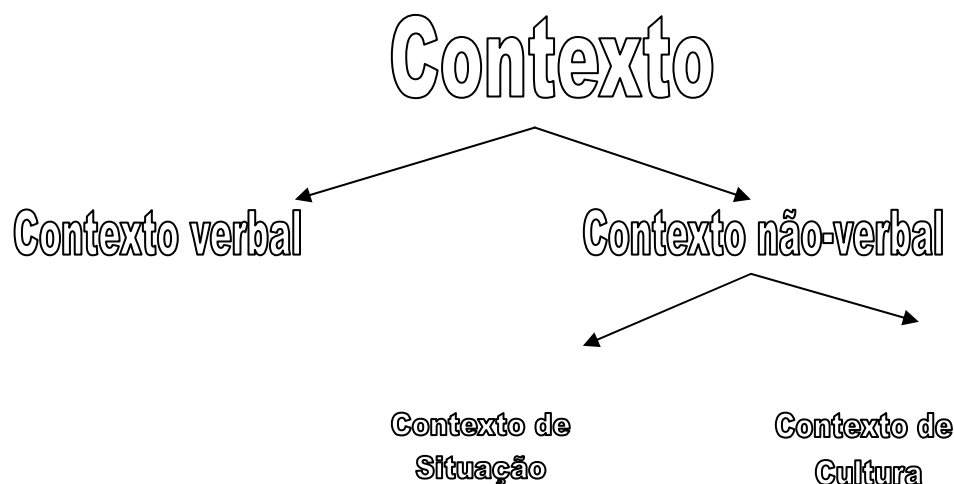
O conceito de Contexto de Cultura (o contexto geral que dá significado às atividades reconhecidas culturalmente), foi ampliado por J. R. Firth, lingüista britânico, fundador da lingüística britânica e o primeiro professor de Lingüística Geral do Reino Unido.

Firth ([1935]1964) estava interessado na formação cultural da linguagem e, portanto, assumindo a noção de Contexto de Situação, continuou a ênfase de Malinowski na abordagem social e funcional da linguagem, construindo sua própria teoria. Firth necessitava de um conceito de contexto que pudesse ser construído dentro de uma teoria de lingüística geral. Sendo assim, estabeleceu um arcabouço para a descrição do Contexto de Situação que pudesse ser usado para o estudo de textos como parte dessa teoria, levando em consideração como ponto de partida para a caracterização do Contexto de Situação os seguintes aspectos:

- os participantes da situação – as pessoas, correspondendo mais ou menos ao que os sociólogos considerariam como o *status* e os papéis dos participantes;
- a ação dos participantes – o que eles estão fazendo, incluindo tanto sua ação verbal como suas ações não verbais;
- outras características relevantes da situação – os objetos e eventos circundantes da situação, na medida em que eles tinham alguma relação com o que estava acontecendo;

- os efeitos da ação verbal – alterações causadas pelo que os participantes na situação disseram (Halliday, 1985, p.8). Forneço abaixo uma representação da idéia de contexto na perspectiva da LSF.

Figura 1 – Representação do conceito de contexto



Para Firth ([1935]1964, p.27), o conceito central da semântica é o Contexto de Situação, no qual estão “o participante humano ou os participantes, o que eles dizem e o que está acontecendo”. Como, também segundo o autor, “o homem carrega sua cultura e muito de sua realidade social para onde quer que vá”, é possível inferir que o Contexto de Situação compartilha significados comuns aos participantes, desde que os mesmos pertençam à mesma cultura, o que pode ser comprovado na citação a seguir:

durante o crescimento, somos progressivamente incorporados em nossas organizações sociais e a condição e meios principais dessa incorporação é aprender a dizer o que os outros companheiros esperam que digamos em determinadas circunstâncias (Firth, [1935]1964:28).

Isto porque para Firth ([1935]1964:7), “o significado completo de uma palavra é sempre contextual, e nenhum estudo de significado separado de um contexto completo pode ser levado a sério”.

O que Firth pretende defender é que o contexto determina o que podemos dizer para que possamos ser compreendidos pelos nossos ouvintes e, dessa forma, “nos estabelecermos em termos discursivos com nosso ambiente” (Firth, [1935]1964,

p.29) e, para que possamos representar os diversos papéis para satisfazer nossas necessidades, devemos saber qual é o nosso papel e o que dizer pois, “a multiplicidade de papéis sociais que temos para representar como membros de uma raça, nação, classe [...] envolve também um determinado grau de especialização lingüística” (Firth, [1935]1964, p.29).

A LSF segue a tradição firthiana de estudar a linguagem como uma expressão do comportamento social nos contextos situacionais e, assim sendo, a partir dessas concepções, Halliday (1985, p.9-10) escolheu uma forma apropriada para descrever o contexto de situação de um texto, relacionando-o a sua importância na compreensão do que é dito na interação. Para o autor, causava-lhe curiosidade entender como, apesar do ruído que sempre envolve as interações, os interactantes conseguem se entender. Sua sugestão era a de que um sabia o que o outro ia dizer e, portanto, fazia previsões sobre o que o outro diria a seguir. Essas previsões eram feitas a partir do Contexto de Situação.

Essencialmente, o que isso significa é que a linguagem ocorre em algum ambiente, em relação a alguma experiência, ações e eventos dos quais o que é dito deriva seu significado (Halliday, 1978, p.109). Isto porque

todo o ato de significado tem um Contexto de Situação, um ambiente no qual ele é desempenhado e interpretado. Para que a comunicação possa acontecer, é necessário para aqueles que estão interagindo que eles sejam capazes de fazer previsões inteligentes e informadas sobre que tipos de significados provavelmente estão sendo trocados. Eles o fazem com base na sua interpretação do significado – a estrutura semiótica – da situação (Halliday, [1970]2002, p.201).

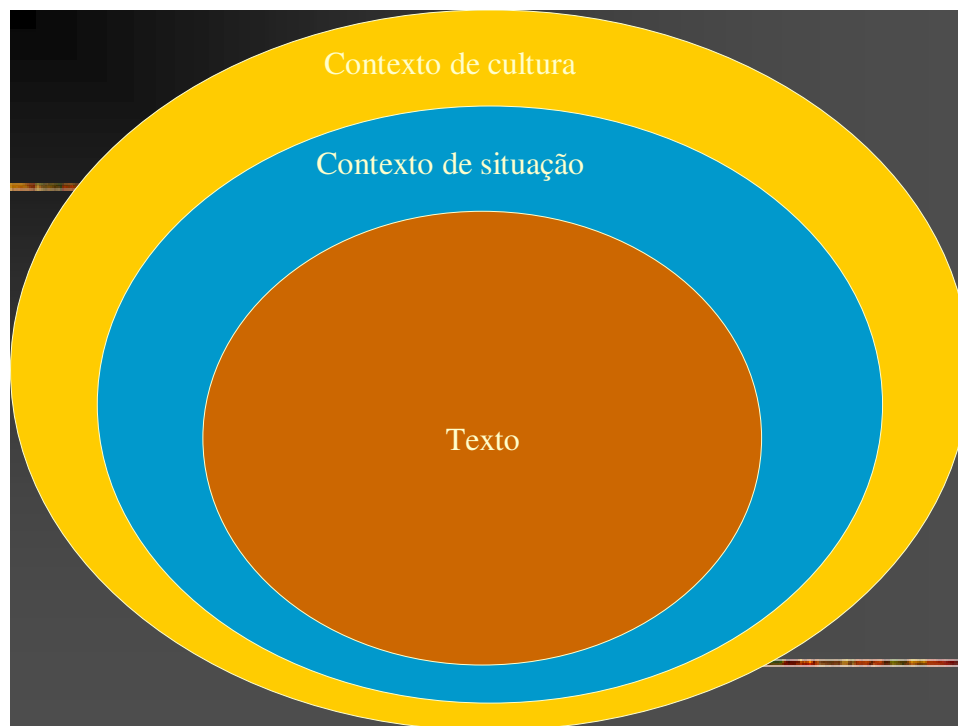
As inferências feitas pelo falante e seu interlocutor sobre os tipos de significados prováveis de serem trocados partem da situação na qual o texto se realiza e também das inferências a partir do texto para a situação.

Por Contexto de Situação então deve-se entender “uma representação abstrata do ambiente em termos de determinadas categorias gerais que têm relevância para o texto” (Halliday, 1978, p.109; Halliday & Matthiessen, 1999, p.375). Em outras palavras, o Contexto de Situação não se refere ao ‘contexto real’, mas trata-se de uma abstração teórica, uma vez que ele pode ser “totalmente remoto do que está acontecendo durante o ato de fala ou escrita” (Halliday, 1978, p.109).

Nas palavras de Halliday (1978, p.109), o Contexto de Situação é “uma estrutura semiótica”, uma “constelação de significados derivados do sistema semiótico que constitui a cultura”.

Represento abaixo, em termos gráficos, esse constructo semiótico que aborda o texto inserido nos Contextos de Cultura e de Situação.

Figura 2 – Representação gráfica de Texto em Com-texto



O Contexto de Situação está encapsulado no texto, não de uma forma fragmentada, mas através de uma relação sistemática entre o ambiente social por um lado e a organização funcional da linguagem por outro. Logo, a linguagem existe em dois níveis: nível não-lingüístico e nível lingüístico.

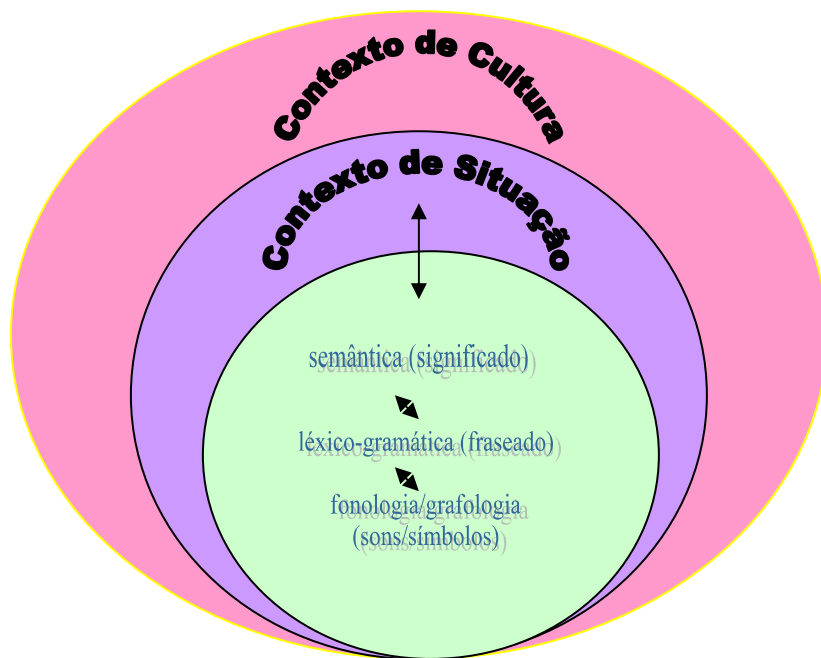
O Contexto ativa os significados – a semântica – que são realizados na e pela léxico-gramática, que atua na “organização interna da linguagem, sendo o sistema de relações das formas lingüísticas” (Halliday, 1978, p.114), e que, por sua vez, se expressa em sons/símbolos. O conjunto de opções léxico-gramaticais que realizam tais significados encontram-se no nível lingüístico.

Verifica-se, portanto, que há uma circularidade entre significados e gramática quando dizemos que os significados são realizados ou construídos na e pela

gramática, o que significa que eles são acessíveis aos falantes somente via gramática e que a gramática tem um papel criador interno de significados.

Vejamos abaixo uma representação gráfica da realização lingüística com relação às concepções de Contexto de Cultura e Contexto de Situação, onde as setas são representadas com duas pontas para expressar essa circularidade.

Figura 3 – Representação gráfica do processo de expressão de significado.



As razões acima justificam a afirmação de Halliday (1994, p.xv) de que “qualquer avaliação de um texto exige uma interpretação também de seu contexto”. Portanto, para uma análise e descrição do verbo ‘ser’, devem ser considerados o texto e o contexto, tanto situacional – que pode ser a cidade do Rio de Janeiro, a cidade de São Paulo e o Brasil em geral, quanto o cultural – a cultura brasileira.

A estrutura semiótica do Contexto de Situação é constituída de três conjuntos de sistemas sócio-semióticos – campo, relações e modo oracional –, os quais “especificam as solicitações que podem ser feitas à linguagem, assim como os papéis que ela pode desempenhar para corresponder a tais solicitações” (Halliday & Matthiessen, 1999, p.375) e nos levam a compreender como as pessoas fazem previsões sobre os tipos de significado que estão sendo trocados. Essa relação

realizacional está organizada de acordo com o princípio da diversificação funcional, ou seja, ela é diversificada funcionalmente em três domínios ou parâmetros gerais. São eles, conforme Halliday, 1978, p.33; 1993, p.32-33:

1. Campo do discurso – a ação social - “refere-se ao cenário institucional no qual um evento lingüístico ocorre, e inclui o assunto em si, o que está acontecendo, a natureza da ação social: em que é que os participantes estão envolvidos (a atividade total dos participantes)...”
2. Relações do discurso – a estrutura de papel - “refere-se à relação entre participantes, seus papéis e *status*... Quem está participando. Que tipos de relação de papéis ocorrem entre os participantes, incluindo questões tais como, se a relação é permanente ou temporária, os papéis discursivos que os participantes desempenham no diálogo e a conexão total de relações significativas nas quais estão envolvidos, inclusive o grau de carga emocional na relação”.
3. Modo oracional – a organização simbólica - “refere-se ao canal de comunicação adotado: não somente a escolha entre meio falado e escrito, mas escolhas muito mais detalhadas, como as relacionadas com o papel da linguagem na situação”... “O que é que os participantes estão esperando que a linguagem faça para eles na situação: a organização simbólica do texto, o *status* que ele tem e sua função no contexto, incluindo o canal (falado ou escrito ou a combinação dos dois).

Os constructos teóricos hallidianos acima enfatizam o aspecto social que permeia as escolhas lingüísticas dentro de um sistema simbólico léxico-gramatical,

o campo – a natureza da atividade social – determina os significados ideacionais; as relações – os *status* sociais e os papéis dos participantes na situação – determinam os significados interpessoais; enquanto o modo oracional – a parte atribuída à interação lingüística na situação total – determina os significados textuais (Halliday, [1970]2002, p.201).

A linguagem, como sistema, oferece uma gama de padrões potenciais dentro de um Contexto Social, que molda e determina essas mesmas escolhas de acordo com a motivação ou, ainda, a função a ser desempenhada. Para que possam ser concretizados, esses padrões dependem do Contexto de Situação, da função a ser desempenhada, do tipo de relação entre os indivíduos e das características individuais, tendo em vista que a linguagem é

[...] a habilidade de ‘significar’ nos tipos de situação, ou contextos sociais, que são gerados pela cultura. Quando falamos sobre os usos da linguagem, estamos interessados no potencial de significado que está associado com tipos de situação particular; e provavelmente estamos interessados de forma especial naqueles que são de alguma importância social e cultural [...]. A forma como consideramos o estudo da linguagem e o homem social, por meio do conceito de ‘potencial de significado’, deve ser entendida como um tipo de ‘sócio-semântica’, no sentido de que é o estudo do significado em um arcabouço social ou sociológico (Halliday, 1978, p.34).

O potencial de significado pode ser entendido, portanto, como

[...] o âmbito paradigmático de escolha semântica que está presente no sistema, e ao qual os membros de uma cultura têm acesso na sua linguagem, [...] Interpretado no Contexto de Cultura, ele é o sistema semântico total da linguagem. [...] Interpretado no Contexto de Situação, ele é o sistema semântico particular, ou o conjunto de subsistemas, que está associado a um tipo particular de situação ou Contexto Social (Halliday, 1978, p.109).

O gênero⁸ textual, na perspectiva sistêmico-funcional, é definido como uma atividade orientada por um objetivo específico, organizada em estágios, na qual os participantes se engajam como membros da cultura, portanto está ligado ao Contexto de Cultura. Este determina a natureza dos códigos, entendidos como princípios semióticos abstratos que, quando organizados, governam as escolhas entre os falantes.

O registro textual, por sua vez, refere-se ao contexto imediato do evento de uso da linguagem. Halliday (1978, p.64) considera o conceito de ‘registro’ “uma

⁸ A noção de gênero na LSF difere do significado que o uso tradicional lhe atribuiu, em que o gênero designa tipos de produções literárias, em dois aspectos importantes: primeiro, as definições de gênero originam-se da identificação de gêneros discursivos do teórico literário Bakhtin como ‘tipos relativamente estáveis’ de enunciados. Na LSF, o gênero foi expandido para incluir gêneros do dia a dia, assim como os literários, tanto nos modos escritos quanto orais. Em segundo lugar, os lingüistas sistêmicos definem gênero funcionalmente em termos de seu objetivo social. Então, gêneros diferentes são diferentes formas de usar a linguagem para executar diferentes tarefas estabelecidas culturalmente, e textos de diferentes gêneros são textos que estão alcançando objetivos diferentes na cultura.

abstração útil que liga variações de linguagem a variações de conteúdo social” e sugere que “há três aspectos em qualquer situação que têm consequências lingüísticas, as três dimensões-chave, as chamadas variáveis de registro: campo, relação e modo e, portanto, elas estão ligados ao Contexto de Situação.

Em outras palavras, um registro é constituído pelas “características lingüísticas que estão tipicamente associadas com uma configuração de características situacionais” (Halliday, 1976, p.22). Essas três variáveis do registro delineiam as relações entre a função e a forma da linguagem.

Os aspectos do discurso relacionados ao Contexto de Situação definidos pelos componentes semióticos acima descritos associam-se a redes de opções relativamente independentes, as quais correspondem às diferentes funções que a linguagem deve desempenhar para satisfazer as necessidades humanas.

Em outras palavras, em análises de textos realizados com base na LSF, todos os significados têm uma conexão direta com o Contexto Social – estrato acima –, pois para a LSF, o contexto tem implicações cruciais para a análise da linguagem em uso e, também, uma conexão direta com os elementos léxico-gramaticais – estrato abaixo. Portanto, não se analisa um texto unicamente em termos dos elementos léxico-gramaticais, mas cada significado deve ser relacionado simultaneamente a rotinas sociais e a formas lingüísticas.

2.3

O Sistema Semântico da linguagem: o Sistema Léxico-gramatical

O Sistema Semântico da linguagem engloba todas as possibilidades de escolhas semântico-lingüísticas para um falante em situações de interação. O sistema de opções disponíveis para as escolhas lingüísticas é a ‘gramática’ (Halliday, [1970];2002, p.174), o potencial de significado, no qual “o falante ou escritor faz sua seleção”, mas ele não o faz ‘no vácuo’, e sim no contexto das situações discursivas. A gramática é o mecanismo lingüístico que organiza as opções em conjuntos, dentro dos quais o falante faz seleções de acordo com o uso que deseja no momento do evento de fala, ligando uma escolha a outra e realizando-a em uma forma estruturada e unificada.

Para Halliday ([1970]2002, p.174-5), quando examinamos a gramática, verificamos que há opções que se combinam em redes que correspondem às funções básicas da linguagem. Isto significa que o Sistema Semântico é organizado em componentes de potencial de significado que se relacionam com essas funções mais gerais que a linguagem deve servir (Halliday, 1978, p. 21), que são:

1. A linguagem serve para a expressão do ‘conteúdo’: isto é, da experiência do falante no mundo, incluindo o mundo interno de sua própria consciência. Isto porque usamos a linguagem para falar sobre nossa experiência do mundo, incluindo os mundos na nossa mente, para descrever eventos e estados e as entidades envolvidas nelas. Chamamos a isso de função ideacional.

Ao servir essa função, a linguagem também dá estrutura à experiência, e ajuda a determinar nossa forma de olhar para as coisas, de forma que é necessário algum esforço intelectual para vê-las de maneira diferente do que ela nos sugere (Halliday, [1970]2002, p.175).

2. A linguagem serve para estabelecer e manter as relações sociais: para a expressão dos papéis sociais, que incluem os papéis de comunicação criados por ela, como por exemplo, os papéis que assumimos para perguntar ou responder a perguntas. Isto porque usamos a linguagem para interagir com outras pessoas, para estabelecer e manter relações com elas, para influenciar seu comportamento, para expressar nosso ponto de vista sobre as coisas do mundo, e para sugerir ou mudar o dos outros. Chamamos a isso de função interpessoal.

Por meio dessa função, os grupos sociais são delimitados, e o indivíduo é identificado e fortalecido, uma vez que, ao capacitá-lo para interagir com os outros, a linguagem também serve à expressão e ao desenvolvimento de sua própria personalidade (Halliday, [1970]2002, p.175).

3. Finalmente, a linguagem tem de estabelecer as ligações com ela mesma e com as características da situação na qual é usada. Isto porque, ao usarmos a linguagem, organizamos nossas mensagens de uma forma que indica como elas combinam com as outras mensagens e com o contexto maior no qual estamos falando ou

escrevendo. Chamamos a isso de função textual, uma vez que essa é a que capacita o falante ou autor a construir ‘textos’; e capacita o ouvinte ou leitor a distinguir um texto de um conjunto aleatório de sentenças. Um aspecto da função textual é o estabelecimento de relações coesivas entre uma sentença e outra no discurso (Thompson, 1996, p.28).

A metafunção textual é uma metafunção capacitadora; ela está relacionada à organização dos significados ideacionais e interpessoais como discurso – como significado que está contextualizado e compartilhado (Halliday & Matthiessen, 1999, p.7-8).

Na LSF, a gramática e o léxico são tratados como perspectivas complementares que se relacionam em termos de generalidade – o léxico, como gramática mais delicada, ou gramática como léxico menos delicado, isto porque

a região lexical ou léxico não é um componente separado, mas simplesmente a extremidade mais ‘delicada’ da léxico-gramática (unificada). Há uma complementariedade aqui. O léxico e a gramática não são dois fenômenos diferentes; eles são formas diferentes de se olhar para o mesmo fenômeno. Alguns aspectos desse fenômeno de ‘fraseado’ na linguagem são destacados ao serem vistos como gramaticais; outros ao serem vistos como léxico (Halliday & Matthiessen, 1999, p.5).

O conceito de delicadeza (*delicacy*) refere-se a uma escala abstrata que consiste em “uma ordem uniforme do mais geral para o mais delicado” (Halliday & Matthiessen, 1999, p.83). Trata-se de uma “relação entre as características mais gerais e as mais específicas” (Halliday & Matthiessen, 1999, p.327). Ao longo dessa escala, “os sistemas semânticos diferem tanto no número de distinções em qualquer grau de delicadeza quanto na delicadeza geral que é alcançada” (Halliday & Matthiessen, 1999, p.83). Em geral, o movimento na escala de delicadeza é construído léxico-gramaticalmente como um movimento da gramática para o léxico da seguinte forma:

a parte inicial da escala de delicadeza é construída na ‘zona’ gramatical. Essa zona fornece os recursos da esquematização gramatical para construir categorias mais delicadas: essas categorias são realizadas lexicalmente, mas construídas de acordo com os parâmetros sistêmicos da gramática (Halliday, 1999, p.87).

O conceito de léxico-gramática é o de “uma rede de escolhas de significados inter-relacionadas” (Halliday & Matthiessen, 2004, p.31), ou ainda “uma rede de opções [...] de ambientes nos quais escolhas específicas estão disponíveis” (Butt,

1996, p.xvii), que atua na organização das relações das formas lingüísticas e juntamente com o Sistema Semântico compõem o plano de conteúdo da linguagem. Nesse sentido, a gramática de uma língua natural é uma “teoria da experiência” (Butt, 1996, p.xxv), porque “a gramática tranforma experiência em significado, impondo ordem em forma de categorias e suas inter-relações” (Halliday, 1996, p. 390), sendo, portanto, “a unidade central processadora da linguagem, a casa de força onde os significados são criados” (Halliday & Matthiessen, 2004, p.21).

O conceito organizador – a gramática – não é a estrutura descrita por regras, mas por sistemas. A gramática é uma gramática de escolhas e não de regras porque a estrutura gramatical depende do uso da linguagem, isto é, a estrutura é motivada pela situação comunicativa. A partir dessa visão, pode-se dizer que

com a noção de sistema, podemos representar a linguagem como um recurso, em termos das escolhas que estão disponíveis, a inter-conexão dessas escolhas e as condições que afetam seu acesso. Podemos, então, relacionar essas escolhas aos contextos sociais reconhecíveis e significativos, usando redes sócio-semânticas. [...] Os dados são os fatos observados de ‘texto-na-situação’: o que as pessoas dizem na vida real (Halliday, 1978, p.192).

Isto significa que devemos “direcionar a atenção para o real e potencial, interpretando tanto o discurso quanto o sistema lingüístico que a ele subjaz em termos de uma rede infinitamente complexa de potenciais de significado que é a cultura” (Halliday, 1978, p.4-5), uma vez que se

a linguagem é como é por causa das funções que desenvolve para servir na vida das pessoas, é de se esperar que as estruturas lingüísticas possam ser compreendidas em termos funcionais. Mas para compreendê-las, temos de interpretar a linguagem com referência ao seu lugar no processo social (Halliday, 1978, p.4),

pois é a relação de interação e inter/intradependência entre os aspectos da situação – campo, relações e modo oracional – e a semântica – aspectos léxico-gramaticais – que possibilitam que a linguagem seja usada funcionalmente.

A gramática,

isto é, a descrição das combinações específicas de função e fraseado – reflete essa abordagem de três partes [os significados ideacionais, interpessoais e textuais] pois consiste de três componentes, cada um correspondendo a uma das três metafunções (Thompson, 1996, p.28).

Cada uma das três metafunções diz respeito a um aspecto diferente do mundo, está relacionada a um modo diferente de significado na oração e apresenta seu próprio sistema de escolhas. Portanto, “quando juntamos as estruturas resultantes das escolhas em todos os sistemas relevantes em cada um dos três componentes, terminamos com um fraseado, uma mensagem” (Thompson, 1996, p.29).

Em outras palavras, pode-se afirmar que a gramática é um componente constitutivo da linguagem, cujo funcionamento é textual-discursivo.

No nível semântico, cada um dos componentes da situação – campo, relações e modo – realiza um tipo de significado: ideacionais, interpessoais e textuais, os quais são realizados no nível léxico-gramatical pelos sistemas de *transitividade*, *modo* e *tema*. Abaixo um quadro ilustrativo dos níveis de realização do registro no modelo hallidiano.

Quadro 1 – Níveis de realização do registro no modelo hallidiano (1994;2004)

Contexto de situação (registro)	Semântica	Léxico-gramatical
Campo	Ideacional	Transitividade
Relação	Interpessoal	Modo oracional
Modo	Textual	Tema

2.3.1

As metafunções da linguagem

No plano semântico-discursivo, a linguagem está funcionalmente organizada em torno de três componentes funcionais – as metafunções. As três metafunções são complementares e simultâneas e relacionam-se sistematicamente com a léxico-gramática.

Os significados em determinados contextos podem ser analisados (i) enquanto reflexo da experiência e da visão que os falantes têm da realidade, da sua própria consciência e do modo como as representam linguisticamente em termos experienciais e em termos lógicos – a metafunção ideacional; (ii) enquanto expressão

da interação entre falantes e de suas formas de ação em sociedade – metafunção interpessoal; e (iii) como produção textual, falada e/ou escrita, organizada de forma coerente e coesa de modo a que cumpra as exigências de operacionalidade da linguagem – metafunção textual.

2.3.1.1

A Metafunção Ideacional

O Sistema Semântico da linguagem é organizado em componentes distintos, tipos diferentes de potencial de significado. Um desses componentes ou potenciais de significado do Sistema Semântico da linguagem é a base ideacional – a Metafunção Ideacional. Trata-se da linguagem como representação, isto é, o sistema semântico como expressão da experiência interna e externa do falante – o significado no modo reflexivo, pois

a linguagem contém um conjunto de recursos para referir-se a entidades no mundo e às formas nas quais essas entidades atuam ou relacionam-se umas com as outras. No nível mais simples, a linguagem reflete nossa visão do mundo consistindo de ‘acontecimentos’ (verbos), envolvendo coisas (substantivos) que podem ter atributos (adjetivos) [...] (Thompson, 2004, p.86-7).

Isto porque

não há uma só faceta da experiência humana que não possa ser transformada em significado. Em outras palavras, a linguagem fornece uma **teoria** da experiência humana, e determinados recursos da léxico-gramática da linguagem cotidiana são dedicados a essa função (Halliday & Matthiessen, 2004, p.29).

Ao componente que representa a experiência, Halliday deu o nome de Metafunção Ideacional, a qual refere-se à ideação e está dividida em duas subcategorias – a **experiencial** e a **lógica** (Halliday, [1979]2002, p.198-199; Halliday & Matthiessen, 2004, p.29):

a **experiencial** onde representamos a experiência ‘diretamente’ em termos de acontecimentos (ações, eventos, estados, relações), entidades que participam nesses acontecimentos (pessoas, objetos animados e inanimados, instituições, abstrações) e figuras circunstanciais (extensão, localização, tempo e espaço, causa, modo etc); a **lógica**, onde representamos a experiência ‘indiretamente’ em termos de determinadas relações lógicas fundamentais na linguagem natural – ‘e’, ‘digamos’, ‘é subcategorizado como’ etc. – as quais não são as da lógica formal, mas as que a partir das operações da lógica formal são basicamente derivadas.

A Metafunção Ideacional diz respeito à forma “como os fenômenos de nossa experiência são construídos como categorias⁹ e relações de significado” (Halliday & Matthiessen, 1999, p.48). Os significados ideacionais referem-se ao que está acontecendo no mundo, o que está sendo representado. Trata-se de como nosso quadro mental do mundo (eventos, estados etc.) é codificado na linguagem, pois “tendemos a codificar tal experiência em termos de configurações de elementos cada um dos quais tem um significado especial e distinto em relação ao outro” (Halliday, [1979]2002, p.202).

Isto significa que a Metafunção Ideacional é a habilidade dos sistemas semióticos de representarem objetos e suas relações com o mundo, ordenando “nossa experiência da realidade quando desejamos transformá-la em significado” (Halliday, [1979]2002, p.204). É por essa razão que a Metafunção Ideacional pode ser considerada “um recurso para a construção de nossa experiência do mundo” (Halliday & Matthiessen, 1999, p.13). O componente ideacional ou experiencial é

a expressão lingüística da experiência do falante do mundo externo, incluindo o mundo interno de sua própria consciência – suas emoções, percepções etc. Esse componente da gramática fornece um modelo conceitual para a codificação da experiência em termos de processos, objetos, pessoas, qualidades, estados, abstrações e relações; por vezes, é denominado ‘cognitivo’ e significado experiencial como ‘significado cognitivo’, embora como sugerido antes todos os componentes supõem um nível cognitivo de organização... O termo ‘experiencial’ torna claro que a função subjacente é vista não como a expressão da ‘realidade’ ou ‘o mundo externo’, mas como a expressão dos padrões de experiência; o conteúdo dado para um enunciado por essa porção do sistema da linguagem derivar da experiência compartilhada daqueles que participam na situação discursiva (Halliday, 1968, p.209).

Tal construção da experiência dá-se de forma paradigmática, pois “a base ideacional é na realidade organizada como uma rede de tipos inter-relacionados de fenômenos” (Halliday & Matthiessen, 1999, p.13), e de forma sintagmática. Um fenômeno é “a categoria experiencial mais geral – qualquer coisa que possa ser construída como parte da experiência humana” (ibid., p.13). O fenômeno da experiência pode ser considerado em três ordens de complexidade: elementar (um

⁹ Para Halliday & Matthiessen (1999, p.68), “categorizar é um ato criativo: ele transforma nossa experiência em significado, e isso significa impor uma ordem categorial e não colocar rótulos em uma ordem que já existe”.

elemento apenas), configuracional (configuração de elementos – uma **figura**) e complexo (um complexo de figuras – uma **seqüência**).

Os elementos são partes constituintes das figuras, preenchem os papéis das figuras, que, por sua vez, formam seqüências. Uma figura é “uma representação da experiência na forma de uma configuração, consistindo de um processo, participantes envolvidos no processo e circunstâncias associadas ao processo” (Halliday & Matthiessen, 1999, p.52;p.106). As partes ou elementos de uma configuração são: (1) um processo nuclear; (2) um a dois participantes de tipos diferentes participando no processo; e (3) até aproximadamente sete circunstâncias de tipos diferentes associadas a ele.

Uma seqüência se diferencia pelos tipos de relações cujas figuras resultantes (1) expandem a outra, reiterando-a, adicionando algo a ela ou qualificando-a; (2) projetam (reportam, citam) a outra dizendo ou pensando-a. Como estão organizadas por relações interdependentes, as seqüências podem ser expandidas indefinidamente. Em ambos os casos, (1) e (2), pode haver igualdade ou não, no que se refere ao peso semântico. A seguir, forneço os exemplos apresentados por Halliday & Matthiessen (1999, p.51), traduzidos e adaptados por mim, os quais ilustram a lógica da organização de seqüências:

(1) expansão: adição & desigualdade

A onda de calor no sudeste da Flórida enfraquecerá, permanecerá quente, ligeiramente.

(2) expansão: adição & igualdade

As altas ficarão em torno de 80 a 90 graus, mas partes do Texas poderão alcançar os 100.

(3) expansão: reiteração & desigualdade

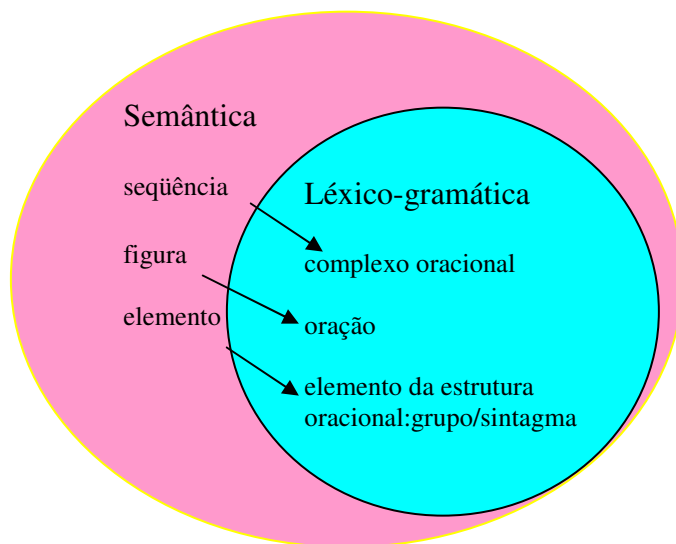
O restante do sul ficará na maior parte seco e ensolarado, com somente chuvas isoladas na Flórida.

Como o texto é linguagem “que é funcional no contexto” (Halliday & Matthiessen, 1999, p.122), ele traz consigo a base de significado ideacional (assim como a base de interação), o que faz com que as seqüências sejam “um princípio para a organização do texto”. Isto significa que os recursos lógicos para a formação

de seqüências se desenvolvem no ambiente do significado ideacional como seqüências de figuras, pois a semântica e a gramática se desenvolvem juntas.

Abaixo uma representação gráfica de seqüências, figuras e elementos na gramática.

Figura 4: Realização típica de seqüências, figuras e elementos (Halliday & Matthiessen, 1999, p.49).



No nível da oração, a transmissão do quadro da realidade é um dos significados da Metafunção Ideacional que é chamado de significado de *representação* (de nossa experiência do mundo): a oração na sua função experiencial.

A oração desempenha um papel central, porque ela incorpora um princípio geral para modelar a experiência – o princípio de que a realidade é constituída de processos, pois ela é “basicamente ‘sobre’ o evento ou estado no qual os participantes estão envolvidos” (Thompson, 2004, p.87). Na sua estrutura, a oração expressa um modo de ação, de fornecer ou solicitar produtos, serviços e informações, mas também um modo de reflexão, de impor uma mudança a variações e fluxos de eventos.

Experiencialmente,

a oração constrói um *quantum* de mudança como uma **figura** ou configuração de um processo, participantes envolvidos nele e quaisquer circunstâncias relacionadas” (Halliday & Matthiessen, 2004, p.169).

Os conceitos de processo, participante e circunstância são categorias semânticas que explicam de forma mais geral como os fenômenos de um mundo real são representados como estruturas lingüísticas.

No ato da elaboração de um enunciado lingüístico, do qual a oração é parte, o falante ou escritor ativa a Metafunção Ideacional e, nesse momento, o que está em foco são as relações semântico-funcionais da oração para que ela represente a realidade. Dessa forma, ao tentar organizar sua perspectiva de um determinado evento, o falante/escritor realiza mudanças na interpretação semântica da estrutura oracional relativamente ao elemento central, o verbo, estendendo as conseqüências aos elementos imediatamente à esquerda – Participante 1 (P1) e à direita dele – Participante 2 (P2), o que acarreta diferenças na análise e interpretação dos elementos pertinentes.

Dependendo da intenção no momento do evento de fala, o falante/escritor seleciona, de acordo com sua perspectiva, um novo verbo e os elementos oracionais que devem acompanhá-lo. É oportuno chamar a atenção para o fato de que Participantes não precisam ser necessariamente ‘humanos’ ou ‘concretos’, mas se referirem ao(s) elemento(s) envolvido(s) no processo de alguma forma.

A base ideacional é traduzida como um espaço semântico, multidimensional, organizado como um potencial de significados, com um sistema extenso de alternativas semânticas, que estão ordenadas e podem ser constituídas estruturalmente como uma configuração de papéis semânticos. O potencial de significado é diferenciado axialmente em (i) sistemas de opções no significado e (ii) configurações estruturais de papéis pelos quais essas opções são constituídas (Halliday & Matthiessen, 1999, p.32-33).

A Metafunção Ideacional ou experiencial manifesta-se através do sistema de *Transitividade*, que é o recurso de construir nossa experiência, o fluxo de acontecimentos, como configurações estruturais, consistindo de um processo que se desencadeia ao longo do tempo, com um ou mais participantes envolvidos no

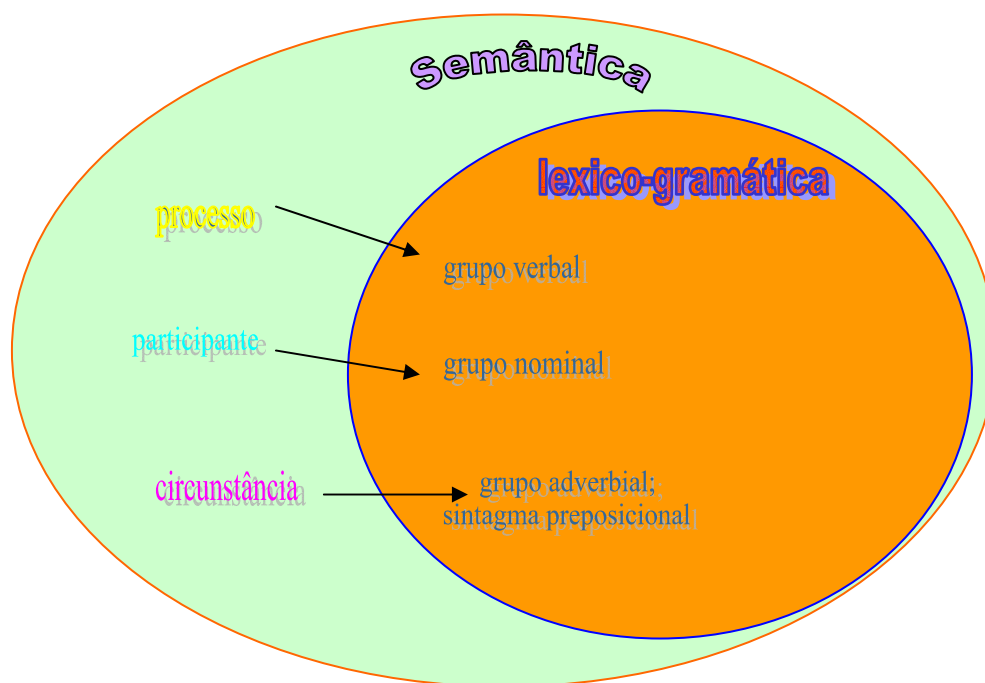
processo e as circunstâncias associadas ao processo, com tipos de participantes diferentes para cada tipo de processo. A oração, por exemplo, tem uma estrutura formada a partir de elementos tais como: agente, processo, extensão e essa estrutura deriva do Sistema de *Transitividade*.

Em outras palavras, o sistema de *Transitividade* é um conjunto de opções que diz respeito ao Processo, mais os papéis a ele associados – os participantes, que são representados pelos grupos nominais. Todos os elementos da oração estão relacionados, pois fazem parte de uma rede de sistemas, onde cada elemento depende do outro, numa relação sintagmática e paradigmática (Halliday, 1994, p.106-109).

Os Processos são expressos por grupos verbais, servem no papel mais central ou nuclear na figura e são o centro do Sistema de *Transitividade*, principal elemento da mensagem, do ponto de vista experiencial. A escolha do tipo de processo e papéis de participante realiza uma codificação por parte do falante/escritor de sua realidade experiencial. Portanto, o Sistema de *Transitividade* é um sistema viável de tipos de processos. Processo, neste sentido, agrupa ‘ação’ ou ‘fazer’, incluindo ‘percepção’ e ‘atribuição’, ou ‘ser’, incluindo atribuição e identificação.

A seguir forneço uma representação gráfica do componente semântico integrado à léxico-gramática, realizado pelo Sistema de *Transitividade*.

Figura 5 - Representação gráfica do componente semântico integrado à lexico-gramática e realizado pelo Sistema de Transitividade (Halliday & Matthiessen, 1999:55).



A categoria lógica da Metafunção Ideacional se expressa em nível léxico-gramatical no tipo de interdependência que diz respeito à forma como as orações relacionam-se em termos de parataxe e de hipotaxe. As relações lógico-semânticas explicitam o tipo de ligação existente entre as orações de um complexo oracional, que pode ser de expansão ou projeção. Estas relações serão mais detalhadas na seção 2.5.

A Metafunção Ideacional, mais especificamente o Sistema de *Transitividade*, é a fundamentação teórico-metodológica usada para a análise e descrição das ocorrências do verbo ‘ser’ nos artigos selecionados para esta tese. Meu interesse localiza-se em verificar como os autores dos artigos construíram suas experiências a partir da gramática ao escolherem o verbo ‘ser’ para expressá-las em seus artigos, entendendo experiência como um recurso para a compreensão, representação e atuação na realidade, ou seja, experiência como significado e daí “algo que é construído na linguagem” (Halliday & Matthiessen, 1999, p.1).

Os quadros abaixo fornecem uma visualização de funções típicas de grupos e suas possíveis realizações.

Quadro 2 – Funções típicas de grupos

Tipo de elemento	Tipicamente realizado por
(i) Processo	Grupo verbal
(ii) participante	Grupo nominal
(iii) circunstância	Grupo adverbial ou Sintagma preposicional

Quadro 3 – Exemplo da expressão da figura

O leão	perseguiu	o turista	lentamente	pelos arbustos
Participante	Processo	Participante	Circunstância	Circunstância
Grupo nominal	Grupo verbal	Grupo nominal	Grupo adverbial	Sintagma preposicional

A Metafunção Ideacional proposta por Halliday assemelha-se a outras abordagens baseadas em papéis de casos semânticos, mas um traço importante do trabalho de Halliday é sua classificação extensa dos tipos de processo e das relações semânticas existentes entre o verbo e os outros elementos em uma oração. Halliday adota a distinção tesnièreana básica e sugere alguns critérios semânticos e sintáticos para a decisão entre actantes, os quais foram por ele chamados participantes e circunstâncias, estas realizadas por sintagmas preposicionados ou advérbios.

Halliday propõe dois níveis adicionais de descrição oracional (metafunções), os quais operam em paralelo com a estrutura ideacional: a interpessoal e a textual. Essas metafunções não serão abordadas em profundidade nesta tese.

Como a Metafunção Ideacional é a perspectiva a partir da qual serão analisadas as ocorrências do verbo ‘ser’ nos artigos jornalísticos selecionados para esta tese, dedicarei a seção 2.4.4 para maior aprofundamento do seu principal sistema, o da *Transitividade*.

2.3.1.2

A Metafunção Interpessoal

No processo de construção da experiência, usamos a linguagem para “**atuar**: atuar nas nossas relações pessoais e sociais” (Halliday, & Matthiessen, p.29), logo, a oração não só representa um processo – algum acontecimento, afirmação, percepção, ser ou ter, com seus participantes e circunstâncias – mas também uma proposição ou proposta, através da qual

informamos ou perguntamos, damos uma ordem ou fazemos uma oferta e expressamos nossa avaliação e atitude com quem quer que nos relacionemos e sobre o que quer que falemos (Halliday & Matthiessen, 2004, p.29).

A Metafunção Interpessoal diz respeito ao mundo social, no que se refere à expressão das relações sociais e pessoais dos papéis desempenhados nas interações – a linguagem como interação – especialmente em relação à interação entre falante e ouvinte(s) e, especificamente, aos recursos gramaticais para *desempenhar* papéis sociais em geral e papéis discursivos em particular, na interação dialógica, com o objetivo de estabelecer, mudar e manter relações interpessoais. Halliday ([1970]2002, p.199) define a Metafunção Interpessoal como a que

expressa a intromissão do falante no evento discursivo: suas atitudes, avaliações e julgamentos; suas expectativas e demandas; e a natureza da troca durante sua atuação – o papel que ele assume para si no processo de comunicação, e o papel, ou melhor a escolha do papel, que ele está atribuindo ao ouvinte.

Em outras palavras, na Metafunção Interpessoal, a estrutura dialógica de um texto assume particular relevo e a sua percepção semântica deve ter em conta dois fatores principais: o papel assumido pelos interlocutores na troca de significados, neste caso, a oração é ‘troca’ de significados, que é concretizada no sistema de Modo Oracional, refletindo o engajamento e o envolvimento do falante no seu enunciado e dos participantes na interação. Logo, o falante espera de seu interlocutor uma resposta, concordante ou contrária as suas expectativas, mas sempre adequada ao papel discursivo que lhe foi atribuído. Neste intercâmbio, o falante troca dois tipos de utilidades – bens e serviços ou informações.

Na troca de bens e serviços, o falante usa a linguagem como meio para atingir um determinado fim ou influenciar o comportamento de seu interlocutor. É nessa situação que se pode afirmar que a linguagem é um instrumento de ação, servindo como agente de concretização. A troca de bens e serviços define duas funções discursivas fundamentais, a saber, a oferta e a ordem. Na interação, o interlocutor pode aceitar ou rejeitar a oferta ou, se for uma ordem, obedecer ou não.

O significado interpessoal constrói nossa postura social, avaliativa e efetiva com relação ao conteúdo temático de nosso discurso, em relação aos destinatários e interlocutores reais ou potenciais e em relação aos pontos de vista alternativos. Ele inclui a linguagem da formalidade/intimidade, relações de posição social e poder, relações de papéis.

Já a troca de informações só existe na forma de linguagem, ou seja, o que é trocado é a própria linguagem. Neste caso, o interlocutor pode apenas ouvir e realizar uma ação (física ou oral), mas também pode desempenhar um papel verbal de afirmar, negar ou fornecer informação. A linguagem “torna-se algo que pode ser questionado – algo que pode ser afirmado ou negado e também duvidado, insistido, aceito com reservas, qualificado etc” (Halliday, 1994, p.70).

As funções discursivas essenciais na troca de informação são a afirmação e a interrogação. Apesar da expectativa ser a de que o interlocutor tome conhecimento do que é dito ou responda a uma pergunta, ele poderá optar por refutar a informação dada ou recusar-se a responder. A função semântica de uma oração na troca de bens e serviços é a *proposta* e na troca de informações, a função semântica da oração é a da *proposição*.

Abaixo forneço um quadro com o resumo conceitual, com as respectivas funções discursivas e realizações gramaticais.

Quadro 4 – Resumo da organização semântica da oração como *troca*

Papel discursivo	Natureza do que é trocado	Função discursiva	Realização gramatical	Função semântica
Dar	Bens e serviços	Oferta	Vários tipos de oração	Proposta
Pedir		Ordem	Oração imperativa	
Dar	Informação	Afirmação	Oração declarativa	Proposição
Pedir		Interrogação	Oração interrogativa (sim/não e iniciadas por pronome interrogativo)	

A Metafunção Interpessoal concretiza-se no sistema Léxico-gramatical pelo sistema de Modo Oracional. O Modo Oracional está relacionado com os elementos do Sujeito Gramatical, que indica as pessoas que ocupam as posições de sujeito; com o Elemento Finito¹⁰, que integra o grupo verbal da oração e indica o tempo e o modo verbal, a polaridade e os modais, possibilitando negociar a sua validade ao permitir configurá-la em termos de polaridade, tempo e modalidade; e, finalmente, com o Predicador que abrange os processos verbais, seus complementos e adjuntos.

A Modalidade está diretamente ligada aos diversos níveis de certeza, probabilidade e possibilidade e de obrigação e tendência encontrados no sistema

¹⁰ Na língua inglesa, o Finito “torna possível questionar a validade da proposição.[...] Através do Finito, o falante sinaliza três tipos de reivindicação sobre a validade da proposição[...]” (Thompson, 2004, p.53), a saber, a validade com relação ao tempo, à polaridade e à modalidade. A questão da polaridade em inglês é expressa por um Finito, no caso *do*, *can*, *could* etc., caso que não se apresenta na língua portuguesa, mas pode vir também amalgamado com o verbo lexical, como no caso do verbo *to be + not*, no presente e no passado simples.

expressos pelo uso de diferentes finitos, modais, adjuntos modais e expressões modais.

O tipo de papéis discursivos e a natureza daquilo que é trocado estão gramaticalmente expressos na seleção dos constituintes funcionais que se realizam no nível léxico-gramatical. Neste sistema, a organização das orações consiste do *Modo Oracional* e do *Resíduo*, com o elemento Modo Oracional analisado posteriormente em *Sujeito* e *Finito*.

Os operadores verbais que funcionam como Finito podem ser Finitos de tempo, que são verbos que circunscrevem o enunciado temporariamente, indicando o tempo passado, presente ou futuro no momento do discurso; e os Finitos modais, que expressam a modalidade da oração, isto é, determinam o maior ou menor grau de certeza probabilidade, obrigação etc. relativamente ao que é dito.

Vale ressaltar que o Finito pode vir fundido com o verbo lexical, caso em que se apresentam conjugados no presente ou passado simples, na voz ativa e com uma polaridade positiva. Esta é a situação do verbo ‘ser’ que será analisado nesta tese, portanto, sendo considerado por mim como Finito.

Quanto ao elemento interpessoal *Resíduo* do sistema de Modo oracional, na língua inglesa, temos o Predicador – a parte lexical do grupo verbal, depois de retirado o operador temporal ou modal – o Finito – o qual é o portador do significado lexical da oração como troca, caso específico da língua inglesa (Halliday, 1994, p.79).

Como esta metafunção não será usada para a análise e descrição do uso do verbo ‘ser’ nos artigos selecionados para esta tese, minha pretensão foi apenas a de fornecer um resumo para fins de ilustração, sem esgotamento do tema, portanto, encerrarei a síntese neste ponto.

2.3.1.3

A Metafunção Textual

A Metafunção Textual diz respeito ao mundo verbal, aos recursos lingüísticos disponíveis para a organização especialmente do fluxo de informações em um texto, à criação do texto e à *apresentação* dos significados ideacionais e interpessoais como

informações que podem ser compartilhadas pelo falante/escritor e ouvinte/leitor, fornecendo estratégias para guiá-los em sua interpretação do texto. Para Halliday ([1970]2002, p.199; Halliday & Matthiessen, 1999, p.11-15),

o sistema semântico capacita o falante para estruturar significado como texto, organizando cada elemento como uma informação e relacionando-a significativamente ao que veio antes.

Isto porque “é somente através da codificação da interação semiótica como texto que os componentes ideacional e interpessoal de significado podem tornar-se operacionais” (Halliday, 1978, p.145), ou seja, a linguagem só pode expressar efetivamente os significados ideacionais e interpessoais criando textos. Essa metafunção reflete a importância ou o realce de uma informação (nova ou já conhecida) na posição que esta ocupa na sentença (Halliday, 1978, p. 113). Isto significa que a Metafunção Textual reflete como as escolhas lingüísticas são construídas e organizadas na mensagem dentro de um sistema determinado pelo contexto e pela intenção do autor da mensagem. Portanto, ela concretiza-se no nível léxico-gramatical na estrutura temática e está relacionada com as orações como *mensagens*, através do sistema de *Tema-Rema*, o recurso para estabelecer um contexto local para uma oração pela seleção de um ponto de partida no fluxo de informações (Halliday, [1985]2002, p.268).

Na Metafunção Textual, uma oração é analisada em *Tema* e *Rema*. Os sistemas de Tema e Informação contribuem para a derivação da estrutura: as opções temáticas contribuem para a estrutura léxico-gramatical e os sistemas de informação contribuem para a estrutura da informação.

O componente textual é um componente do significado assim como os componentes ideacional e interpessoal. O sistema não gera primeiro uma representação da realidade, depois a codifica como um ato de fala e finalmente a recodifica como um texto. Ele incorpora todos esses tipos de significado em redes simultâneas de opções, de cada uma das quais derivam estruturas que são condensadas no curso da sua realização léxico-gramatical. A léxico-gramática age como o sistema integrativo, tomando as configurações de todos os componentes da semântica e combinando-as para formar composições estruturais.

O significado textual ou também chamado organizacional refere-se a como a linguagem cria o todo e as partes, que palavras ocorrem com que palavras. Portanto, ele é criado através da estrutura coesiva ou ‘textual’, na qual cadeias de relações semânticas unem as unidades (Halliday, 1978; Halliday & Hasan, 1985).

O Tema é o primeiro elemento da oração com valor ideacional, está relacionado com a forma como a informação é organizada nas orações e, através destas, em textos, sendo sua escolha fundamental para a organização da mensagem, assim como na forma do discurso. O Rema integra os elementos restantes da oração que desenvolvem o Tema. A análise do sistema Tema/Rema permite o reconhecimento das unidades lingüísticas em termos de co-texto¹¹ ou contexto lingüístico.

Nas palavras de Halliday ([1981]2002, p.237), “cada um desses componentes [ideacional, interpessoal e textual] faz sua contribuição para a construção total da oração. O que identificamos como uma oração é o produto conjunto dos processos semântico-funcionais desses três tipos”.

A oração é uma realização complexa das três metafunções semânticas da linguagem, a saber, o componente ideacional, baseado na transitividade – os processos, os participantes e os elementos circunstanciais que compõem a semântica do mundo real; o componente interpessoal, consistindo de modo, modalidade, pessoa; e o componente textual, a ‘perspectiva funcional da oração’ (sistemas temáticos e dado-novo) e os recursos coesivos de referência, elipse e conjunção. A simultaneidade implica ambos os eixos de organização – o sistêmico e o estrutural.

Sistemicamente, isso significa que o Modo Oracional (interpessoal), a Transitividade (ideacional) e o Tema/Rema (textual) são simultaneamente partes

¹¹ O texto funciona como um todo no que se refere ao enquadramento relevante para o funcionamento dos sistemas temático e de informação (aquilo que sobre eles é dito). O co-texto é a criação de um mundo de referências coerente no interior de si próprio, ou seja, a nível interno. O con-texto é o texto no mundo, as referências para além de si próprio, a uma realidade exterior, a nível externo. O co-texto reflete parte do nosso conhecimento do mundo tal como foi codificado pela estrutura conceitual da nossa memória semântica. O co-texto dá conta da intervenção das unidades verbais que fixam a significação das outras formas lingüísticas presentes num mesmo texto. Distingue-se da noção de contexto, utilizada para designar as instâncias enunciativas e os elementos extra-lingüísticos relevantes para a compreensão de um texto ou de um discurso. Uma das funções mais importantes do co-texto é a criação de efeitos intra e intertextualidade, e, deste modo, conferindo a um texto a unidade de sentido indispensável a sua constituição como um todo.

integrantes na rede de sistemas da oração. Estruturalmente, a simultaneidade metafuncional é manifestada como três partes integrantes ou camadas simultâneas na estrutura da oração. As funções estruturais das partes integrantes metafuncionais estão amalgamadas (Halliday, [1985]2002, p.268).

Como vimos, o componente semântico da gramática estabelece diferenças entre os significados potenciais representados por cada uma das Metafunções da linguagem.

Para facilitar a visualização da inter-relação Contexto de Situação, Sistema Semântico e Sistema Léxico-gramatical dentro do constructo socio-semiótico, apresento abaixo um quadro com o resumo das idéias apresentadas.

Quadro 5 – Inter-relação Contexto de Situação, Sistema Semântico e Sistema Léxico-gramatical

SITUAÇÃO	(realizado por)	TEXTO
Características do Contexto de Situação		Componentes funcionais do Sistema Semântico
Campo do discurso (o que está acontecendo)		Significados da experiência (Metafunção Ideacional) (Transitividade)
Relações do discurso (quem está participando)		Significados interpessoais (Metafunção Interpessoal) (modo, modalidade)
Modo do discurso (o papel dado à língua)		Significados textuais (Metafunção Textual) (tema, informação, relações de coesão)

Vejamos um exemplo abaixo de como as três metafunções emergem em uma oração:

Quadro 6 – Exemplificação das três metafunções na oração

Metafunção	Sistema	Na floresta	o coelho	dança	sozinho.
Textual	Tema	Tema	Rema		
Interpessoal	Modo	Adjunto	Sujeito	Finito/ Predicador	Adjunto
Resíduo (1)			Modo	Resíduo(2)	
Ideacional	Transitividade	Localização	Ator	Processo	Acompa- nhamento.

Em resumo, a gramática é concebida como um recurso para a criação de significados na forma de fraseados através de duas Metafunções – Ideacional e Intepessoal – as quais se relacionam aos fenômenos extra-lingüísticos. A primeira, a Metafunção Ideacional, refere-se aos recursos gramaticais de ideação para a *construção* – tanto paradigmática quanto sintagmática – de nossa experiência do mundo. A segunda, a Metafunção Intepessoal, diz respeito à interação entre falante/escritor e ouvinte/leitor. É o recurso gramatical para *atuar* os papéis sociais e pessoais na interação dialógica. (Halliday & Matthiessen, 1999, p.7- 11-13).

Halliday & Matthiessen (1999, p.11-15) chamam a atenção para o fato de que há uma relação direta entre a base de ideação e a base textual, uma vez que o nível semântico do discurso é o nível mais alto de organização dos textos e, assim sendo, sua unidade de análise é o texto como um todo. Esse nível refere-se à coesão do texto (o aspecto do discurso) e o significado do texto (o aspecto semântico).

Nos artigos de opinião e editoriais jornalísticos selecionados para a análise e descrição do verbo ‘ser’, constata-se que as escolhas temáticas estão associadas aos usos retóricos. Os temas organizam as orações de forma que o conteúdo de cada oração pode ser visto como uma unidade relevante no conteúdo em desenvolvimento do texto como um todo. A escolha de colocar constituintes na posição temática ou remática é retoricamente significativa. O caráter retórico das escolhas temáticas reside no poder organizador das configurações de tema-remática.

Esta discussão acerca da questão retórica e sua relação com a organização da oração é de interesse desta tese, uma vez que a retórica está mais ligada aos textos persuasivos, tais como os analisados aqui. A retórica é um processo discursivo através do qual os autores fazem escolhas textuais baseados nos efeitos que gostariam de alcançar e na relação que estabelecem com seus leitores.

É através das escolhas retóricas que um autor objetiva aumentar a credibilidade de determinadas proposições na mente do leitor. Como a teoria sistêmico-funcional é uma “teoria de significado como escolha, através da qual a linguagem, ou qualquer outro sistema semiótico, é interpretada como redes interligadas” (Halliday, 1994, p.xiv), o que se destaca aqui como de importância central na teoria da linguagem de Halliday é o objetivo de explicar a relação entre as opções apresentadas em um texto e os Contextos de Situação e de Cultura.

Em outras palavras, “como as características (opções) lingüísticas de um texto relacionam-se sistematicamente com as características (opções) de seu ambiente” (Halliday, 1994, p.xv-xvi). Portanto, a tematização – “a seqüência de elementos em uma oração” (Halliday, 1967) – é uma das escolhas textuais que o falante/escritor faz no nível da oração e que, particularmente, me interessa aqui.

Nesta tese, os Temas e Remas das orações nos textos serão analisados por seu conteúdo ideacional, ou melhor dizendo, em termos de seu conteúdo ideacional, seu papel no desenvolvimento da oração, uma vez que a estrutura temática “dá à oração sua característica de mensagem” (Halliday, 1994, p.379), e “é somente porque podemos selecionar a forma desejada da mensagem que também podemos usar a linguagem efetivamente, tanto para representar uma experiência (experencial), quanto para interagir (interpessoal) com outros”.

Não está no propósito desta tese analisar as orações nos seus conteúdos interpessoal e textual, mas examinar as escolhas significativas no conteúdo ideacional na relação com sua configuração contextual, ou seja, dentro da Metafunção Ideacional, examinar as noções de Tema e Rema, o que exige uma interpretação de minha parte. Portanto, por vezes, a análise será subjetiva, dado que não há uma correspondência um-a-um entre forma e função na linguagem.

É minha convicção de que há um lugar para um estudo como este, que analisa as orações que contêm o verbo ‘ser’ em artigos de opinião e editoriais jornalísticos, uma vez que acredito que ele possa contribuir para a descrição do português. Além disso, uma análise das escolhas ideacionais das orações que contêm o verbo ‘ser’ fornecerá uma representação composicional de seu potencial comunicativo, que pode então ser interpretado com relação ao Contexto de Situação.

2.3.1.3.1

Tema

Em 1967 e 1968, Halliday iniciou sua proposta sobre o conceito de ‘tema’, afirmando que “o tema é o que está sendo falado a respeito, o ponto de partida para a oração como uma mensagem” (Halliday, 1967, p.212). Em 1994, o autor continuou afirmando que “...o Tema é o ponto de partida da mensagem; é sobre o que a oração será” (Halliday, 1994, p.37).

Um problema que identifico na definição de Tema elaborada por Halliday para a língua inglesa, exposta acima como “ao que a sentença refere-se” é que os temas experienciais incluem adjuntos e seria muito difícil dizer que uma sentença “refere-se” a um adjunto. Portanto, os únicos pontos de partida que poderiam ser “a que a sentença refere-se” seriam os participantes e os processos.

Para Halliday (1994, p.37; Halliday & Matthiessen, 2004, p.65-67), é a estrutura temática a que dá à oração a característica de mensagem, elevando-a “ao *status* de um evento comunicativo”, porque a oração representa “alguma forma de organização”, o que permite que se encaixe no discurso e “contribua para o seu fluxo”. O Tema é “o que localiza e orienta a oração em seu contexto” (Halliday & Matthiessen, 2004, p.65), logo, caso ele não apareça “a oração carecerá de uma ancoragem no cerne da experiência” (Halliday, 1994, p.53).

Essa posição é corroborada por Lemke (1998:1) que afirma que as relações interpessoais são criadas “pela forma como o texto é fraseado”, o que revela o posicionamento do autor em “relação ao conteúdo ideacional e proposicional dos próprios textos”. Isso significa que cada texto representa uma fatia da realidade,

revela e constrói traços identitários dos participantes da interação e estabelece relações entre os participantes do evento discursivo.

Em 2004, Halliday & Matthiessen mencionam claramente que “o tema é indicado pela posição na oração” (2004, p.64), sendo então “o elemento que serve como ponto de partida da mensagem”, aquele que “estabelece a cena para a oração em si e a posiciona em relação ao texto em desenvolvimento” (2004, p.66). Acrescido à definição e à posição que o Tema ocupa na oração, Halliday & Matthiessen (2004, p.67) afirmam ainda que o “Tema de uma oração é o primeiro grupo ou sintagma que tem alguma função na estrutura experiencial da oração”. A definição de Tema é funcional, como ocorre com os demais elementos na interpretação estrutural gramatical.

Os significados temáticos são escolhas do falante/escritor, semelhantes às realizadas nos Sistemas de Transitividade, Sistema de ‘Modo’ etc. Para Halliday & Matthiessen (2004, p.162), o Tema “leva adiante o desenvolvimento do texto como um todo”. A estrutura temática significa por causa das seleções a partir de uma quantidade de opções léxico-gramaticais disponíveis para a primeira posição.

Considerando-se que o português é basicamente uma língua SV e, a menos que critérios tais como peso semântico e dependência contextual sejam trazidos à baila, a ordem canônica tenderá a ser seguida. Acrescentando-se a idéia de que o Tema inicia a jornada semântica da oração, então, em português o Sujeito estará, quase sempre, combinado com o Tema. Essa será a forma mais não-marcada.

Vale chamar a atenção para o fato de que a observação acima levanta a questão sobre as línguas *pro-drop* tais como o português, nas quais há a elipse do Sujeito, sem a necessidade de preenchimento de seu lugar. Além disso, também destaco o fato de que o português é uma língua mais flexível quanto à ordem de seus elementos oracionais, podendo se apresentar como VS, o que pode significar que se o critério for o de posição inicial, qualquer elemento nessa posição poderá ser considerado como Tema. Acrescento ainda que, se considerarmos que o início da ‘jornada semântica da oração’ em português também pode ser realizado pelo verbo, pode-se contemplar a possibilidade dele ser Tema oracional.

Acrescento ainda que o verbo contém dois marcadores, a parte lexical (o significado) e a parte morfológica que funciona como o Sujeito, carregando o tempo, o aspecto e a identificação de pessoa. Este é o Sujeito gramatical, recuperável a partir do contexto (no texto ou no contexto do mundo real). Dado o fato de que a situação não é suficiente para identificar que entidade corresponde à pessoa incluída no verbo, um substantivo ou pronome é adicionado, constituindo um Sujeito explícito. Daí, é possível afirmar que não há Sujeito oculto, mas sim a omissão de um pronome ou substantivo nessa função. Logo, se a função Sujeito está codificada no verbo, então não há elipse do Sujeito e, sim, ausência de explicitação de um pronome ou substantivo.

Alguns estudiosos afirmam que o Tema é o Sujeito elíptico e que sua elipse é anaforicamente recuperável, sendo, portanto, mesmo ausente, o ponto de partida da mensagem e o ponto a partir do qual a mensagem ‘decola’. No entanto, eles mesmos afirmam que o verbo carrega na sua flexão as noções de tempo, número e pessoa, o que confirma o fato de que o Sujeito já está implícito no verbo.

É interessante observar o caso dos verbos que expressam fenômenos da natureza, como o caso de *chover*, *trovejar* etc. que também não apresentam de forma alguma Sujeito, nem implícito, nem explícito, nem co-referenciado. Logo, só nos resta atribuir a esses verbos a função de Tema das orações em que se instanciam. A referência aos verbos que expressam fenômenos da natureza não é o foco desta tese, tendo sido apenas feita para fins ilustrativos da especificidade da língua portuguesa com relação à elipse do Sujeito em algumas construções.

Um outro fator para a não-ceitação do verbo como o Tema da oração por alguns pesquisadores pode ser a insistência em vê-lo atrelado ao Sujeito, independente de sua função, da especificidade da língua portuguesa e da escolha consciente ou inconsciente que os autores realizam ao selecionar outros elementos. O fato dos pesquisadores só o verem atrelado ao Sujeito das orações, me parece dificultar a associação da identificação com a função em português, pois na língua portuguesa, o Sujeito nem sempre se instancia na primeira posição. Talvez esse fato se deva à persistência por parte dos pesquisadores em manter a separação de Sujeito e Predicado realizada pela tradição gramatical e a não-contemplação das intenções e

objetivos no uso da linguagem, o que também revela uma resistência a analisar e a descrever a língua portuguesa à luz de uma perspectiva semântica e pragmática.

A origem dessa polêmica talvez possa estar no fato de a definição de Tema fornecida por Halliday, a saber, ‘a que a oração refere-se’ poder ter induzido os pesquisadores a compará-la com a definição de Sujeito na tradição gramatical, segundo a qual o Sujeito é o ser sobre o qual se faz uma declaração ou, ainda, ser aquele a propósito do qual se declara alguma coisa.

Bloor & Bloor (1995) definem Tema como “a idéia representada pelo constituinte no começo da oração” – a função da relação entre o pensamento na mente do falante e sua expressão no discurso. O princípio do Tema flui da relação entre o objeto de pensamento do falante e sua expressão no texto, realizando, portanto, a conexão entre o pensamento e a continuação do discurso. Falantes e escritores escolhem um elemento para a posição temática baseados no pensamento que desejam expressar e baseados em como desejam conectar aquele pensamento ao texto que o circunda. O Tema tem duas funções, a saber, expressar o pensamento do falante e indicar a relação daquele pensamento com o co-texto.

A abordagem de Bloor & Bloor acima parece ser a que mais faz sentido para a análise e descrição a que me proponho nesta tese, visto que meu interesse é no engajamento dessas escolhas temáticas feitas pelos autores dos artigos. Ao mesmo tempo, considero bastante interessante desenvolver um tipo semelhante de estudo a partir da perspectiva do leitor, analisando os processos cognitivos que ocorrem durante a leitura realizada por mim com relação à organização textual a partir da organização oracional e no texto. Através da análise do texto em si e de sua estrutura temática, “podemos obter uma compreensão de sua textualidade e compreender como o autor tornou claro para nós a natureza de seus interesses subjacentes” (Halliday, 1994, p.67).

O Tema da oração contém somente um elemento experiencial, seja ele um participante, uma circunstância ou um processo, isto é, um elemento do Sistema de Transitividade (Halliday, 1994, p.52), que é o

conjunto de opções relacionadas ao conteúdo cognitivo, a representação lingüística da experiência extra-lingüística, seja dos fenômenos do mundo externo ou do mundo dos sentimentos, pensamentos e percepções (Halliday, 1967, p.199).

Partindo-se da concepção de que toda a expressão lingüística é uma forma peculiar de verbalizar o mundo, a escolha da ordem das palavras é a expressão da experiência e, portanto, importante na discussão da escolha temática. A motivação da seleção temática inclui fatores semânticos, pois a realidade percebida de um evento ou eventos é uma das formas que é trazida à baila pela escolha temática.

Nesse sentido, a noção de Tema usado aqui para referir-me à expressão da percepção do falante/escritor sobre a realidade combina funcionalmente com a expressão do falante/escritor sobre a realidade e seus interesses para comunicar essa percepção ao ouvinte. É, portanto, tanto cognitivo, no sentido de que se refere ao mundo da experiência, quanto comunicativo, no sentido de que tem um papel discursivo.

A escolha temática manifesta um número diferente de pressões discursivas que incluem o desejo de relacionar o ponto de partida de uma oração com algo que veio antes, e pressões experienciais, que incluem o desejo de representar iconicamente o padrão de experiência na oração. Adicionado a estas, há também a noção da necessidade que os falantes/escritores têm de colocar os interesses prioritários, discursivos ou oracionais, como ideacionais.

Nesse sentido, o Tema é uma unidade funcional cuja estrutura é dependente do ato de comunicação, que é determinado pelo conteúdo lingüístico da mensagem, pelo contexto e pela atitude do falante/escritor com relação à mensagem e com relação ao ouvinte/leitor. O Tema é, portanto, uma noção oracional e discursiva, e os autores dos artigos aqui analisados lidam com ambas as considerações na elaboração de seus textos. Alguns temas são escolhidos para fornecer o fluxo do discurso, e partir da oração para pedaços maiores do texto, às vezes para uma outra oração ou para muitas outras, daí tomando uma parte maior na coerência global do texto.

Considerado sob a perspectiva integrada das três metafunções hallidianas (ideacional, interpessoal e textual),

o tema é um elemento significativo no nível da oração ou do complexo oracional. Então, deveríamos pensar que os tipos de significados que são temáticos variariam dependendo dos objetivos dos autores (Hasan & Fries, 1995, p.319).

Dessa forma, os autores sugerem que os falantes/autores manipulam as reações dos ouvintes/leitores aos seus textos, mudando o conteúdo dos Temas dos seus textos, da mesma forma que manipulam as reações dos leitores e ouvintes aos textos mudando as palavras.

Após realizar algumas investigações em um número pequeno de textos, Fries (Hasan & Fries, 1995, p.327) levanta as seguintes hipóteses:

- A) padrões diferentes de progressão temática se correlacionam com gêneros diferentes, i.e., padrões de progressão temática não ocorrem aleatoriamente, mas são sensíveis ao gênero;
- B) o conteúdo experiencial dos Temas se correlaciona com o que é percebido como sendo o método do desenvolvimento de um texto ou segmento do texto, i.e., a forma na qual um texto desenvolve suas idéias;

A noção de método de desenvolvimento do texto não é uma idéia estrutural, mas uma idéia semântica.

- C) o conteúdo experiencial dos Temas se correlaciona com gêneros diferentes; e
- D) o conteúdo experiencial dos Temas de um texto se correlaciona com elementos genéricos da estrutura no texto.

Os resultados em Editoriais examinados por ele revelaram uma alta percentagem de processos relacionais tematizados, com distribuição entre Equativas Temáticas, Temas predicados e orações encaixadas.

Para o autor, esses tipos de construções envolvem marcação, a qual em todos os casos “esse tipo de marcação está associado com graus de intervenção do autor” (Fries, 1995, p.328), como é o caso dos Editoriais examinados por ele.

Nesse sentido, a organização temática é considerada um recurso do qual o autor do texto lança mão para “manipular localmente a contextualização de cada oração” (Matthiessen, 1995 apud Hasan & Fries, 1995, p.xxix), sendo que essas escolhas temáticas locais contribuem para a articulação global dos significados no texto.

Nesta tese, o Tema é visto como refletindo as intenções dos autores de atar suas percepções da realidade, do campo, a um ponto de partida de seus leitores. Portanto, farei a minha análise a partir do Tema ideacional/experiencial, o qual contém dois sistemas básicos: seleção de tema e predicação.

O Tema experiencial constitui o primeiro elemento experiencial da oração como representação – participante, processo ou circunstância. O segmento temático vai do começo da oração até e inclusive o primeiro componente experiencial. Esse constituinte “é indicado pela posição na oração”. Portanto, “um item tem status temático” quando colocado em primeiro lugar na oração (Halliday & Matthiessen, 2004, p.65-67).

2.3.1.3.1.1

Tema Predicado

O sistema de Tema Predicado envolve “uma combinação de escolhas temáticas e informacionais” (Halliday & Matthiessen, 2004, p.95), ou seja, um Tema Predicado é selecionado através do uso de construção onde há um processo identificativo com o Tema como identificador e como o foco da informação. A estrutura tematizada é aquela na qual o falante/escritor escolhe um único elemento para dar-lhe *status* temático enfático. A opção predicada é a marcada no Sistema de Tema. Em português, as estruturas VS, em geral, são consideradas como pragmaticamente motivadas, o Sujeito está deslocado, pós-posto ao verbo, e não apresentam a necessidade de preenchimento do lugar do Sujeito no início da oração.

Esse tipo de construção também possibilita identificar e expressar algo como exclusivo em um determinado ponto da oração, o que se assemelha ao sistema de Identificação de Tema. Segundo Halliday & Matthiessen (2004, p.95), “ambas são construções equativas”, no entanto, embora tanto as Equativas Temáticas quanto as orações de Tema Predicado compartilhem a característica equativa, elas diferem na escolha do Tema e no mapeamento do Tema + Rema em Dado + Novo. Vejamos um exemplo proposto por Halliday & Matthiessen (2004, p.97):

A – O pai de João queria que ele desistisse do violino. Sua professora o convenceu a continuar.

Neste caso, observa-se um contraste entre desistir e continuar.

B – O pai de João queria que ele desistisse do violino. Foi sua professora quem o convenceu a continuar. (= Sua professora o convenceu a continuar.)

Aqui, o fato de João continuar com o violino é considerado como dado e o contraste é entre a atitude de sua professora e a do seu pai.

Observa-se que há uma ‘certa’ interrupção da expectativa criada pelo verbo ‘ser’ que inicia a segunda oração para destacar uma informação que virá a seguir e que apresenta um significado do tipo ‘dedique atenção especial para algo que é improvável ou contrário à expectativa’. A segunda oração *quem o convenceu a continuar* é uma oração que apresenta um pronome relativo, portanto, uma oração relativa, que funciona como pós-modificadora.

Em inglês, as construções do tipo ‘Tema Predicado’ apresentam o pronome *it* vazio no lugar do Sujeito, como em *It was Jane that started it* [Foi Jane que começou].

2.3.1.4.1.2

Comentário Tematizado

Há uma outra estrutura que parece com a predicação de Tema, na qual o sujeito ocorre na posição final da oração. Neste caso, também há em inglês o preenchimento do local original do Sujeito pelo pronome ‘vazio’ *it*, o que em português, como vimos acima, não se apresenta da mesma forma. Trata-se das orações que “permitem que o falante/escritor comece sua mensagem com seu próprio comentário sobre o valor ou a validade do que está prestes a dizer” (Thompson, 2004, p.152). Essas orações podem expressar modalidade objetiva explícita.

Em geral, ao nos expressarmos sobre o mundo, não criamos apenas relações com nossos interlocutores, mas criamos significados que ao serem tematizados destacam nossos objetivos na interação (Fries, 1995, p.319), pois usamos a linguagem

não só para oferecer, solidarizar, distanciar etc., mas também para emitir avaliações ou opiniões sobre nossas proposições.

Em outras palavras, podemos, no mesmo enunciado dizer aos nossos interlocutores “até que ponto acreditamos que o que dizemos é provável, desejável, importante, permissível, sério, surpreendente etc.” (Lemke, 1998, p.1-2). Ao realizar essas avaliações de proposições, colocamos nossos discursos no abrangente mundo dos pontos de vista sociais disponíveis com relação a nossa questão e definimos nossa identidade como criadora de significados com valores e crenças particulares.

Nesse sentido é que se pode afirmar que a linguagem é um recurso social para a construção de significado (Halliday, 1994; Halliday & Matthiessen, 2004) e que “o social é construído nos tecidos gramaticais da linguagem, de forma que a constituição semiótica pelo social e do social está constantemente em questão na análise linguística” (Chouliaraki & Fairclough, 2002, p.140).

Acrescento a isto a afirmação de Fries (1995, p.319) de que os padrões de tematização não ocorrem aleatoriamente, ao contrário, os conteúdos experienciais tematizados estão relacionados com os objetivos dos autores e as percepções dos leitores, razão pela qual o autor afirma também que os padrões de tematização estão relacionados ao gênero, pois os conteúdos experienciais se relacionam com a forma como as idéias são desenvolvidas em um texto. Para Fries (1995, p.323), “o método de desenvolvimento de um texto afeta as reações de seus ouvintes e leitores”. Isto significa que os conteúdos experienciais que são tematizados podem ser usados pelos autores para manipular as reações dos leitores.

Vejamos um exemplo:

A – É importante que você compareça à reunião.

Aqui, a informação principal é ‘você comparecer à reunião’, uma proposição que é avaliada como ‘importante’. A segunda oração *que você compareça à reunião* é o Sujeito do verbo ‘ser’, que está na primeira oração, na GT. O Comentário Tematizado não faz parte do componente significativo da segunda oração, sendo apenas um comentário expresso pelo autor da proposição.

Os artigos de opinião e os editoriais jornalísticos apresentam uma linguagem argumentativa que revela ser de grande densidade de avaliações de proposições. Ao

analisar a estrutura temática das orações, verificarei para qual elemento foi atribuído o status temático e a partir de que ponto de vista o autor está posicionado.

A avaliação refere-se aos elementos léxico-gramaticais de um texto para avaliar um ou mais elementos. Verifica-se que há uma diversidade considerável de meios léxico-gramaticais para avaliações, o que me parece ser o caso específico dos editoriais, sobre os quais Fries realizou uma investigação e verificou que o conteúdo experiencial das tematizações se relaciona com o método de desenvolvimento do texto. Vale lembrar que a noção de método de desenvolvimento do texto é uma noção semântica.

Fica bem claro que as avaliações de proposições não são independentes no texto de avaliações de participantes, processos e circunstâncias, pois as avaliações incluem as que avaliam mais diretamente um elemento semântico de uma proposição, assim como o seu todo.

O fenômeno que ocorre nos textos jornalísticos – o de tematização do verbo ‘ser’ – pode ser comparado ao que Halliday chama de ‘cadeia referencial’. Trata-se de uma combinação de coesão lexical e referencial que pode ser realizada por “qualquer elemento que possa ter o papel de participante em uma estrutura transitiva” (Halliday, 1994, p.337).

Cabe ressaltar que o verbo ‘ser’, no modelo hallidiano, não é classificado como Tema experiencial, mas apenas como um operador que funciona como um tema interpessoal, isto porque o modelo hallidiano foi desenvolvido para a língua inglesa, a qual exige que a posição inicial da oração seja preenchida pelo pronome impessoal *it* todas as vezes que o Sujeito seja deslocado para outra posição. Isto não ocorre em português, visto que seus verbos flexionam em número e pessoa, o que permite recuperar o sujeito em questão.

2.3.1.3.1.3

Equativas Temáticas

O Tema de uma oração também pode consistir de mais de um elemento estrutural formando um único elemento estrutural. Tal grupo de elementos ou

sintagmas funcionam como um Tema, o qual ainda assim se inclui na categoria de Temas simples. Há um recurso temático através do qual dois ou mais elementos separados são agrupados de forma a constituir um constituinte único de estrutura Tema + Rema, resultando o Tema em uma oração de um tipo particular – as Equativas Temáticas.

As Equativas Temáticas são um tipo de oração em que o Tema e o Rema são estabelecidos em termos de uma equação, ou seja, o Tema é igual ao Rema, o que resulta em uma oração identificativa. Em uma equativa temática, todos os elementos da oração estão organizados em dois constituintes; esses dois são então ligados por um relação de identidade, expresso por alguma forma do verbo ‘ser’.

Vejamos um exemplo de Equativa Temática extraído de Halliday & Matthiessen (2004, p.69).

O que o Duque deu a minha tia	foi	aquela chaleira.
Tema	Processo	Rema

O ponto de partida em uma Equativa Temática é um tipo de pergunta que o falante/escritor imagina que o ouvinte/leitor deseja fazer naquele estágio do texto.

Halliday & Matthiessen (2004, p.69) denominam ‘o que o Duque deu a minha tia’ como uma “instância de uma característica estrutural conhecida como **nominalização**”, processo pelo qual um elemento ou grupo de elementos destina-se a funcionar como um grupo nominal na oração, passando a servir a um objetivo temático. Esta possibilidade permite a distribuição das partes da oração em Tema e Rema, onde o Tema é *o que aconteceu*, significando ‘Eu quero contar a você algo que aconteceu’, e cada componente do acontecimento é colocado no Rema (Halliday, & Matthiessen, 2004, p.69).

Uma oração Equativa Temática é uma oração identificativa que apresenta uma nominalização temática, cuja função é expressar a estrutura Tema-Rema. Essa estrutura realiza duas características semânticas, as quais correspondem a dois sentidos da palavra ‘identidade’. Por um lado, ela identifica (especifica) o que o Tema é; por outro, ela o identifica (o iguala) ao Rema, o que neste caso adiciona-lhe um componente semântico de exclusividade, significando ‘isto e somente isto’.

Uma área de grande interesse em uma análise de Tema no português é a de processo como Tema. O português permite construções iniciadas com verbo em uma diversidade de contextos. Um é quando o verbo de uma oração subsequente refere-se ao Sujeito de uma oração anterior. Nessa situação, ocorre um movimento obrigatório de elipse. Caso o pronome seja incluído nesse caso, considera-se um tema marcado, pois o falante/escritor teria de ter uma intenção especial para incluir o pronome.

Um outro caso é aquele em que há inversões e construções impessoais. Inversões, como o próprio nome diz, consiste de uma construção de verbo inicial seguido do Sujeito. Então o Sujeito aparece no Rema da oração, e o verbo no Tema.

Os verbos impessoais, que em português não permitem a inclusão de um Sujeito explícito, incluem verbos que se referem aos fenômenos meteorológicos. Os verbos ‘ser’ e ‘estar’ também na referência temporal e meteorológica não permitem um Sujeito explícito. Este também é o caso do verbo ‘haver’ e referências temporais.

As orações substantivas, como caso de inversão, funcionam como o Sujeito da oração e nenhum pronome pode ser usado para preenchimento do lugar do Sujeito, portanto, o processo em si é temático.

2.3.1.3.2

Rema

Para Halliday (1994, p.37), enquanto o Tema serve como ponto de partida da mensagem, “o restante da mensagem, a parte na qual o Tema é desenvolvido, é chamada Rema”.

É importante esclarecer aqui que os sistemas de estrutura de informação (Dado-Novo) e a estrutura temática (Tema-Rema) são estruturas separadas, embora estejam relacionadas. Na correspondência, os falantes “localizarão o foco, o clímax do Novo, em algum lugar no Rema” (Halliday, 1994, p.299). O Novo elabora o campo, desenvolvendo-o em termos experienciais.

A parte relativa ao Rema não será aqui apresentada por fugir ao escopo desta tese.

Para facilitar a visualização da inter-relação Contexto de Situação, Sistema Semântico e Sistema Léxico-gramatical dentro do constructo sócio-semiótico, apresento abaixo dois quadros com o resumo das idéias apresentadas até então. Em seguida, forneço uma representação gráfica sobre o processo de criação do texto.

Quadro 7 – Metafunções da linguagem e suas respectivas caracterizações

Metafunções	Caracterização
Ideacional	'ideação' – interpretação e representação do mundo dentro de nós e ao nosso redor.
Interpessoal	Interação entre falante e ouvinte; atribuição de papéis discursivos e comentários modais-atitudinais.
Textual	Apresentação da informação ideacional e interpessoal como texto em contexto.

Quadro 8 – O Contexto de situação e a realização no texto

SITUAÇÃO Características do Contexto de Situação	(realizado por)	TEXTO Componentes funcionais do Sistema Semântico
Campo do discurso (o que está acontecendo)		Significados da experiência (Metafunção Ideacional) (Sistema de Transitividade)
Relações do discurso (quem está participando)		Significados interpessoais (Metafunção Interpessoal) (Sistema de modo oracional)
Modo do discurso (o papel dada à linguagem)		Significados textuais (Metafunção Textual) (Sistema de Tema, Informação, Relações de Coesão)

Quadro 9 – Resumo do modelo hallidiano de linguagem como semiótica social

Contexto	Contexto De Cultura	Ideologia		
		Gênero		
	Contexto de Situação	Registro		
		Campo	Modo	Relações
Texto	Discurso (Nível semântico)	Significado experiencial	Significado textual	Significado interpessoal
	Léxico-gramática	Sistema de transitividade - participantes - processos - circunstâncias	Sistema temático - tema e rema - dado e novo	Sistema de modo - modo - modalidade
	Expressão	Grafologia / fonologia		

2.3.1.4

A coesão textual

A análise de coesão, juntamente com os outros aspectos da textura, não adicionará, em geral, nada novo à interpretação de um texto. O que ela fará é mostrar por que o texto é interpretado de uma determinada forma...” (Halliday & Hasan, 1976, p.328).

A coesão, como definido por Halliday & Hasan (1976, p.4), “ocorre onde a interpretação de algum elemento no discurso depende de um outro”. A coesão entre as orações é de grande relevância para os objetivos desta tese e para a discussão da estrutura discursiva, pois investigar a coesão em um texto é pensar em um processo. Trata-se da ligação dos elementos que constituem o texto; é a interdependência interna organizada.

Cabe lembrar que Halliday & Hasan (1976, p.10) consideram que a coesão

refere-se à extensão de possibilidades que existem para ligar algo com o que veio antes. Uma vez que essa ligação é alcançada através das relações de significado (estamos excluindo os efeitos dos recursos formais tais como paralelismo sintático, métrica e rima), o que está em questão é o conjunto de relações de significado que funcionam dessa forma: os recursos semânticos que são ocasionados para o objetivo de criar um texto.

Acrescento ainda que “toda a oração, exceto a primeira, exibe alguma forma de coesão com uma oração anterior, em geral com a imediatamente anterior. Em outras palavras, toda oração contém pelo menos um elo anafórico conectando-a com o que veio antes” (Halliday & Hasan, 1976:293).

Para Halliday (Halliday & Hasan, 1976; Halliday, 1994, p.17), a coesão é um conceito semântico e refere-se às relações de significado no texto, as quais o definem como texto. Assim, a coesão ocorre a partir da dependência de elementos no discurso.

Os laços de coesão [*cohesive ties*] (Halliday & Hasan, 1976, p.9; Halliday, 1994, p.311; Halliday & Matthiessen, 2004, p.532) podem ocorrer em qualquer lugar na oração. No entanto, a parte inicial de uma oração presta-se mais facilmente às funções coesivas, porque trata-se de um lugar onde as relações discursivas podem ser marcadas mais explicitamente, como por exemplo, por meio das conjunções.

Por outro lado, para Halliday (1994, p.308-11), a organização textual é semântica e não formal, e assim sendo, a coesão tão pouco é textual, isto é, trata-se de uma parte da estrutura semântica do texto. A coesão textual é um dos aspectos do texto por onde “um processo contínuo de significados é canalizado” (Halliday, 1994, p.311). Os laços coesivos marcam relações semânticas no texto, independentemente da estrutura gramatical das orações que constituem o texto e podem ocorrer em qualquer lugar na oração, não somente na parte temática. No entanto, dado que o papel do Tema é determinar a relevância de uma mensagem para seu ambiente textual, há mais chances de interação entre o Tema e a coesão, uma vez que ambos pertencem à Metafunção Textual, a qual é descrita como uma função capacitadora, ou seja, aquela que permite que os significados ideacionais e interpessoais sejam expressos linguisticamente.

Segundo Halliday & Matthiessen (2004, p.532-5), a Léxico-gramática possui um conjunto de sistemas léxico-gramaticais chamado Sistema de Coesão, o qual torna possível ultrapassar os limites da oração.

Aqui chamo a atenção para a interação da estrutura temática e da coesão como componentes da textura – “qualidade de ser reconhecidamente um texto e não uma coleção de palavras e frases desconectadas” (Thompson, 2004, p.179), ou seja, trata-

se da estrutura de continuidade do texto e relaciona-se com o contexto de situação. A textura é o que mantém as frases de um texto juntas para dar unidade a ele.

Segundo Thompson (2004, p.179-80), coesão e coerência são quase que intercambiáveis, havendo apenas uma diferença que considera importante, a saber o fato de que a coesão “refere-se às ferramentas linguísticas através das quais o falante pode “sinalizar a coerência experiencial e interpessoal do texto”, sendo, portanto, um fenômeno textual; a coerência, por outro lado, “está na mente do escritor e leitor: é um fenômeno mental e não pode ser identificado ou quantificado da mesma forma que a coesão”.

Enquanto a coesão refere-se às propriedades internas do texto, a coerência refere-se à forma como um grupo de orações relaciona-se com o contexto. A coerência argumentativa dá-se a partir do raciocínio, numa relação lógica entre as idéias, mostrando o pensamento numa opinião progressivamente construída, como veremos nos artigos de opinião e nos editoriais jornalísticos analisados no Capítulo IV.

Nesses artigos, verificaremos que a argumentação é responsável pelos encadeamentos discursivos, articulando entre si enunciados ou parágrafos, transformando-os em texto. Verificaremos que essa progressão do discurso dá-se através das articulações da argumentação com o uso do verbo ‘ser’, usado em posição inicial de oração, referindo-se ao dito anteriormente, proporcionando, dessa forma, a coesão textual. Chamei à atenção para este tipo de ocorrência como coesiva por perceber nela essas características e por acreditar que haja uma estreita relação entre esse tipo de uso para fins coesivos e referenciais e a construção dos significados ideacionais realizados pelo verbo ‘ser’.

Considero que o verbo ‘ser’ contribui significativamente para o desenvolvimento do discurso, pois usado dessa forma ele é uma âncora no cerne da experiência.

Ao afirmar que a tematização do verbo ‘ser’ realiza uma coesão entre os parágrafos, estou embasada em Halliday & Hasan (1976, p.6-7) que abordam a coesão como um conceito semântico que se refere às relações de sentido existentes no interior do texto e que o definem como um texto. E mais uma vez, cito os autores

no que se refere ao tipo específico de relação de significado que eles consideram crítica para a criação da textura: “aquela em que UM ELEMENTO É INTERPRETADO POR REFERÊNCIA A OUTRO” [grifo dos autores] (Halliday & Hasan, 1976, p.11).

Nesse sentido, chamo também a atenção para o fato de que esses fatores reunidos, a saber, a construção dos significados ideacionais e a coesão textual levam à produção de um texto coerente. Portanto, acredito que a análise das escolhas temáticas em um texto pode indicar os objetivos que o autor tinha no momento da interação, o que significa que as escolhas temáticas estão relacionadas ao contexto e referem-se aos objetivos comunicativos em um contexto particular.

Um dos recursos de coesão textual é a Referência (uma relação entre coisas, ou fatos) endofórica. A coesão referencial realiza-se pela referência a elementos do próprio texto, como nos explicam Halliday & Hasan (1976, p.31;Thompson, 2004, p.180-181):

o que caracteriza esse tipo particular de coesão, aquele que estamos chamando de REFERÊNCIA, é a natureza específica da informação que está sinalizada para ser recuperada. No caso da referência, a informação a ser recuperada é o significado referencial, a identidade da coisa particular ou da classe de coisas que está sendo referida; e a coesão reside na continuidade da referência, onde a mesma coisa entra no discurso uma segunda vez.

Quanto à referência, Halliday & Matthiessen (2004, p.551) apresentam-na em dois tipos: a exofórica (aquela que aponta para fora) e a endofórica (aquela que aponta para dentro). A referência endofórica é a que sinaliza como a linguagem encaixa-se especificamente em seu contexto textual (o co-texto). A referência endofórica mais coesiva é a anafórica (aquela que aponta para trás), ou seja, aquela em que “o significado que está sendo repetido já foi mencionado antes no texto”. Halliday & Matthiessen (2004, p.552) explicam que

uma vez que um novo significado tenha sido introduzido, ele torna-se parte daquele sistema, [...] podendo ser presumido pela referência endofórica. [...] A referência endofórica pode apontar para trás para a história do texto em desenvolvimento, isto é, para um referente que já foi introduzido e é então parte do sistema de significados do texto. [...] Este tipo de referência endofórica é chamada de anáfora, ou referência anafórica, e o elemento para o qual a referência é feita é chamado de antecedente.

Mas, a referência endofórica também pode apontar para frente, para o futuro do texto em desenvolvimento, isto é, para um referente que ainda não foi introduzido. Esse tipo de referência endofórica é chamada ‘catáfora’, ou referência catafórica (Halliday & Matthiessen, 2004, p.552; Halliday & Hasan, 1976, p.72) e sinaliza que o significado do item de referência será especificado mais adiante no texto.

Ambos os usos da referência servem à função de mostrar como a mensagem amolda-se em seu contexto. A coesão de um texto depende de um certo grau de redundância, na qual retomam-se as idéias e parte delas.

Para o objetivo de desenvolver uma análise a partir da descrição dos padrões gramaticais de transitividade que permita alcançar qual sentido está sendo construído nos artigos selecionados para esta tese, o resumo acima é satisfatório.

2.4

A Transitividade

Nesta seção, tenho por objetivo fornecer um histórico de trabalhos, a título de contribuição para os estudos lingüísticos em português, na área dos estudos sobre *transitividade* à luz da LSF, atribuindo maior destaque aos trabalhos elaborados por Halliday, assim como também pretendo resumir outras contribuições de alguns estudiosos da mesma teoria e de outras sobre o tema. O histórico aqui apresentado não será utilizado na análise, servindo apenas como referência histórica.

Dado o escopo desta tese, o resumo das outras contribuições fora da LSF abarcou apenas algumas abordagens sobre *transitividade*, sendo que essa seleção está baseada no fato de que os teóricos aqui mencionados interessam-se pela classificação semântica dos verbos e/ou dos papéis temáticos associados a eles em uma oração.

Ao apresentar essas abordagens, estabeleço os critérios que justificam a opção pelo tratamento da *transitividade* na LSF como o arcabouço teórico-metodológico mais adequado para analisar e descrever as ocorrências do verbo ‘ser’, pois com esse arcabouço pretendo estabelecer os significados instanciados por esse verbo, quando expresso em artigos de opinião e editoriais jornalísticos, os quais serão apresentados no capítulo IV. Esclareço mais uma vez que embora apresente um histórico sobre a

transitividade à luz da LSF, os conceitos usados na análise dos dados serão apenas os contemplados em *An Introduction to Functional Grammar* (1994), *Construing Experience Through Meaning* (1999) e *An Introduction to Functional Grammar* (2004).

Nas palavras de Halliday e Matthiessen (1999, p.416), a orientação para o estudo do significado deve ser aquela que o localiza em relação à interpretação intracamadas da linguagem: o significado deve ser visto como

algo que é construído na linguagem e, portanto, é parte dela. A interpretação imanente do significado é característica da orientação retórica-etnográfica, incluindo nossa própria abordagem.

A partir da perspectiva de que a ‘base de conhecimento’ é uma ‘base de significado’, o significado passa a ser concebido como imanente, algo construído na linguagem em si, algo que faz parte dela.

A maioria dos estudos sobre *transitividade* concentraram-se no nível da oração descontextualizada. Embora muitos desses estudos tenham fornecido uma grande quantidade de informação com relação à comparação de línguas, especialmente no nível sintático, apenas alguns contemplaram o texto como “unidade básica de linguagem em uso” (Halliday, [1970] 2002, p.160) como a LSF.¹²

Dessa forma, entendo que a linguagem não pode ser tratada apenas no seu aspecto sintático, concebendo o significado como algo transcendente, isto é, algo que reside fora dos limites da linguagem. Conseqüentemente, se entendemos conhecimento como significado, a linguagem é o único sistema semiótico “cuja base de significado pode servir para transformar significados construídos em outros sistemas (incluindo os relativos à percepção) e, em seguida, integrar nossa experiência oriunda de todas as outras fontes” (Halliday & Matthiessen, 1999, p.444).

É por essa razão que a *transitividade* não pode ser considerada um sistema conceitual extra-semântico, pois a base de significado tem de ser realizada em textos, isto é, tem de ser considerada léxico-gramaticalmente, e a relação entre o significado e o fraseado, ou seja, a relação entre o Sistema Semântico e o Sistema Léxico-

¹² Para justificar citar Halliday aqui, lembro que entendo *texto* como o reflexo de um ato de comunicação que o torna a unidade básica da linguagem, podendo ser constituído de uma palavra ou de uma frase.

gramatical, tem de ser considerada de ordem natural, uma vez que ambas são estratos do conteúdo (Halliday & Matthiessen, 1999, p.444).

Já as teorias que buscam uma universalidade lingüística consideram que o significado está fora dos limites da linguagem, portanto, de natureza diversa, transcendente. Elas interpretam o significado em termos de algum sistema fora da linguagem, que pode ser o ‘mundo real’ ou qualquer outro sistema semiótico. Tentam identificar o significado de uma sentença ou texto com sua condição de verdade, as condições no mundo real que são necessárias para assegurar sua veracidade, ou tentam identificar o significado com uma representação mental intrinsecamente significativa.

2.4.1

Histórico

Dando continuidade ao que expus no início da seção 2.4, começo por apresentar a abordagem de Charles Fillmore em *The Case for Case* (1968a).

2.4.1.1

***The Case for Case* [Em favor do Caso] – a abordagem de Charles Fillmore (1968)**

Fillmore desenvolveu uma teoria funcional de sintaxe baseado na noção de que havia um conjunto universal de papéis sintático-semânticos que as línguas poderiam codificar de diferentes formas. O autor buscava estabelecer um sistema universal de relações de Casos¹³ na estrutura profunda das sentenças, pois postulava que essas noções de Caso eram inatas. O autor analisa os casos gramaticais sugeridos

¹³ Caso em seu sentido mais tradicional refere-se aos meios morfológicos pelos quais algumas línguas indicavam a relação gramatical de cada sintagma nominal com o verbo em uma frase. No sentido mais estrito do termo, Caso refere-se ao tipo de marcação de flexão dos sintagmas nominais encontrados no alemão, no latim e em outras línguas.

pela gramática gerativa transformacional (Chomsky 1965) presentes na estrutura superficial, tendo, portanto, sua abordagem uma origem na visão mais mentalista¹⁴.

A Gramática de Casos de Fillmore é uma teoria para representação semântica baseada nas relações existentes entre a ação (ou estado), denotada pelo verbo e seus demais constituintes. Fillmore não postula tipos diferentes de processos verbais, como o faz Halliday, focando-se nas relações de Caso particulares existentes entre o verbo e o sintagma nominal associado ao verbo. Essas relações são chamadas de ‘relações de casos’, ou ‘casos conceituais’. Relações de casos constituem o conjunto de papéis temáticos.

Fillmore difere de Chomsky ao fornecer uma descrição das funções gramaticais que inclui um aspecto semântico e ao propor que a ‘atribuição de caso’ ocorre na estrutura profunda da sentença e não na estrutura de superfície. Portanto, sua Gramática de Casos contempla não só os casos de origem sintática, como também os de origem semântica.

A noção gramatical de caso que está no componente de base da gramática de todas as línguas opunha-se ao pressuposto comum vigente à época de que o Caso era uma variedade de “relacionamentos semânticos que podem existir entre substantivos e outras partes das orações” (Fillmore, 1968, p.2).

Em outras palavras, o que o autor chamava de ‘Caso’ eram aqueles relacionamentos sintáticos semanticamente relevantes que envolviam substantivos e as estruturas que os contêm e que, embora não-manifestos, em grande parte, pois não apresentavam ‘realizações morfológicas óbvias’, constituem um conjunto finito específico que pode ser descoberto empiricamente, uma vez que essas realizações morfológicas “possuem uma realidade que pode ser observada na base de restrições de seleção e possibilidades transformacionais” (Fillmore, 1968, p.3).

Fillmore argumenta ainda que os estudos até então careciam de ‘enfoques válidos a respeito dos relacionamentos de Caso’, havendo, portanto, no seu entender, a necessidade de se conceber “a estrutura de base na qual os relacionamentos de Caso sejam primitivos da teoria”, omitindo-se, dessa forma, conceitos como o de ‘sujeito’ e

¹⁴ A visão mentalista está interessada em descobrir uma realidade mental subjacente ao compartimento real.

‘objeto direto’, pois “a relação ‘sujeito’, em outras palavras, é enfocada agora exclusivamente como um fenômeno de superfície” (1968, p.2-3).

Para a sustentação de seu argumento, Fillmore considera que um estudo que segue a tradição da gramática gerativa deve conceber como uma de suas premissas a *centralidade da sintaxe*, onde “as palavras são especificadas com referência a conceitos sintáticos e não inversamente” (1968, p.3).

O que Fillmore propõe como ‘Gramática de Casos’ refere-se às relações sintáticas envolvidas na seleção de formas de caso, que denominou ‘puras’ ou ‘configuracionais’, as quais referem-se às relações estabelecidas entre “constituintes gramaticais expressáveis em termos de domínio (imeditato)” (Fillmore, 1968, p.15-16), ou seja, entre o Sujeito e o constituinte – o sintagma nominal – e o Objeto e o constituinte – sintagma nominal na oração.

As ‘rotuladas’ referem-se às relações que se estabelecem entre o sintagma nominal e o sintagma verbal, as quais são mediadas por um rótulo pseudo-categoria, tais como: modo, extensão, agente (Fillmore, 1968, p.15-16), para as quais o autor atribuiu as ‘formas de caso’ e que envolvem uma determinada função semântica.

Entendo que isto significa que

onde a relação de ‘sujeito de’ é compreendida como existindo entre elementos da estrutura profunda, fala-se de sujeito de estrutura profunda; onde ela é compreendida como existindo entre elementos da estrutura superficial (pré-estilística), fala-se de sujeito de estrutura de superfície. Essa distinção parece corresponder à distinção tradicional de ‘sujeito lógico’ e ‘sujeito gramatical’ (Fillmore, 1968, p.16),¹⁵

pois para Fillmore a conclusão é de que

todas as relações sintáticas semanticamente relevantes entre SNs e as estruturas sintáticas semanticamente relevantes entre SNs e as estruturas que os contêm devem ser do tipo ‘rotulado’ (id., p. 17).

Fillmore afirma ainda que

... a estrutura profunda de (o componente proposicional de) toda sentença simples é uma combinação consistindo em um V mais um certo número de SNs mantendo relações rotuladas especiais (casos) com a sentença. Estas relações, estatuídas em categorias, incluem conceitos como os de Agentivo, Instrumental, Objetivo,

¹⁵ Embora o texto utilizado nesta tese tenha sido o original *The Case for Case* in Bach. E. & Harms. R.T (orgs), *Universals in linguistic theory*, Nova York, Holt, Rinehart and Winston, 1968, pages: 1-88, as traduções foram extraídas da tradução de Lobato, *Semântica: o léxico*, por tratar-se de uma reprodução já traduzida e autorizada pelo autor e pela editora original.

Factitivo, Locativo, Benefativo e, talvez, diversos outros. Sentenças complexas envolvem recorrência à categoria Sentença, sob a categoria de caso Objetivo. Os verbos são subclassificados segundo as ambiências de caso que os aceitam e as caracterizações semânticas de verbos os relacionam seja a elementos específicos de caso na ambiência, seja a elementos que contenham traços (como animação) introduzidos como acompanhamentos obrigatórios de determinados casos (1968, p.31-2).

Por interpretar o ‘sujeito’ como um aspecto da estrutura de superfície, Fillmore aborda a questão de línguas que contêm sentenças ‘sem sujeito’ (como o Latin), alegando que deveria ser estabelecida uma distinção entre “*não ter* um constituinte que pudesse, com propriedade, ser denominado ‘sujeito’ e *perder* tal constituinte por cancelamento anafórico” (Fillmore, 1968, p.17).

A partir de então, Fillmore declara sua posição diante da validade da estrutura profunda da divisão tradicional entre sujeito e predicado,

uma divisão que é defendida por alguns como subjazendo à forma básica de todas as sentenças em todas as línguas. A posição que tomo parece se alinhar com a de Tesnière (1959, p.103-105) que sustenta que a divisão sujeito/predicado é uma importação para a teoria lingüística da lógica formal de um conceito que não está apoiado pelos fatos da linguagem e, além disso, que a divisão, na realidade, obscurece os muitos paralelos estruturais entre ‘sujeito’ e ‘objetos’ (Fillmore, 1968, p.17).

Com esse posicionamento, o autor considera que o sujeito é um aspecto da estrutura de superfície e que, nessa perspectiva,

as sentenças sem sujeito em línguas que têm sujeito superficial em algumas sentenças, [...], não mais necessitam ser consideradas como particularmente perturbadoras (Fillmore, 1968, p.17).

Já para Halliday (1968, p.45),

uma vez que a descrição subjacente é em termos de traços, não de estrutura, não é necessário [...] falar em um ‘sujeito zero’ (um elemento S realizado por zero) em tais instâncias; com relação à transitividade [as orações sem sujeito ‘odeia repolho’ e ‘venha aqui’, por exemplo] têm os mesmos traços (mesma descrição sistêmica) de ‘Ele odeia repolho’ e ‘Você venha aqui’ (imperativo), respectivamente.

A possibilidade de omissão de sujeitos pode ter sido o que convenceu Tesnière (1959, p.103-105) a subordiná-los a verbos, tratando-os como complemento do verbo, não os isolando do resto da sentença, não considerando, portanto, a divisão sujeito/predicado, divisão cujas origens remontam à lógica formal. Tesnière nega a

importância da noção de predicação na sintaxe passando a centralizar suas descrições em um outro tipo de oposição.

Estando baseada nos princípios derivados da lógica, a gramática tradicional tenta reconhecer em uma sentença uma oposição lógica entre o sujeito e o predicado [...]. Temos de admitir que essa concepção é apenas um resíduo do período que remonta a Port Royal e Aristóteles, onde a gramática estava baseada na lógica (Tesnière, 1959, p.103). [minha tradução]

A posição de Tesnière quanto à não-divisão de sujeito/predicado foi adotada também por Fillmore (1968, p.18) que parece segui-lo quando usa o verbo como nó central que distribuirá os Casos Profundos para cada ‘sintagma nominal’, contribuindo para sua valência. Para Fillmore, o conhecimento lingüístico está organizado em torno dos verbos, ou mais corretamente, em torno do sentido do verbo. Cada um desses nós de caso (lugares actanciais para Tesnière) é composto de um marcador (uma preposição, uma posição deslocada etc) e um SN. Um conjunto de regras transformacionais determinará quais desses SNs tornar-se-ão S ou Objeto.

Para Tesnière, o verbo é o ponto central de uma sentença. Sua posição difere da de Chomsky que preserva a oposição sujeito/predicado. Ao conceber a sintaxe como uma forma cênica (actancial ou temática) – o “pequeno drama”, expresso pelo nó verbal, inclui para esse efeito “um processo, [...], alguns atores e circunstâncias” (Tesnière, 1959, p.102).

A partir do exposto, podemos concluir que Fillmore interpreta não só o ‘sujeito’, mas também o ‘objeto’ como aspectos da estrutura de superfície e passa a usar o termo ‘Caso’ no sentido introduzido primeiro por Blake (1930) que

aplica o termo *caso* na identificação da relação sintático-semântica subjacente e o termo *forma de caso* para significar a expressão de uma relação de caso numa língua específica – seja através de afixação, de suplência ou de uso de partículas clíticas, seja por restrições à ordem das palavras (Fillmore, 1968, p.21).

As noções de Caso podem ser pensadas como semelhantes às de Halliday, uma vez que podem ser vistas como uma reflexão da experiência humana, pois incorporam conceitos

que identificam determinados tipos de julgamentos que os seres humanos são capazes de fazer sobre os eventos que ocorrem ao seu redor, julgamentos sobre determinadas questões como quem fez o que, com quem aconteceu e o que mudou (Fillmore, 1968, p.24),

mas que apresentam também diferenças, uma vez que, para a LSF, através da análise de papéis de participantes podemos depreender a visão de mundo que o autor de um texto falado ou escrito possui.

A gramática de casos de Fillmore a sentença como possuindo na sua estrutura básica, a estrutura profunda, “um verbo e um ou mais sintagmas nominais, cada um associado ao verbo numa determinada relação de caso” (Fillmore, 1968, p.21). É interessante observar que ele reconhece que

as combinações de casos que definem os tipos de sentença de uma língua têm o efeito de impor uma classificação dos verbos na língua (de acordo com o tipo de sentença na qual eles podem ser inseridos) e é bem possível que vários aspectos desta classificação sejam universalmente válidos (1968, p. 21).

No entanto, a única classificação semântica oferecida por Fillmore é a classe da relação de caso, como por exemplo Agente, Benefactivo, Locativo etc. que se definem, de um lado pela relação que estabelecem com o núcleo predicativo, e, de outro, pelos traços semânticos (especificações e restrições) que têm a si associados, como os traços [+ ativo] e [+/- intencional], ligados ao Agente. Essas relações de caso em uma sentença constituem o que Fillmore chama de ‘proposição’:

um conjunto de relações, sem tempo verbal, incluindo verbos e substantivos (e sentenças encaixadas, caso haja alguma), separado do que poderíamos chamar de constituinte de ‘modalidade’”. [...] O constituinte P [proposição] é ‘expandido’ como um verbo e uma ou mais categorias de caso (1968, p.23-24).

Os casos são definidos nocionalmente, cito apenas dois como exemplo:

Instrumento (I) – o caso da força ou objeto inanimado casualmente envolvido na ação ou estado identificado pelo verbo.

Dativo (D) – o caso do ser inanimado afetado pelo estado ou ação identificado pelo verbo.

Essa gramática apresenta um conjunto de 5 a 10 casos e inclui conhecimento sintático que são as categorias sintáticas tais como: substantivo, verbo, sintagma verbal etc., e como essas categorias podem co-ocorrer e podem ser ordenadas. Inclui também o conhecimento lingüístico que pode ser iniciado sem qualquer referência ao que quer que a palavra refira-se, ou seja, é organizado em torno de verbos ou de um dos sentidos do verbo. Em outras palavras, associado a cada verbo há um conjunto de

casos. Alguns casos são obrigatórios, outros opcionais. Um caso será obrigatório se, ao ser omitido, a frase tornar-se agramatical ou anômala semanticamente.

O conjunto de papéis que qualquer sistema de papéis apresenta é sempre uma abstração: um papel para cada argumento para cada uso de cada verbo. O inventário de casos para Halliday, como a classificação dos tipos de processo, é tratado como específico de uma língua, em contraste com a Gramática de Casos onde os Casos são universais, mas a classificação do verbo é específica de uma língua.

A partir do exposto acima, meu entendimento é que embora parta de Chomsky, Fillmore diferencia-se dele ao entrar nos domínios da ‘semântica’ e ao propor que a atribuição de caso, na realidade, ocorra na estrutura profunda da sentença e não na estrutura de superfície, como afirmava Chomsky. Por outro lado, Fillmore mantém os mesmos princípios fundamentais ao afirmar que

as noções de caso constituem um conjunto de conceitos universais, presumivelmente inatos (Fillmore, 1968, p. 24).

Enquanto Fillmore está interessado nos universais inatos e na natureza dos seres humanos, a LSF também está interessada no que acontece em instâncias do texto produzido pelos falantes/escritores. Fillmore não postula tipos diferentes de processos verbais, como o faz Halliday, que enfoca as relações de Caso particulares que existem entre o verbo e o sintagma nominal associado ao verbo.

Embora Halliday e Fillmore não tivessem a mesma motivação, há uma semelhança nas categorias de Caso e de abordagem transitiva. Halliday (1968) refere-se aos trabalhos de Fillmore em vários exemplos, quando descreve o componente ‘ideacional’ da estrutura gramatical em termos de ‘funções transitivas’, dizendo que há muitas semelhanças com as de Anderson (1968a) e as de Fillmore (1968), muito embora esses autores as tenham tratado em termos de ‘Casos profundos’.

Halliday considera que

cada um dos três elementos principais da estrutura da oração, predador, sujeito e complemento, expressa uma variedade de noções diferentes [...]: S pode ser ator, objetivo ou atribuinte, P pode ser ação ou atribuição, C pode ser objetivo ou atributo. Isto é refletido na falta de correspondência direta entre as descrições sistêmicas e as estruturais (Halliday, 1968, p.41).

O modelo de Fillmore está baseado em verbos de ‘ação’, em processos que são dinâmicos e não estativos, o que representa um problema para a análise a que me proponho neste trabalho.

Para os propósitos desta tese, no meu entender, é suficiente o exame resumido da proposta de Fillmore, sobretudo da descrição das relações de caso, mostrando que é no nível da estrutura profunda que ele tenta a descrição semântica, o que prova seu reconhecimento pela necessidade de descrever a semântica. Esse reconhecimento pode ser percebido no parágrafo onde afirma:

se for possível descobrir uma teoria sintática semanticamente justificada ao longo das linhas que sugeri, é possível por regras... transformar essas ‘estruturas profundas semânticas’ em formas de superfície de sentenças, depois é provável que a estrutura profunda sintática do tipo conhecido no trabalho de Chomsky e seus alunos seguirá o caminho dos fonemas. É um nível intermediário artificial entre a ‘estrutura profunda semântica’ empiricamente descoberta e a estrutura de superfície observacionalmente acessível, um nível de propriedades das quais têm mais a ver com os compromissos metodológicos dos gramáticos do que com a natureza das línguas humanas (1968, p.88).

2.4.1.2

Introdução à Lingüística Teórica – Lyons (1968)

Dentro do arcabouço teórico gerativista, Lyons ([1968] 1979, p.353), no capítulo 8 intitulado *Funções gramaticais*, começa reconhecendo e aceitando o ponto de vista tradicional que distingue a estrutura sintática sujeito/predicado e atribui a ela a posição nuclear da frase, apontando o paralelismo gramatical entre o nome que ocupa a posição de sujeito de uma oração transitiva e o nome que ocupa a posição de sujeito de uma oração intransitiva, e a concordância entre o substantivo que exerce a função de sujeito e o verbo como a razão para tal distinção. Para o autor, a oração declarativa simples contém dois constituintes maiores obrigatórios – sujeito e predicado – e “constituintes facultativos, ou estruturalmente dispensáveis, da frase”, como os adjuntos.

Vale ressaltar que Lyons está influenciado pela doutrina aristotélica das categorias de predicação que deu uma base filosófica à concepção de que o mundo é povoado por pessoas, animais e coisas (substâncias) e que essas substâncias são ou os autores ou as vítimas (agentes ou pacientes) de atividades e processos, são dotadas

de certas qualidades, estão situadas em lugares particulares num determinado tempo, sujeitas a mudanças etc. No princípio da teoria lógica e da gramática tradicional, o sujeito e o substantivo estão indissolivelmente associados, denotando pessoas ou coisas.

A doutrina aristotélica das categorias de predicação indetifica termos universais como os que podem ser encontrados na posição de sujeito e na de predicado em proposições bem formadas. Trata-se de sintagmas, inclusive os substantivos ‘comuns’ indefinidos e os substantivos ‘abstratos’, assim como os verbos, os adjetivos e os advérbios que não denotam por si substâncias individuais, uma classe de indivíduos ou qualidades, estados, ações etc., que podem ser associados a indivíduos. Os termos particulares ou singulares denotam alguma substância definida, individual. Esses termos são encontrados apenas na posição de sujeito. O exemplo fornecido pelo autor é o seguinte: *Sócrates é um homem* (genérico), portanto universal; *Sócrates é sábio* (caracterizador), portanto particular; *Os homens são sábios*, composto de dois termos universais. No último exemplo, dos dois termos considerados universais o mais específico é o sujeito *homens* e o menos específico é o predicado *sábios*.

Na seção *Concordância dos critérios lógicos com os critérios gramaticais*, Lyons afirma que se substituirmos o nome *João* e *Guilherme* pelos pronomes *ele* e *o*, respectivamente, nos exemplos *João mata Guilherme* e *João foge*, o pronome *ele* “terá a mesma forma (caso “nominativo”), tanto na frase transitiva como na intransitiva [...]”. Entendo que isto significa que essa substituição permitiria-nos mostrar *João* como o caso nominativo *ele*, e *Guilherme* como o caso acusativo *-o*, como em *João o mata*. Dessa forma, ao coordenarmos as duas frases, a segunda ocorrência de João desapareceria nas frases resultantes.

Lyons (p.360) afirma também que

tanto as frases intransitivas como as transitivas em inglês e português podem responder à pergunta implícita ‘o que é que X faz?’ em que X é uma expressão nominal e *faz* é um ‘pró-verbo’ que substitui verbos intransitivos, por um lado, e transitivos e seus objetos por outro.

Portanto, para Lyons, todas as vezes que essa condição for satisfeita, “o sujeito pode ser descrito como *ator* (ou ‘agente’); o substantivo-objeto em frases

transitivas é a ‘meta’ (ou ‘paciente’). No entanto, o autor reconhece que essa “interpretação nocional do sujeito como ‘ator’ e do objeto como ‘meta’, freqüentemente, entra em conflito com alguns dos outros critérios referidos nos parágrafos anteriores”.

Lyons está referindo-se aos exemplos *A riqueza atrai assaltantes* e *Os ricos atraem assaltantes*, onde os sujeitos são *A riqueza* e *Os ricos* de acordo com o critério de concordância sujeito-verbo. No entanto, sabe-se que *A riqueza* não poderia preencher o papel de ‘ator’. Com isso o autor chega à conclusão de que a distinção entre sujeito e predicado só poderia ser aplicada “a frases cujos núcleos consistem de uma expressão nominal e de um predicado intransitivo” (id., p.363).

Mais adiante, Lyons disserta sobre a semelhança entre *adjuntos de tempo e de lugar* e *complementos de tempo e de lugar* no nível da palavra e do sintagma. Para o autor, o termo *complemento* aplica-se “a expressões nominais ou adjetivas que se combinam com a ‘cópula’, como no exemplo *Maria é (cópula) bonita* (complemento)” (id., p. 365).

Esta posição difere da posição da gramática tradicional que atribui a designação de *complemento* a qualquer palavra ou sintagma, diferente do verbo, que seja um constituinte obrigatório do predicado e que é requerido para ‘completar’ a estrutura do predicado. A diferença entre *adjuntos* e *complementos* é, em princípio, a de que *adjuntos* são os constituintes facultativos (extranuclear) e *complemento* o constituinte obrigatório (nuclear) da frase.

Lyons discorda da clareza dessa distinção demonstrando que “a mesma classe de palavras ou de sintagmas pode ocorrer como um adjunto de lugar ou de tempo num conjunto de frases, e como um complemento (da cópula) em outro” (ibid., p.365). Seu exemplo é o seguinte: *A demonstração ocorreu no domingo*, onde o verbo *ocorrer* é intransitivo, por definição, portanto, não exige complemento, o que torna o sintagma *no domingo* um adjunto.

No entanto, se considerarmos a relação semântica da frase anterior com a frase *A demonstração foi no domingo*, poderíamos dizer que os verbos *ser* e *ocorrer* são do mesmo tipo e como *no domingo*, neste último exemplo, é *complemento predicativo*, pode-se dizer então que *no domingo* é *adjunto* ou *complemento*

predicativo em ambos os exemplos e que o verbo *ocorrer* também pode ser considerado então como cópula de tempo e de lugar como no exemplo acima.

Para os propósitos específicos desta tese, interessa-me ressaltar as abordagens do autor quanto ao verbo ‘ser’ e, com relação a ele, o autor declara, na seção *Construções existenciais, locativas e possessivas* (p.408-9) que, com relação aos verbos ‘ser’ e ‘ter’, trata-se de “um elemento gramatical, desprovido de sentido, que serve apenas como ‘suporte’ dos marcadores de tempo, modo e aspecto na estrutura superficial das orações.”

Essa posição difere da de Halliday (1968, p.66) que não vê justificativa para negar a *to be* (verbo ‘ser’) o *status* de um verbo lexical. O autor defende que o verbo ‘ser’ pode ser atribuído a um conjunto de classes verbais reconhecido no Sistema de Transitividade. Portanto, no meu entender, não se trata de um verbo ‘sem significado’, mas trata-se de mais de um significado construído pelas realizações com esse verbo.

É interessante observar que, embora Lyons considere esse verbo desprovido de significado, ao distinguir seus usos ‘predicativos’ define-os da seguinte forma: a *identificação* de uma entidade com outra ($a=b$), também chamada de *equativa*; o *pertencimento* a uma classe (João é católico, ou seja, João é um membro da classe de pessoas caracterizadas como católicas) e a *inclusão numa classe* (Católicos são Cristãos, ou seja, “os membros da classe de pessoas caracterizadas como católicos estão incluídos entre os membros da classe de pessoas caracterizadas como cristãos.”), os quais podem ser considerados significados diferentes construídos pelo verbo ‘ser’.

Vale ressaltar que ao introduzir conceitos como os acima para os usos ‘predicativos’ do verbo ‘ser’, Lyons reflete uma certa influência das propostas de Halliday (1968), embora se diferencie dele ao afirmar que a transitividade

está, pois, ligada à distinção entre expressões nominais animadas e não-animadas, e, no sistema ‘ideal’, as primeiras podem ser ou ‘agentivas’ ou ‘não-agentivas’, tanto em frases transitivas como em intransitivas, e as não-animadas são sempre não-agentivas.

E com essa definição de transitividade, elimina de vez a possibilidade de incluir o verbo ‘ser’ na acepção de verbos transitivos.

Enquanto para Halliday, a transitividade é definida

em termos de relações sintagmáticas e paradigmáticas na oração, não pela classificação de verbos como ‘transitivos’ ou ‘intransitivos’. [...]; as classes de verbos representam a potencialidade da parte de cada verbo de entrar em cada um dos conjuntos de relações envolvidas (1968, p.52).

A diferença entre os dois está no fato de que para Halliday a classificação de qualquer verbo é feita de acordo com sua potencialidade de operar em cada um dos tipos de oração identificados pelo autor. Na realidade é a “categorização derivada do Sistemas de Transitividade que é responsável pelas potencialidades do *to be* [verbo ‘ser’] assim como o é para os outros verbos” (Halliday, 1968, p. 71). No meu entender, Lyons trata a transitividade como verbal e Halliday como oracional.

2.4.1.3

Functionalism and Grammar – Talmy Givón (1995)

Na introdução de *Functionalism and Grammar* (1995, p.7), Givón afirma que o funcionalismo ao qual está associado tem sua descendência direta de *Aspects* (1965) de Chomsky, livro que inicia a concepção do isomorfismo entre a estrutura sintática profunda e o significado proposicional.

A definição de *transitividade* elaborada por Givón parece bastante semelhante à adotada pela gramática tradicional, apresentando a diferença da definição semântica. Já com relação ao tratamento dado aos ‘verbos de ligação’ ou ‘cópula’, o autor também os considera não-nocionais, depositando em seu *predicativo* o núcleo do predicado como o faz a gramática tradicional. Para Givón, o verbo *ser* é um verbo *cópula estativo*, semanticamente empobrecido, carregando pouco ou quase nenhum sentido. A carga da informação nas frases com verbo cópula é fornecida pelo *predicativo* que o segue. Para o autor, as frases com esses verbos codificam um *estado* ou um *dativo*.

Nessa perspectiva, Givón (1993, p.99-105; 1995, p.76) define que a frase simples – e os verbos – são transitivos ou intransitivos. Para o autor, a *transitividade* é um fenômeno complexo que envolve componentes semânticos, pragmáticos e sintáticos, ou seja, há uma definição semântica e uma sintática. Cada um desses

traços enfoca as propriedades do sujeito, do objeto ou do verbo da frase. Juntos, os três componentes definem o prototipo da frase semanticamente transitiva. Uma frase transitiva prototípica apresenta três dimensões semânticas, cujas definições são as seguintes:

- a) Agentividade: O sujeito de uma frase transitiva prototípica é um **agente deliberadamente ativo**, ou seja, é um agente intencional, responsável pelo evento.
- b) Afetação: O objeto direto de uma frase transitiva prototípica é um **paciente concreto visivelmente afetado**, isto é, não intencional, inativo que registra as mudanças de estado do evento.
- c) Perfectividade: O verbo transitivo prototípico codifica um **evento perfectivo** (não durável), **completo**, que acontece em **tempo real**.

Cada uma dessas dimensões corresponde a um aspecto central do *evento transitivo prototípico*.

Observa-se que alguns desses traços apresentam uma determinada graduação, de forma que a transitividade semântica é, pelo menos em princípio, escalar.

A definição sintática da frase transitiva prototípica – e dos verbos – é a seguinte:

- a) os verbos (e frases) que têm um **objeto direto** serão considerados **transitivos**;
- b) verbos (e frases) que não têm um **objeto direto** serão considerados **intransitivos**.

A perspectiva adotada pelo autor parece concentrar aspectos da teoria gramatical tradicional quando define como transitivos os verbos que têm um objeto direto e alguns traços da teoria valencial quando admite que há exigências e restrições de ordem semântica, sintática e pragmática sobre a transitividade verbal e que esta pode ser expandida à frase.

2.4.1.4

***Gramática Funcional* – Simon Dik – (1981)**

Com relação à proposta de Simon Dik em *Gramática Funcional* (doravante GF)(1981), seu objetivo é explicar as regras da língua em termos de sua funcionalidade com respeito a seus modos de utilização e às finalidades desses usos. No entanto, Dik busca os universais lingüísticos, explicando-os em termos das relações inerentes às metas da comunicação, à constituição biológica e psicológica dos usuários da língua e às circunstâncias e contextos nos quais eles as utilizam.

Dik esclarece que a teoria da GF tem como objetivo proporcionar meios e princípios que possibilitem o desenvolvimento das gramáticas das línguas individuais. A gramática funcional de uma língua individual deveria, para o autor, ser capaz de especificar todas as expressões lingüísticas dessa língua por meio de um sistema de regras em que estejam incorporadas as generalizações mais significativas sobre a língua. Nesse sentido, essa GF deveria adaptar-se aos padrões de adequação correspondentes aos que Chomsky (1965) formulou para as Gramáticas Transformacionais.

Dik (1981, p.33-41) estabelece que a interação verbal constrói-se em torno de uma *expressão lingüística*. Essas expressões lingüísticas organizam-se em uma estrutura de predicado com a intervenção de três tipos de funções: (i) semânticas – papéis dos referentes dos termos nos ‘estados de coisas’ designados pela predicação; (ii) sintáticas – especificação da perspectiva a partir da qual o ‘estado de coisas’ é apresentado na expressão lingüística; e (iii) pragmáticas – estatuto informacional de um constituinte dentro do contexto comunicativo mais amplo em que ocorrem.

O autor considera as expressões lingüísticas independentes, isto é, essas expressões não dependem de modo algum do contexto que as precede ou segue, sendo regidas pelas regras da Gramática. Dessa forma, a GF tem por finalidade cobrir qualquer tipo de expressão lingüística, abordando a função dos constituintes sentenciais de modo tal que as generalizações de ordem formal sejam decorrentes de generalizações nos níveis pragmático e semântico. Na prática, o autor se ocupa da

estrutura interna das orações, ou seja, um número selecionado de aspectos dessa estrutura. Um desses aspectos é a *Predicação*.

A estrutura abstrata da oração, subjacente às expressões lingüísticas, é considerada não ordenada ou, pelo menos, a ordem de apresentação na estrutura subjacente não é diretamente relevante para a ordem linear em que os constituintes aparecem atualizados nas expressões lingüísticas. As estruturas subjacentes são vistas como estruturas relacionais em que o estatuto dos constituintes é codificado em seus rótulos funcionais.

A descrição das expressões lingüísticas na GF começa com a construção das predicações. Para Dik, há uma ‘predicação nuclear’ que se refere à aplicação de um predicado a um número apropriado de termos que funcionam como argumentos desse predicado. Esses termos são expressões com potencial referencial, isto é, expressões que podem ser usadas para referir a entidades no mundo. Portanto, os predicados designam propriedades de tais entidades ou relações entre elas. Uma predicação nuclear é obtida mediante a inserção dos termos apropriados nas lacunas argumentais. Seguindo um critério semântico, as predicações nucleares podem ser interpretadas como designando ‘estados de coisas’, isto é, o conjunto de ‘estados de coisas’ em que a propriedade ou relação que designa o predicado é válida para os termos específicos aos que se aplica o predicado.

Nesse sentido, os predicados podem ser básicos ou derivados. Um predicado básico vem dado no léxico, ou seja, os lexemas simples de sentido pleno como os verbais, adjetivais e nominais são tratados como predicados básicos que contêm toda a informação apropriada para seu comportamento sintático e semântico nas expressões lingüísticas. Essa informação está contida nos chamados ‘marcos predicativos’. Cada ‘marco predicativo’ proporciona a seguinte informação sobre um predicado:

- a) sua forma léxica;
- b) a categoria sintática a que pertence;
- c) o número de argumentos que exige;
- d) as restrições de seleção que estabelece o predicado sobre seus argumentos;
- e) as funções semânticas que realizam os argumentos.

Um predicado derivado forma-se mediante regras de formação de predicação. A *Gramática Funcional* propõe um componente separado para a formação de predicados derivados. Os exemplos de predicado derivado são ((*ser*)*extremamente interessante*), *ser um professor*, *deixar ir* etc. O resultado das regras de formação de predicados é um conjunto de predicados derivados, apresentados de novo sob a forma de marcos derivativos do tipo geral.

Dada uma predicação que defina um ‘estado de coisas’, podemos construir uma predicação expandida adicionando um ou mais satélites à predicação nuclear. Os satélites são constituintes que não funcionam como tais na definição do ‘estado de coisas’, mas ampliam a informação relativa ao ‘estado de coisas’ considerado como um todo, especificando o tempo ou a localização do ‘estado de coisas’, explicando a razão ou a causa de sua existência e proporcionando qualquer outro tipo de informação adicional.

Esses argumentos nucleares são necessários para a definição do ‘estado de coisas’, embora possam deixar de ser especificados em certas circunstâncias devido ao contexto ou à situação. A função semântica de um argumento nuclear define sua contribuição específica à definição de um ‘estado de coisas’. Por outro lado, a função semântica de um satélite define o modo como o ‘estado de coisas’ modifica-se ou expande-se mediante informação adicional.

Nesse sentido, Dik argumenta que as funções semânticas dos satélites podem também caracterizar os argumentos de certos predicados como *A discussão durou três horas*. Para o autor, *três horas* é um argumento essencial do predicado ‘durar’. Portanto, esse predicado designa uma relação entre um acontecimento e um período de tempo.

É interessante observar que a abordagem de Dik sobre a formação de predicação apresenta uma base semelhante à da Gramática de Valências expandida pela formação de predicados derivados. Em outras palavras, todos os itens lexicais de uma língua têm de ser analisados dentro da predicação e todos os predicados básicos de uma língua compõem o seu léxico, constituindo o estoque completo das estruturas predicativas básicas.

Para a construção de predicções subjacentes são necessários um conjunto de estruturas de predicado e um conjunto de termos. As estruturas de predicado são esquemas que especificam um predicado juntamente com um esqueleto de estruturas nas quais ele pode aparecer.

Como vimos acima, nem todas as teorias lingüísticas são orientadas funcionalmente no sentido de estudar a linguagem em termos de como ela é usada e como é estruturada para o uso. Ao contrário, algumas teorias lingüísticas são orientadas para descreverem a linguagem como sistemas formais.

Embora tenha conhecimento de que outros pesquisadores como Berry (1975) e Fawcett (1980;1987) tenham discutido o sistema de transitividade a partir dos trabalhos desenvolvidos por Halliday, não apresentarei aqui seus trabalhos para não tornar esta seção longa demais.

2.4.1.4

A história da ‘transitividade’ na LSF

Em *Categories of the Theory of Grammar* ([1961]2002, p.37-94) [Categorias da Teoria da Gramática], Halliday antecipa a visão de gramática como essencialmente uma rede de sistemas de escolhas. Embora ainda não se encontrem indicações explícitas de como seria a rede de sistema para a *transitividade*, pode-se depreender algumas indicações do que seria *transitividade* na parte onde descreve a categoria de *estrutura*. Ao tratar dos arranjos lineares na seqüência de elementos da estrutura oracional, reconhece que a oração é composta de quatro elementos – sujeito, predicator, complemento e adjunto –, e que as estruturas oracionais podem ser combinações desses quatro elementos, havendo a ocorrência de todos ou de apenas alguns.

Halliday tem como interesse principal o que a oração poderia fazer sintagmaticamente, sem nenhuma alusão sobre *transitividade* em termos paradigmáticos. Embora não contemple a *transitividade* como a unidade da oração, introduz a idéia de *sistema e delicadeza*.

Halliday começa apresentando duas abordagens sobre a descrição lingüística que reinava nos estudos lingüísticos da época, a ‘textual’ e a ‘não-textual’ ou ‘exemplificatória’. A estas, ele acrescenta uma terceira, a ‘gerativa’ (‘transformacional-gerativa’). Sua opinião é a de que embora tenham objetivos diferentes, as três abordagens têm um lugar fundamental na lingüística. No entanto, para Halliday, descrição não é teoria.

O objetivo a que se propõe é o de sugerir o que para ele pareciam ser as categorias fundamentais da parte da teoria da Lingüística Geral que está interessada em como a linguagem funciona no nível da gramática, fazendo referência breve às relações entre gramática e léxico e entre gramática e fonologia ([1961]2002, p.37).

A descrição lingüística deveria ter quatro categorias e três escalas diferentes, através das quais essas categorias seriam relacionadas. Nas palavras de Halliday,

a teoria relevante consiste de um esquema de categorias interrelacionadas que são estabelecidas para dar conta dos dados, e um conjunto de escalas de abstração que relacionam as categorias aos dados e uns aos outros ([1961]2002, p.38).

O autor refere-se aos dados como eventos lingüísticos, observados oralmente ou codificados na escrita, considerados como ‘texto’. A descrição consistiria em relacionar o texto às categorias da teoria. Os eventos lingüísticos deveriam ser considerados em um número de níveis diferentes devido ao tipo de processos de abstração envolvidos. O contexto seria

a relação da forma com as características não-lingüísticas das situações nas quais a linguagem opera, e com as características lingüísticas diferentes daquelas do item sob observação: sendo essas características ‘extra-textuais’ (Ibid., p.40).

Quanto ao significado, a linguagem teria um *significado formal* e um *significado contextual*. O significado formal seria a informação da *teoria da informação* e o significado contextual de um item seria sua relação com as características extra-textuais, já o significado formal de um item seria “sua operação na rede de relações formais”. O significado contextual seria dependente do significado formal.

Halliday chama atenção para as categorias fundamentais de uma teoria de gramática, a saber, ‘unidade’, ‘estrutura’, ‘classe’ e ‘sistema’ estabelecidas e interrelacionadas na teoria e da mais alta ordem de abstração. Como são categorias

primárias da teoria, dão conta, de forma coerente, do que é a gramática e de seu lugar na linguagem,

cada uma das quais [categorias] está especificamente relacionada, e logicamente derivada, umas das outras. Não há nenhuma relação de precedência ou prioridade lógica entre elas (Ibid., p.41)

Elas são mutualmente definidas, uma vez que “nenhuma categoria é definida até que todas as outras o sejam, na totalidade da teoria”. Essas categorias também acarretam “três escalas distintas de abstração – ‘nível’, ‘expoência’ e ‘delicadeza’”. A noção de *sistema*, especialmente quando considerada juntamente com a escala de *delicadeza*, fornece uma indicação importante da direção da teoria. Pode-se observar também que ao escrever que “o que ainda falta ser considerado é a ocorrência de um em detrimento de um outro entre um número de eventos parecidos...” e que “a categoria estabelecida para esse objetivo é o sistema” (Ibid., p.52), Halliday enfatiza a noção de *sistema* como *escolha*. Embora não tenha sido colocado explicitamente, parece que o que está implícito é que uma opção é escolhida em detrimento de uma outra em um sistema.

A descrição de *sistema* é explícita na relação com *classes* e com *classes secundárias*, com referência específica ao conceito de *sub-classe* como escolhas:

sistemas de classes secundárias então permitem que a descrição permaneça em um alto grau de abstração enquanto mostram a cada passo, a cada aumento na delicadeza, uma abrangência diferenciada mais refinada de escolha (Ibid., p.52).

Esse é o valor do conceito de *sub-classe*, uma vez que

sempre que uma escolha entre um número finito de possibilidades mutuamente exclusivas ocorre em uma classe, pode-se reconhecer um sistema cujos termos têm a natureza e o grau de abstração da *classe*: suas relações com elementos secundários da estrutura está implícita e não precisa ser declarada (Ibid., p.53).

A afirmação acima indica o conceito de rede de sistema porque sugere que uma escolha entre classes primárias em um sistema pode levar a uma escolha entre classes secundárias, ao longo da escala de *delicadeza*.

No tratamento do léxico, Halliday sugere que “o lugar teórico do movimento da gramática para o léxico não é conseqüentemente uma característica de nível, mas de delicadeza” (Ibid., p.54) e que o

sonho dos gramáticos é (e deve ser, tal como é a natureza da gramática) a constante expansão territorial. Eles gostariam de transformar toda a forma lingüística em gramática, esperando mostrar que o léxico pode ser definido como ‘gramática mais delicada’. A saída para o léxico seria então fechada, e todos os expoentes dispostos em sistemas (Ibid., p.54).

Neste artigo, Halliday limita-se a tratar a gramática e o léxico como duas partes separadas da teoria. Ele diferencia os ‘sistemas fechados’ da gramática e os ‘sistemas abertos’ do léxico, afirmando que a teoria tem de tratá-los [gramática e léxico] como dois tipos distintos de padrões que exigem categorias diferentes, e parece satisfeito com o fato de haver uma teoria de léxico para dar conta daquela parte da forma lingüística com que a gramática não lida.

Em seu artigo *Some notes on ‘deep’ grammar* ([1966]2002, p.106-117) [Algumas observações sobre a gramática ‘profunda’], Halliday inicia fazendo uma divisão no que anteriormente havia sido referido como ‘estrutura’, estabelecendo que há uma seqüência linear de classes e uma configuração não-linear de funções. Cabe chamar a atenção para a mudança de posição do autor nessa divisão da estrutura.

O autor adota no texto o termo ‘realização’ (em substituição ao anterior ‘expoência’), que virá a ser usado em conjunto com a descrição das redes de sistema na teoria.

A definição de Halliday é a de que a estrutura é vista “como a realização de complexos de traços sistêmicos” (Halliday, [1966]2002, p.112) cuja escolha é feita em um sistema – aqui especificamente no Sistema de Transitividade – levando à estrutura de superfície.

A ordem que é atribuída à estrutura pode ser pensada em termos de dependência, ou em termos de constituição como uma seqüência subjacente que não corresponde (necessariamente) à seqüência sintagmática, ou como mera co-ocorrência ou ausência de ordem. Em todos os casos é de natureza diferente da seqüência sintagmática, na qual os componentes são funções, não conjuntos de itens ([1966]2002, p.108).

Nos termos de Hjelmslev (apud Halliday [1966]2002, p.110), o ‘sistema’, da mesma forma um conceito paradigmático, é definido como uma *hierarquia correlacional*, a noção subjacente sendo a da comutação. Um sistema é então uma representação das relações no eixo paradigmático, um conjunto de traços contrastivos em um determinado ambiente. A função no sistema é definida pela configuração total: por exemplo, ‘passado’ por referência a ‘presente’ e ‘futuro’ em um sistema de

tempo de três termos, como função estrutural é definido por referência à configuração estrutural total, por exemplo, ‘modificador’ por referência a ‘núcleo’.

A noção de uma descrição sistêmica seria uma representação do item em termos de um conjunto de traços, cada traço estando em contraste com um conjunto estabelecido de um ou mais outros traços. A descrição sistêmica representaria uma seleção entre as possibilidades reconhecidas pela gramática.

Para qualquer conjunto de sistemas associados com um determinado ambiente, é possível construir uma *rede de sistemas* na qual cada sistema, diferente daqueles simultâneos no ponto de origem, é hierarquicamente ordenado com relação a pelo menos um outro sistema. O ponto de origem é especificado sintagmaticamente, de forma que todos os traços sejam associados com um ambiente sintagmático; ao mesmo tempo, a rede de sistema fornece um ambiente paradigmático para cada um dos traços, especificando ambos seu status contrastivo e suas possibilidades de combinação.

Apresentar a descrição sistêmica de um item lingüístico como a representação gramatical subjacente daquele item parece implicar que sua relação paradigmática para outros itens da linguagem é de alguma forma sua propriedade mais fundamental, da qual sua estrutura (sintagmática) interna é considerada derivada.

Em *Notes on Transitivity and Theme*, Parte 1 (1966) [Observações sobre Transitividade e Tema], Halliday descreve os traços da rede de sistemas e as possíveis funções que podem ocorrer com os vários tipos de oração que seus traços definem. Publicado apenas seis anos após *Categories of the Theory of Grammar* (1961), onde Halliday especifica que a oração pode ter zero, um ou dois complementos, este trabalho representa um grande avanço.

Halliday inicia estabelecendo Processos de ‘fazer’ (relacionados com ação e percepção) e Processos de ‘ser’ (relacionados com descrição e identificação), especificando três tipos: processo de ação direcionada, processo de ação não-direcionada e processo de atribuição. Quanto aos participantes, estes também são de três tipos: ator, objetivo e atribuinte; e um atributo.

Nas palavras do autor, “estruturalmente, o processo está associado com o elemento oracional P (predicador).” Os Participantes reconhecidos nesses Processos

estão “associados com os elementos S (sujeito) e C (complemento); atributos e circunstâncias com o elemento C” (1966, p.39).

Halliday faz uso de sobreescritos para sobrepor os Papéis de Participantes (PP) aos elementos na oração e, dessa forma, distingue os tipos semânticos nesse segundo grau de delicadeza na estrutura. Esses papéis não são gerados por meio da rede como outros aspectos do Sistema de Transitividade o são e parecem não estar baseados semanticamente, como afirma Halliday,

os elementos primários S e P são inseridos na oração como realizações dos traços fora do Sistema de Transitividade, embora possam ser especificados depois (sobreescritos) por determinados traços de transitividade. O elemento C, no entanto, é inserido pela rede de transitividade; não é obrigatório, mas estará presente ou ausente de acordo com os traços selecionados. Os termos ‘intransitivo’, ‘transitivo’, ‘transitivo simples’ e ‘transitivo duplo’ são usados para referência a orações com nenhum C, pelo menos um C, um C e dois Cs respectivamente; são, portanto, estruturais e não termos sistêmicos, e não figuram na descrição sistêmica subjacente.

Em termos de traços gramaticais da oração, a rede permite que esses traços possam ser organizados em sistemas ordenados na seguinte ordem de delicadeza: se o Processo escolhido for [extensivo], então o Processo será de ‘ação’, como no exemplo sugerido pelo autor com o verbo ‘lavar’ *Ela lavou as roupas*. Neste exemplo, o Processo será de ‘ação’ (lavar) direcionada a um ‘objetivo’ (as roupas) com Sujeito Ator (Ela). Nesta opção, há duas outras entradas. A primeira é a de [efetivo] e de [descritivo], a segunda é de [operativo], de [receptivo]. Se o Processo escolhido for [intensivo], então o Processo expressará ‘atribuição’ de algum ‘atributo’ a um determinado Participante, como sugerido no exemplo *Ela parecia feliz*. No caso de ser escolhido [descritivo], o Processo será de ‘ação’ não-direcionada, como no exemplo *Os prisioneiros marcharam*., onde não há um ‘objetivo’.

O segundo sistema pode ser tanto efetivo quanto descritivo. Portanto, se [efetivo] e [operativo] forem escolhidos, então o Sujeito da oração representará o Ator como em *Ela lavou* e *Ela lavou as roupas*. Se as opções escolhidas forem [descritivo] e [operativo], então o Sujeito representará o ‘Iniciador’ de uma ação não-direcionada, realizada por um outro Participante, como no caso de *Ele passeou o cachorro*. Se [efetivo] e [receptivo], então o Sujeito representará o Objetivo como em *As roupas foram lavadas*. Caso as opções tenham sido feitas por [descritivo] e

[receptivo], então o Sujeito representará o Ator que realiza a ação não-direcionada como em *O arroz foi cozido*.

Se [efetivo] e [médio] forem escolhidos, então o Ator e o Objetivo representam a mesma coisa, produzindo dessa forma uma oração reflexiva, como em *Ela se lavou*. Se [descritivo] e [médio] forem as opções, então o Ator e o Iniciador representam a mesma coisa, como em *Os prisioneiros marcharam*.

Vale observar que o Predicador, o Sujeito e o Complemento expressam uma variedade de noções diferentes, a saber,

S pode ser ator, objetivo ou atribuidor, P pode ser ação ou atribuição, C pode ser objetivo ou atributo. Isso é refletido na falta de correspondência direta entre as descrições sistêmicas e estruturais (1966, p.41).

Em resumo, teríamos:

a oração principal pode ser [extensiva] (ação) ou [intensiva] (atribuição); se extensiva, há duas outras entradas [efetiva] (ação direcionada) e [descritiva] (ação não-direcionada); ou [operativa] (ação direcionada com S=ator), [média] (ação direcionada com S=ator e objetivo ou S=iniciador e ator); [receptiva] (ação direcionada com S=objetivo).

Um fator importante sobre *transitividade* é que um Participante pode estar oculto, isto é, uma função ou papel pode ser obrigatório para o Processo, mas não abertamente realizada na estrutura e, portanto, “a expressão de um determinado Papel de Participante não é obrigatória” (1966, p.44). Isto conduz a uma outra rede com escolhas entre “a presença e a ausência de um complemento como objetivo” (1966, p.46), e também a distinção entre [processo-orientado] e [agente-orientado] como em *Esse produto vende fácil*.

Se [objetivo-transitivo] é escolhido, então o Objetivo é explícito, como em *Ela lavou as roupas*. E se [objetivo-intransitivo] for escolhido, então o Objetivo é oculto como em *Ela lavou*.

Da mesma forma, se [processo-orientado], então o Processo será ‘ativo’ como no exemplo *Esse tecido lava fácil* ou se [agente-orientado] for escolhido, então o Processo será ‘passivo’ como em *As roupas foram lavadas*.

Após discutir quais os traços que poderiam ocorrer para tipos de processos como os acima, Halliday sugere outros tipos de Participante, os ‘circunstanciais’. O primeiro ‘circunstancial’ como Participante é o ‘beneficiário’, que é descrito como o ‘beneficiário’ que ganha algo do Processo, como em *Ele recebeu um livro*. Esse Participante é

realizado como um elemento que está na relação estrutural direta com o Predicador: como um elemento nominal na oração, sem a intervenção de uma preposição como ‘predicador menor’. Ele também pode ser realizado como o sujeito; (1966, p.53).

De acordo com Halliday, o ‘beneficiário’ é o objeto indireto da oração que muda de lugar dentro da oração: pode ocorrer no Complemento como em *Ele deu a João um livro*, como Sujeito em *João ganhou um livro*, ou como Adjunto (nos termos de Halliday) em *Ele deu o livro a João*.

Ao reconhecer a ocorrência de um Participante no papel de ‘beneficiário’ na oração, Halliday estabelece a noção de que

a atribuição de classe de qualquer verbo é na realidade uma especificação daqueles traços oracionais que determinam sua potencialidade de ocorrência. Dessa forma, os verbos podem ser encontrados agrupando-se em conjuntos relacionados semanticamente (1966, p.52).

Esse conceito de conjuntos relacionados ‘semanticamente’ é muito importante para a formulação da teoria de *transitividade* de Halliday.

O próximo elemento ‘circunstancial’ Participante reconhecido por Halliday é o de ‘extensão’, que é descrito como ‘especificando a extensão do escopo ou relevância do processo’ (1966, p.58). Ao contrário do ‘beneficiário’, a ‘extensão’ será tipicamente ‘inanimada’. Halliday declara que a distinção entre ‘extensão’ e ‘objetivo’ não está clara. A função ‘beneficiário’ é um elemento facilmente reconhecível na oração, e um rótulo semântico que descreve a função do papel. No entanto, a ‘extensão’ é diferente porque ela é – como a ‘meta’ – uma extensão da relação de ‘ator’ e ‘processo’.

Encontra-se a ocorrência da ‘extensão’ tipicamente com o tipo de Processo ‘descritivo’, ou de ação não-direcionada. Em alguns casos, ela pode ser uma nominalização do processo como em *Ela cantou uma canção*. Em tais casos, há uma

expectativa de ‘ocorrência’ entre o verbo e o substantivo. A descrição de ‘extensão’ é até então um papel opcional na oração (típico dos processos descritivos).

No entanto, Halliday sugere que uma ‘extensão’ obrigatória ocorre na oração *Ele tomou um banho*, “na qual o processo[...] é completamente expresso no evento nominal, o verbo meramente especifica que há um processo envolvido” (1966, p.60).

Ao ‘objetificar’ o processo – com a introdução de uma ‘extensão’ – um ‘beneficiário’ pode ocorrer, como em *Ela cantou para João uma canção* (1966, p.60-61). Para Halliday, a ‘extensão’ é como um Participante ou, em suas palavras, um ‘pseudo-participante’.

Os dois últimos elementos Circunstâncias descritos são ‘atributivo’ e ‘condicional’.

Com ambos, o ‘Sistema de Transitividade’ fornece os meios para ‘objetificar’ tais elementos circunstanciais como propriedades dos Participantes na oração. [...] O atributo é obrigatório nas orações intensivas; e o elemento estrutural pelo qual o atributo é expresso é então referido como um ‘complemento intensivo’ [...]. O sentido de ‘intensivo’ aqui é ‘ter, por definição’, o mesmo referente de um outro elemento na oração’ (1966, p.62-3).

Esses dois papéis só podem ocorrer na posição de Complemento na oração (ao contrário de outros papéis que podem ocorrer na posição de Sujeito). Além disso, eles não podem ser grupos nominais com um nome próprio, um pronome ou um determinante no núcleo.

Com relação ao verbo *to be* (‘ser’), Halliday afirma claramente ser possível atribuí-lo ao conjunto de classes de verbos reconhecidos nos sistemas de transitividade, pois “parece não haver nenhuma justificativa para negar a *to be* [o verbo ‘ser’] o *status* de um verbo lexical na linguagem, sendo que a “complicação é meramente que – juntamente com diversos outros verbos – ele deve ser atribuído a mais de uma classe” (1966, p.66).

Para o autor, há, na realidade, três verbos lexicais, um classe 0 – significa ‘pode ser caracterizado como, tem o atributo de ser’; um classe 1 – significa ‘existir, acontecer, é encontrado ou localizado’¹⁶; e um classe 2 – significa ‘identifica ou é identificado como, pode ser equiparado com’.

¹⁶ Este é o caso da língua inglesa.

Orações com o verbo ‘ser’ intensivo como em *João é um professor, João é muito rico*, respondem perguntas referentes a atributos ou qualidades de um Participante, sendo o que recebe o atributo *João*, o sujeito, e o atributo, o adjetivo *muito rico* ou o substantivo *um professor*, o complemento.

As orações efetivas extensivas com o verbo *to be* respondem a perguntas identificativas podendo, portanto, ser chamadas de ‘equativas’. Aqui o complemento pode ser um pronome ou nome próprio, mas não um adjetivo. Esse tipo de oração é reversível, apresentando a característica de oposição operativa/receptiva das orações efetivas. Segundo Halliday, “a ausência de uma passiva morfológica não parece razão suficiente para negar ao verbo *to be* o *status* de um verbo classe 2, ou a tais orações o *status* de orações efetivas (1966, p.68).

Halliday afirma que é de se esperar que “um verbo será, freqüentemente, atribuído a mais de uma classe de transitividade;”, portanto, dar ao verbo *to be* [‘ser’] o *status* de verbo não deve ser considerado incomum. O autor prossegue afirmando que

nesse nível de abstração é, na realidade, a categorização derivada dos sistemas de transitividade que dá conta das potencialidades do verbo *to be* como o faz para aquelas dos outros verbos (1966, p.71).

Halliday encerra o trabalho afirmando que

atributivo é muito mais claramente um traço de transitividade, como sugerido não somente por ser obrigatório em uma classe de oração, mas também pelo fato de que ele define um participante ‘pivô’: em qualquer oração há somente um participante que pode aceitar como atributo o que é, na realidade, uma propriedade da oração como um todo (1966, p.80-1).

Halliday retorna ao tópico *transitividade* em *Notes on Transitivity and Theme*, Parte 3 (1968) [Observações sobre Transitividade e Tema]. Esta parte é uma revisão e um refinamento das descrições sobre *transitividade* realizadas na Parte 1, com acréscimo da noção de ‘causação’ na transitividade.

Halliday inicia definindo a *transitividade* “relacionada ao componente experiencial do significado (ou ‘cognitivo’, embora este termo não seja realmente apropriado uma vez que todos os componentes envolvem uma camada cognitiva);” (1968, p.179). O autor alega que a questão da transitividade ficou limitada à “expressão de processos e os participantes nos processos”.

Com relação à noção de *Tema*, o autor o relaciona “ao discurso, ou ao componente informacional”, reconhecendo que embora haja uma relativa independência entre esses dois conjuntos de opções [transitividade e tema], se comparada [a dependência] “com o alto grau de interdependência entre as opções dentro de cada conjunto, os dois não podem ser isolados inteiramente”, pois a relação entre eles não pode deixar de ser contemplada, “em uma descrição da sintaxe da oração” (1968, p.179).

Nas palavras do autor,

uma vez que a transitividade é tratada como um sistema da oração, ou de preferência um conjunto de tais sistemas, ela pode ser vista como parte de um domínio maior estendendo-se sobre o todo do componente experiencial da organização oracional e abarcando o conjunto todo de funções estruturais: não somente ator e objetivo, ou seus equivalentes, mas também beneficiário, extensão, atributo, instrumento, modo, tempo, lugar ou quaisquer generalizações que sejam consideradas apropriadas e mais úteis. A pergunta se o termo ‘transitividade’ é então usado para cobrir o todo desse domínio, ou é limitado à área de processos e participantes, ou até mais estreitamente ao processo, ator e objetivo, é uma pergunta terminológica; a linha entre participantes e circunstâncias não é tão determinada, e é quase certamente específica a uma determinada língua (1968, p.180-1).

Após iniciar com uma breve referência à Parte 1 de *Notes*, Halliday escreve:

sugiro que a forma subjacente da organização oracional em inglês, na dimensão da transitividade, deva ser a da ergatividade preferencialmente a, ou ao menos também, do tipo transitivo (1968, p.182).

E Halliday prossegue dizendo que o ‘ergativo’ é o padrão predominante no inglês.

Até então, as descrições feitas por Halliday envolviam construções ‘transitivas’ (no sentido tradicional), ou seja, relativas a um ‘ator’ realizando uma tarefa, ou um ‘ator’ com a tarefa estendida a alguma ‘meta’. A importância da introdução da noção de *ergatividade* pode ser compreendida ao se perceber que alguns Participantes são inadequados (como, por exemplo, os acima) para a descrição de todos os tipos de Processos em todos os contextos.

Halliday afirma que ‘ator’ e ‘meta’ nem sempre são apropriados como rótulos para Participantes, e ressalta o valor de introduzir o traço ‘causativo’, e alguns outros tipos de papéis relevantes, sendo o mais importante a introdução do termo ‘afetado’, que parece ser um rótulo apropriado para descrever o papel semântico envolvido em

diversos tipos de Processo, pois diz respeito ao que acontece ao Participante. Halliday atribui o termo ‘afetado’ a Fillmore (1966, p.4-5), e declara que é a função *ergativa* de Fillmore “para a qual usei – e retenho aqui – o termo afetado” (1968, p.185).

Halliday afirma também que a entidade ‘afetada’ é obrigatória nas orações ergativas, e como tal é ‘função obrigatória exclusiva’. O segundo Participante de tal oração é o ‘causador’ opcional. Um Processo ‘ergativo’ pode ocorrer em dois tipos de oração: um com apenas um ‘afetado’, como no exemplo *A porta abriu*, e um com um ‘afetado’ e um ‘causador’, como no exemplo *João abriu a porta*.¹⁷

Logo, a diferença entre a abordagem *transitiva* para a *transitividade*, descrita na Parte 1, e a abordagem *ergativa* para a *transitividade* é que:

ao invés de uma forma ‘transitiva’ de organização, baseada na extensão, onde a pergunta é se a ação estende-se ou não além do ator, a alternativa a ser considerada é uma forma ‘ergativa’ de organização, baseada na causação, onde a pergunta é se a causa é externa ou não à ação (p.185)

Halliday acrescenta que não se trata de afirmar que não há validade na abordagem ator-objetivo, mas que as formas *ergativa* e *transitiva* de organização co-existem, sendo que

alguns padrões parecem mais facilmente explicáveis em termos ergativos do que em termos ator-objetivo. Sugere, portanto, em seguida, que há exemplos ‘onde não há causador externo’ (1968, p.188),

e a entidade obrigatória ‘afetada’ e o ‘causador’ opcional combinam com o resultado dos dois papéis a serem realizados por um Participante, como em *João sentou*.

Uma outra diferença que Halliday apresenta entre a abordagem *transitiva* e a *ergativa* é a de que

as funções *transitivas* são fundamentalmente aquelas das orações de ação, especificando o papel de um Participante em relação ao tipo de ação; enquanto as funções *ergativas* parecem ser comuns a todos os tipos de processo e, na realidade, a todos os tipos de oração, incluindo processos relacionais e mentais. A abordagem *ergativa*, em outras palavras, representa a forma mais geral de organização da oração em Processos e Participantes, destacando o sistema de voz (média/não-média) e os principais tipos de oração (1968, p.188-9).

¹⁷ Fillmore (1966, p.4-5): “Parece-me que... há uma relação semanticamente relevante entre ‘a porta’ e ‘abrir’ que é a mesma nas duas frases ‘a porta abrirá’ e ‘o diretor abrirá a porta’, apesar do fato de que ‘a porta’ é o Sujeito do assim chamado verbo intransitivo e o Objeto do assim chamado verbo transitivo... É essa função para a qual uso o termo ‘afetado’”.

Vale ressaltar que é a primeira vez que o autor discute a distinção entre ergativo/transitivo, o que parece apontar para uma tentativa de desenvolvimento de um conceito ‘mais semântico’ da rede de Sistema de Transitividade. Nesse sentido, Halliday propõe tentar interpretar a estrutura de outros tipos de orações, como as cujo Processo usa o verbo *to be* [‘ser’].

O autor inicia a discussão estabelecendo uma distinção entre as orações ‘intensivas’, discutidas na Parte 1, onde o Processo é o de atribuição, isto é, a designação de um atributo, como no exemplo *Maria é feliz*, onde o Participante designado para *Maria* é *Portador*; e as orações ‘equativas’, “as quais foram tratadas como um tipo de oração efetiva com o processo sendo sintaticamente o de ação e não o de atribuição” (1968, p.190).

As orações intensivas, como a do exemplo acima, não são reversíveis, apresentam um tipo de participante e o verbo pertence à classe copulativa (classe 0: ‘ser’, ‘tornar-se’, ‘parecer’ (física e emocionalmente), ‘soar’ etc.). O complemento de tais orações tem a função transitiva de ‘atributo’ e o sujeito tem como único papel o de portador de um atributo. Halliday afirma que

esse papel ... é considerado simplesmente como aquele de ‘afetado’ no ambiente especial do traço ‘intensivo’: onde o processo é atribuição, o afetado é o participante para o qual o atributo é atribuído (1968, p.190).

Isto significa dizer que o ‘afetado’ (referido como o participante ‘pivô’) é simultaneamente o portador de um atributo. Nessas orações, o traço distintivo é a obrigatoriedade do atributo. A relação estabelecida nas orações intensivas é a de inclusão.

As orações equativas, como *João é o líder*, são reversíveis, apresentam dois tipos de participantes e o verbo pertence à classe equativa (classe 2: ‘ser’, ‘equivaler’, ‘representar’ etc.). Essas orações relacionam um ‘identificador’ a uma “coisa a ser identificada”, como no exemplo acima. A relação estabelecida nas orações equativas é a de determinação com um identificador. Segundo Halliday, há duas interpretações para as orações equativas; uma decodificadora e uma codificadora.

É interessante observar que a descrição realizada por Halliday aponta para uma noção ‘relacional’: “atribuição é uma relação de inclusão, equação uma relação

de identidade” (1968, p.190), sugerindo que elas estão envolvidas em um tipo de ‘relação codificadora/decodificadora’ (1968, p.191).

Nesse sentido, há duas estruturas simultâneas no ambiente de uma oração equativa, identificado – identificador e valor – variável, sendo que onde o identificador for mais abstrato do que (é realizado por) o identificado, há uma equativa decodificadora; já quando o identificador for menos abstrato do que (é uma realização de) o identificado, há uma equativa codificadora. Portanto, a interpretação em termos de funções (a saber ‘valor’ e ‘variável’ seriam ‘meta’ e ‘ator’, respectivamente no ambiente do tipo de oração equativa) ressalta uma natureza direcional da relação codificadora/decodificadora.

Essa interpretação codificadora/decodificadora estabelece dois significados para o verbo ‘ser’: um codificador (‘identifica pela realização’ ou ‘é identificado por ser realizado por’) e um decodificador (‘é identificado pela realização’ ou ‘identifica por ser realizado por’). A analogia entre variável/valor e ator/meta, mostra a relação intensiva como decodificadora (1968, p.190-1).

A relação equativa significa ‘realiza’ ou ‘é realizada por’, onde o Processo é simplesmente “a relação de níveis diferentes de abstração”, e “uma forma altamente codificada de comunicação”.

Halliday afirma ainda sobre as orações com o verbo *to be* [‘ser’] que

há uma percepção, então, na qual a equativa codificadora pertence ao tipo de oração ‘mais transitivo’, no qual os dois participantes são obrigatórios e não há forma média. Ao mesmo tempo, está relacionada rigorosamente, através da equativa decodificadora, à intensiva, na qual o participante afetado é simplesmente o portador de um atributo e representa, na sua relação com a descritiva, o tipo ‘mais intransitivo’. A semelhança lógica entre inclusão e realização é refletida na semelhança sintática de que ambas podem ser expressas pelo verbo ‘ser’, ainda que os outros membros das duas classes de verbos não coincidam. Nessas orações, onde o processo é simplesmente uma relação desse tipo, as funções estruturais dos participantes podem parecer menos diferenciadas; mas há funções específicas reconhecíveis e essas podem, por sua vez, estar relacionadas a funções generalizadas na dimensão da transitividade (1968, p.193).

Retornando ao sistema das orações do tipo ‘intensivo’, o autor sugere que se identifique um traço mais geral ‘relacional’ como um terceiro tipo de processo que contrastaria com os dois outros – ação e mental – que poderia se estender para cobrir também as orações equativas. Halliday prossegue atribuindo ao codificador ‘ser’ e ao

decodificador ‘ser’ uma formação de par, relacionando um ao outro como transitivo/intransitivo.

O identificador na oração decodificadora funcionaria como um elemento do tipo ‘extensão’[...]. As equativas com outros verbos [diferentes de *to be*], que parecem ser todas do tipo decodificador, também seriam médias na voz, com identificador como ‘extensão’ (1968, p.202).

As orações de atribuição, cujos participantes não apresentam papel na transitividade mas apresentam um atributo obrigatório, poderiam ser consideradas orações relacionais, dada a noção de um participante ‘afetado’. Essas orações carregam uma função ‘atributiva’, na mesma distribuição complementar da ‘identificadora’ nas orações equativas, sendo em ambas o complemento predicativo (complemento não-objeto).

Nesse sentido, Halliday sugere agrupar as orações intensivas e equativas como ‘relacionais’.

Ao final do artigo, Halliday aborda os quatro componentes que representam as quatro funções que a linguagem, como um sistema comunicativo, deve transportar: o experiencial, o lógico, o discursivo e o funcional-discursivo ou interpessoal. Dos quatro, o que para o autor é o mais central é o componente experiencial: “a expressão lingüística da experiência do falante do mundo externo, incluindo o mundo interno de sua própria consciência – suas emoções, percepções etc. (1968, p.209).

Nesse sentido, o componente experiencial “fornece um arcabouço conceitual para a codificação da experiência em termos de processos, objetos, pessoas, qualidades, estados, abstrações e relações”. O componente experiencial também pode ser chamado de ‘cognitivo’ ou de ‘conteúdo’, cuja função subjacente é a da

expressão dos padrões de experiência; o conteúdo dado a um enunciado por essa porção do sistema lingüístico deriva da experiência compartilhada daqueles que participam na situação discursiva.

É o sistema de transitividade o que representa o elemento experiencial na oração.

Por defender a noção de transitividade como o sistema que representa a construção da experiência humana é que Halliday afirma que análises lingüísticas do tipo ‘sujeito-predicado’, isto é, aquelas que contemplam preocupações estruturais

somente, têm sido limitadoras nos estudos lingüísticos, deixando de contemplar a criação de significados existentes no uso da linguagem, observando por fim que esse tipo de análise “não tem nada a ver com transitividade” (1968, p.212).

Neste artigo, Halliday contempla a interação entre transitividade e tema, observando que no sistema de identificação, a opção não-identificadora é normalmente a não-marcada, mas se a oração for uma oração equativa decodificadora, pode ser a forma identificadora a que deveria ser considerada como a não-marcada. A escolha entre ativa e a passiva, a opção operativa/receptiva no sistema de voz, também é dos exemplos mais significativos de uma opção que está relacionada com a transitividade e o tema.

No artigo *Language Structure and Language Function* ([1970]2002) [Estrutura da Linguagem e Função da Linguagem], Halliday introduz uma mudança na descrição de *transitividade*. Começa relacionando a natureza da linguagem às funções que ela deve servir e, portanto, afirma que

uma abordagem da estrutura lingüística que não dedica atenção às demandas que fazemos da linguagem é carente em perspicácia, uma vez que não oferece princípio algum para explicar por que a estrutura da linguagem é organizada de uma forma e não de outra ([1970]2002, p.173-4).

É nesse sentido que o autor defende que a forma do sistema gramatical da linguagem está relacionada com as necessidades pessoais e sociais dos falantes, sendo necessário, dessa forma,

olhar tanto para o sistema da linguagem quanto para suas funções; pois, de outra forma, deixaríamos de contemplar bases teóricas para generalizações sobre como a linguagem é usada ([1970]2002, p.174).

Nesse sentido, Halliday apresenta a noção de que um ato de fala é o *potencial de significado* da linguagem no sentido de que ao interagirmos optamos, pois

estamos interessados não nos atos deliberados de escolha, mas no comportamento simbólico, nos quais as opções podem expressar nossos significados apenas muito indiretamente ([1970]2002, p.174).

Neste ponto, o autor introduz a noção de que o potencial de significado de uma linguagem é modelado pelas escolhas em uma ‘rede de sistemas’. As opções que fazemos representam o *potencial de significado* da linguagem. O sistema de opções é

a ‘gramática’ da linguagem e o falante faz suas escolhas nesse sistema, dentro de um contexto de situações discursivas.

Ao descrever as funções da linguagem, Halliday reconhece como atos de fala aqueles que “envolvem o exercício criativo e repetitivo de opções nas situações e ambientes sociais e pessoais”. Portanto, o exame do potencial de significado da linguagem pode revelar que as diversas opções “agrupam-se em umas poucas ‘redes’ relativamente independentes; e essas redes de opções correspondem a determinadas funções básicas da linguagem”.

Vale ressaltar que ao chamar a atenção para o fato de que modelar o potencial de significado em um sistema ajuda-nos a compreender a estrutura, Halliday está enfatizando a importância do que a Escola de Praga também advogou, isto é, a ‘síntese das abordagens estrutural e funcional’ ([1970]2002, p.141), carregando essa visão holística por toda a sua descrição de *transitividade*.

Nos primeiros trabalhos de Halliday (1964, 1967 e 1968), o foco para discutir *transitividade* era sobre qual estrutura oracional seria produzida a partir dos sistemas. Neste trabalho de 1970, o autor enfatiza a semântica da oração, descrevendo-a em termos de tipos de Processo e Participantes. É neste trabalho que claramente estabelece a importância da descoberta das funções da linguagem através do exame de seu uso. Contesta a necessidade de observar a dicotomia entre ‘competência’ e ‘desempenho’, reconhecendo que o que precisamos para a compreensão da linguagem é estudá-la “na relação com as situações nas quais é usada” ([1970]2002, p.174-5).

Em mais de um momento neste trabalho, Halliday chama a atenção para o fato de que a

lingüística não é como uma regra interessada na descrição dos eventos discursivos particulares em ocasiões individuais [...]. De forma diferente, ela está interessada na descrição dos atos de fala, ou textos, uma vez que somente através do estudo da linguagem em uso é que todas as funções da linguagem, e conseqüentemente todos os componentes do significado, são enfocados ([1970]2002, p.176-7).

Halliday resalta também que as metafunções estão refletidas na estrutura da oração e

como ela [a oração] serve para a realização de um número de significados muito gerais, ou opções semânticas, relacionadas com as funções interpessoal, ideacional e

textual da linguagem; e como elas são expressas através de diversas configurações de ‘papéis’ estruturais – elementos funcionais tais como ‘processo’ e ‘ator’ que derivam dessas funções básicas ([1970]2002, p.175).

O autor chama a atenção também para como os tipos de Processo e Participantes estão localizados no centro do que ele chama Metafunção Ideacional, dando maior ênfase ao Sistema de Transitividade, e afirmando que é com essa parte da linguagem que o usuário é capaz de construir experiências, pois

ao servir a essa função [ideacional], a linguagem também dá estrutura à experiência, e ajuda a determinar nossa forma de olhar para as coisas, de forma que ela exige algum esforço intelectual para vê-las de outra forma diferente da que a nossa linguagem nos sugere ([1970]2002, p.175).

Os três tipos de Processo que Halliday reconhece são ‘ação’, ‘mental’ e ‘relacional’, e ele considera esses tipos como classificações nos termos de papéis semânticos.

Como vimos acima, os papéis de ‘ator’ e ‘meta’ não englobam tudo que necessita ser capturado semanticamente. Neste trabalho, o autor introduz papéis novos, mais semanticamente baseados, partindo simplesmente de reconhecer uma oração como ‘transitiva’ para, em seguida, reconhecer uma oração como envolvendo um Processo, um Ator e uma Meta.

Nesse sentido, Halliday sente necessidade de estabelecer a diferença entre categorias ‘lógicas’ e ‘gramaticais’. No exemplo *O livro vende bem*, mostra o livro como o *sujeito gramatical* e como o *objeto direto lógico*, ligando a noção de ‘categorias lógicas’ com os papéis (ou funções de participantes), de forma que os papéis de ‘Ator’, ‘Objetivo’ e ‘Beneficiário’ referem-se a ‘sujeito lógico’, ‘objeto direto lógico’ e ‘objeto indireto lógico’, respectivamente, de acordo com o que Sweet chama de ‘categorias gramaticais’ (apud Halliday, [1970]2002, p.179).

Halliday afirma então que a

expressão lingüística de processos e de participantes (e, por extensão, de circunstâncias) associados com eles [os processos] é conhecida pelo termo geral *transitividade*, sendo ‘Ator’, ‘Meta’ e ‘Beneficiário’ funções estruturais, ou papéis, na transitividade.

A descrição de transitividade, nesse trabalho, destaca a subclassificação dessas ‘categorias lógicas’, ou ‘Papéis de Participantes/Funções’ para a especificação

semântica do que está ‘acontecendo’ na oração. Na descrição dos papéis tradicionais de ‘ator’, ‘meta’ e ‘beneficiário’, Halliday sugere que o papel ‘beneficiário’ seja dividido em dois tipos de ‘recedor’: ‘recedor de um objeto’, como em *Dei a Oliver uma gravata* e ‘recedor de um serviço’, como em *Fiz uma jaqueta para Frederico*.

Quanto ao verbo, este “pode ocorrer em orações de mais de um tipo” ([1970]2002, p.182), com diferentes conjuntos de participantes, e diferentes alinhamentos, o que constitui a função do sistema de voz da oração, no qual pode-se escolher entre voz média e voz não-média. A voz da oração refere-se aos papéis de ‘ator’ e ‘meta’, ambos papéis inerentes e atualizados. A voz média apresenta um participante inerente, como em *Ele espirrou*. No caso da voz não-média, pode haver dois participantes: ‘ator’ e ‘meta’, que podem ou não estar atualizados. A voz não-média pode ser *ativa* ou *passiva*; se *ativa*, pode não haver ‘meta’; se *passiva*, pode não haver ‘ator’ explícito.

Em resumo,

os elementos básicos da estrutura da transitividade são os diversos papéis associados aos processos, sendo que dois ou mais papéis podem estar combinados em um único participante como nas orações reflexivas: *João está lavando-se*, onde *João* é tanto ‘ator’ quanto ‘meta’ ao mesmo tempo.

Portanto, para Halliday, a combinação de papéis em “um único elemento complexo da estrutura é fundamental para a organização total da linguagem”, e a escolha de uma em detrimento de outra opção de combinação reside na função textual da linguagem. No entanto, as opções disponíveis para a escolha dependem do sistema de *transitividade*.

Quanto ao Processo Relacional, questão desta tese, Halliday o define como sendo “simplesmente uma forma de relação entre dois papéis”, e estabelece subclasses, sendo o primeiro tipo a que apresenta “uma relação de associação de classe”, chamando-a de ‘atributiva’ (‘intensiva’ em Halliday 1968, p.190). Seu exemplo é *Margarida é uma poeta*, onde *Margarida* pertence à classe de poetas. Trata-se de “uma relação entre entidades da mesma ordem de abstração, mas que diferem em generalidade”.

O segundo tipo apresenta duas funções, semelhantes aos termos de uma equação, onde “um [papel] serve para identificar o outro”. Neste tipo, “as duas entidades são parecidas na generalidade, mas diferem na abstração: o elemento identificativo pode ser de uma ordem mais alta de abstração”. O exemplo é *Templecombe é o tesoureiro*, onde *o tesoureiro* expressa a função de *Templecombe*.

A diferença entre os dois tipos reside na reversibilidade do segundo e na impossibilidade de reversão do primeiro. No caso dos Processos do tipo ‘atributivo’, o papel ‘Atributo’ pode ser um adjetivo, em geral indefinido, expressando inclusão em uma classe. Este papel é inerente ao processo. Os tipos ‘equativos’ são reversíveis, apresentando o papel ‘Identificador’, também inerente, expresso por um substantivo, definido, significando identidade de classe.

A introdução de títulos baseados semanticamente para os Processos Relacionais nas orações possibilita uma análise mais detalhada de como a oração está funcionando. Halliday propõe o que poderia ser compreendido como uma rede de sistema de Voz e a escolha de [não-média] conduzindo à possibilidade de uma oração ativa ou passiva.

Com relação ao componente ideacional da gramática, este artigo apresentou três tipos principais de processos – ação, mental e relacional – associado aos quais há um conjunto de papéis inerentes diferentes ou funções estruturais. Halliday ressalta também a importância de se verificar se essas funções estruturais podem ser generalizadas nos diversos tipos de oração. O autor observa que um ‘Ator’ em uma oração de ação pode não ser equivalente a um Pensador (o que pensa) em uma oração mental, propondo, dessa forma, “uma reconsideração do que tais orações exigem”.

Nesse sentido, Halliday propõe duas formas de representar os processos, a transitiva e a ergativa. O Sistema de Transitividade pergunta se “a ação se estende além do participante ativo ou não”, o Sistema de Ergatividade se “a ação é causada por um participante afetado ou não”. Este sistema apresenta um Processo que é acompanhado de um participante obrigatório ‘Afetado’ e um opcional ‘Causador’. Os exemplos *Paulo teme fantasmas* e *Fantasmas amedrontam Paulo*, embora não sejam idênticos no significado, os papéis de transitividade são os mesmos. No Sistema de

Ergatividade, pode-se dizer que *Paulo* é o participante ‘Afetado’ em ambos os exemplos.

Em *The Grammarian’s Dream: Lexis as Most Delicate Grammar* ([1987]1996) [O Sonho do Gramático: Léxico como Gramática mais Delicada], Hasan objetiva fazer uma reflexão sobre a observação de Halliday de que “o sonho dos gramáticos éa transformação de toda a forma lingüística em gramática” (Halliday, [1961]2002, p.69) e, portanto, está interessada em explorar a possibilidade desse projeto de ‘expansão territorial’ da rede de léxico-gramática até a descrição e generalização do léxico, verificando quais seriam suas implicações.

Com esse propósito, Hasan posiciona-se rejeitando as visões de que “léxico não é forma” e de “que sua relação [do léxico] com a semântica É única” [grifo da autora] (Hasan, [1987]1996, p.73).

O trabalho de Hasan está baseado no modelo postulado em Halliday (1977), do qual realça o fato de que está trabalhando a partir da máxima de que a linguagem consiste de semântica e léxico-gramática, que combinados criam um sistema para a realização de escolhas que produzem estrutura lingüística. A autora faz algumas observações a partir dessa base, as duas primeiras são particularmente relevantes:

- (1) A linguagem consiste de três camadas: semântica, léxico-gramática e fonologia.
- (2) Essas camadas estão relacionadas pela ‘realização’: significados são codificados como fraseados, fraseados são codificados como padrões de sons.
- (3) Cada camada é descrita como uma rede de opções; a descrição é, conseqüentemente, paradigmática, com ambientes para opções também sendo definidos paradigmaticamente (Hasan, [1987]1996, p.73).

Partindo do princípio de que o modelo sistêmico-funcional adota a visão de que “a gramática de uma língua é vista como uma rede de relações paradigmáticas”, nas quais as opções sistêmicas contribuem para a “realização da estrutura” e sua descrição é o que “caracteriza a gramática”, então para a autora “tais redes de sistemas SÃO a gramática” [grifo da autora] (id., p.74).¹⁸

¹⁸ Para a autora, “uma opção pode ser vista como instrução(ões) [chamada por Hasan de “declaração de realização” – mecanismo mediador entre redes e estruturas] para operar de uma determinada forma; uma estrutura específica deve seguir essas operações” (ibid., p.74).

Hasan assume essa visão da linguagem como sua base e, portanto, cria redes de sistemas delicados para uma única área da gramática de *transitividade*, demonstrando como é possível realizar ‘o sonho do gramático’. No entanto, podemos detectar desde o início, neste artigo, que a delicadeza semântica é superior ao seu ‘léxico como gramática mais delicada’. Isto porque a autora está interessada em um grupo pequeno de verbos semanticamente relacionados, que constrói a área semântica descrita como “atividades cuja conclusão resulta em ganho/perda de acesso a coisas” ([1987]1996, p.76).

A rede de sistemas utilizada por Hasan é a rede de transitividade, cuja condição de entrada é a oração maior, as opções de voz são [efetiva:ativa] e a parte a ser discutida é a de Processos, apresentados como subcategorias do tipo Processo ‘ação’. A noção de subcategorização expande a rede, com a subcategorização dos traços possibilitando mais distinções semânticas delicadas. Hasan afirma que sua subcategorização “não deveria ser confundida com as regras de restrição de seleção de Chomsky (1965)”, as quais cita (ibid., p.77), porém não define claramente o que a sua subcategorização envolve.

Sua descrição começa com como os Processos [transmissão/concessão/disposição] podem ser gerados. Ela introduz o uso de três sistemas adicionais que devem ser considerados para futuras especificações de um item lexical a ser alcançado através da rede [transmissão/concessão/disposição]. Esses sistemas são [acesso], [característica] e [benefício].

As opções “Acesso” estão relacionadas com o resultado da atividade ou Processo de conduzir a [aquisição] ou a [privação] do Meio. A seleção de [aquisição] resulta no ganho de acesso do Agente ao Meio, já a seleção de [privação] resulta o contrário – o Agente perde acesso ao Meio. A ‘declaração de realização’ fornece a especificação para Processos através dos quais algum tipo de ganho ou perda de acesso a coisas é realizado: “subcategoriza Evento como/ (ação material de dispor envolvendo mudança na localização do Meio) conduzindo ao ganho de acesso do Agente ao Meio/” (Hasan, [1987]1996, p.78).

O sistema para Processos de [aquisição] de Hasan conduz a subcategorias de ‘reunir’, ‘juntar’ e ‘acumular’ e à eventual realização deles como itens lexicais.

Ao examinar este artigo e a rede proposta por Hasan podemos ver como a extensão à ‘gramática mais delicada’ poderia ser realizada para o todo do Sistema de Transitividade. A rede de Hasan assegura que nenhuma expressão de seleção seja gerada para a qual não haja um tipo de processo lexicalmente realizado correspondente. Os processos são centrais para a organização da oração, e como Hasan demonstra, a gramática de transitividade tem conseqüências por toda a estrutura da oração.

Gordon H. Tucker, em *So Grammarians haven't the faintest idea: reconciling lexis-oriented and grammar-oriented approaches to language* [Então, os Gramáticos não têm a menor idéia: reconciliando as abordagens à linguagem orientadas para o léxico com as orientadas para a gramática] (1996, p.145-178), examina a relação do léxico com os conceitos sistêmicos de delicadeza e dependência e o problema de falta de co-extensividade entre o léxico e as unidades de escala de nível. Seu objetivo é tentar conciliar as duas abordagens (a voltada para o léxico e a voltada para a gramática), mostrando como

a gramática sistêmico-funcional pode modelar a relação entre significados realizados lexical e gramaticalmente de uma forma unificada, onde a gramática e o léxico são independentes (Id., p.148).

O autor inicia o texto apresentando uma afirmação de Halliday sobre como ele aborda a linguagem comparando-a à posição de John Sinclair:

Sinclair é, por natureza, um lexicógrafo, cujo objetivo é construir a gramática a partir do dicionário. Eu sou, por natureza, um gramático, e meu objetivo (o sonho do gramático, como o disse em 1961) é construir o dicionário a partir da gramática (Apud Tucker, 1996, p.146; Halliday, 1991).

Embora Halliday continuasse a explorar a noção de um *nível* separado para o léxico, com referência à relação lexical de *colocação*, ele esclarece que não se trata de afirmar a independência de tal nível (Halliday, 1966, p.15).

Tucker declara que baseada na afirmação de Halliday relativa ao léxico, a lingüística sistêmico-funcional assumiu que “a relação entre a realização gramatical e a lexical é uma relação de *delicadeza*, tal que a primeira representa escolhas gerais no significado e a última, escolhas mais específicas” (Tucker, 1996, p.149).

O autor afirma que cada sistema é o resultado da seleção de traços em um sistema anterior, resultando em um conjunto mais delicado de escolhas que são léxico-gramatical e semanticamente possíveis. A seleção em um nível afeta ou limita a seleção em outro nível. A rede de sistemas é constituída pela configuração total dos sistemas e em sua totalidade representa o potencial de significados da linguagem. Portanto, Tucker defende que ao atravessar a rede fazendo escolhas nos sistemas ao longo do caminho, pode-se ter uma completa especificação léxico-gramatical de um determinado enunciado, concluindo que a rede de sistema não é somente uma descrição do potencial lingüístico, mas também um instrumento gerativo poderoso, baseado na noção de escolha (Ibid., p.149).

Um outro ponto abordado por Tucker é a escala de delicadeza, considerada também como um instrumento descritivo, ligada à noção de *dependência sistêmica*. Por dependência, entende-se que as escolhas feitas em um sistema dependem das escolhas feitas em outros sistemas. A dependência controla a co-ocorrência de escolhas em uma rede ou entre redes. Um exemplo desse tipo de dependência é a *tematização*. Para o autor, há uma relação de dependência entre a organização temática de uma oração e sua escolha em outros sistemas da gramática, tais como *modo* e *transitividade*, conforme ressaltam Halliday & Matthiessen (1999). Portanto, o número de elementos de estrutura que têm o potencial para tematização dependem do tipo de processo no Sistema de Transitividade.

A *dependência* permite que as consequências léxico-gramaticais de qualquer opção na rede possam ser expressas, e “se, na realidade, a escolha lexical determina seu ambiente gramatical, temos uma forma de expressá-lo” (Tucker, 1996, p.151), porque qualquer caminho em uma rede gera ou descreve alguma realização, seja lexical ou estrutural, na linguagem.

‘Escolha’ em um sistema significa que se em algum lugar no conteúdo comunicativo o elemento A1, por exemplo, está presente, então selecionar traço X do sistema, se A2 estiver presente, então, selecionar traço Y, e assim por diante. Portanto, ao atravessar uma rede com um número de traços semânticos específicos em mente podemos determinar a possibilidade de realização de tais traços lexicalmente.

Nesse sentido, “a escolha lexical pode ter repercussões no resto da gramática, em termos de co-seleção gramatical e lexical” (Tucker, 1996, p.161). Logo, a aceitação dessa interdependência revela que o léxico é completamente integrado na gramática, resultando então em uma única léxico-gramática. A seleção no sistema de transitividade acarreta seleção prévia de traços relacionados a significados mais gerais, os quais capturam as generalizações que realmente se mantêm nas áreas do léxico.

Tucker termina dizendo que se os sentidos lexicais, tais como tipos de processos realizados como verbos principais, determinarem outras escolhas, então, estas serão mais delicadas. Mas se a seleção criar outras dependências léxico-gramaticais, teremos a confirmação ou uma re-interpretação da noção de Halliday de “léxico como gramática mais delicada”.

Concluo este artigo de Tucker, entendendo que sua proposta capacita a geração lingüística através de um sistema que não exige um componente lexical separado, mas é, de fato, a realização do “léxico como gramática mais delicada”.

Kristin Davidse, em *Ditransitivity and Possession* [Bitransitividade e Possessão] (1996, p.85-144), fornece sua explicação para a alteração semântica ou ‘experencial’ das construções dativas, oferecendo comentários críticos às explicações fornecidas anteriormente para a questão. A autora fornece também uma nova explicação experiencial das alterações dativas em termos de causação de possessão. Nas palavras de Davidse,

os argumentos que favorecem essa explicação dependem de uma compreensão das construções [possessivas:identificativas] como um submodo específico de construções relacionais identificativas [...] (1996, p.86).

A partir de uma análise das codificações [possessivo:identificativa], a autora retorna à gramática das construções bitransitivas para mostrar como as mesmas nos capacitam a revelar algumas variáveis experienciais importantes envolvidas nas formas de alteração dativa.

A autora afirma que o uso de alteração não-dativa indica que o referente está “mais diretamente envolvido no evento” do que no caso de uso do dativo preposicionado.

A partir dessas reflexões, a autora conclui que

o fenômeno da alteração dativa claramente ilustra a necessidade de uma análise gramático-semântica a partir das três perspectivas metafuncionais, não somente a textual e a experiencial, [...], mas também da metafunção interpessoal, que motiva a organização da oração em termos de Sujeito, Finito, Predicador, Complemento, Adjunto,... (1996, p.91).

Embora sabedora de que a questão deva ser analisada a partir da perspectiva das três metafunções, Davidse explica que não o fará porque isto exigiria mais do que um artigo para fazê-lo. Dessa forma, ela seleciona a metafunção experiencial e propõe uma nova explicação da alteração dativa, focando especificamente na relação entre dativo e paciente.

Para a realização da análise, a autora propõe que a mesma seja feita em termos de duas dimensões experienciais, a saber: (1) a de causação ou transitividade – a relação entre um processo (causativo) e os participantes ‘causados’ ou ‘que causam’, para capturar a relação entre Agente e Dativo e Paciente; (2) a de posseção ou a gramática de ‘ter’, submodo do processo relacional (Halliday, 1994), para capturar a relação entre dativo e paciente. No primeiro caso, a autora dá o nome de ‘transitividade de evento’ e, no segundo, ‘transitividade relacional’, que neste caso refere-se à gramática de ‘ter’ e ‘ser’.

Halliday (1967, p.62-66) já havia proposto uma análise experiencial em termos de duas dimensões de ‘causação’ e da gramática de ‘ser’ para as chamadas construções ‘complexas-transitivas’ (complex-trans). O autor reconhece que os contrastes experienciais que podem ser estabelecidos para construções de dois termos (não-causadas) de ‘ser’ também podem ser aplicados a construções de três termos (causadas) de ‘ser’, o que permite estender a distinção semântico-gramatical entre o ‘ser’ atributivo e o identificativo de construções de dois termos para construções de três termos (Halliday, 1967, p.66-71), como no exemplo, *Ana estava feliz. / Alfredo fez Ana feliz; João é o novo presidente. / Eles elegeram João o novo presidente.*

No caso dos exemplos acima, em termos de codificação atributiva, temos o Portador (Ana), a entidade específica, instanciando um tipo ou qualidade mais geral, o Atributo. Em termos de codificação identificativa, o Identificado, uma entidade, é identificada por outra, o Identificador, em virtude de ser a realização simbólica ou Característica de um Valor mais abstrato.

Com relação mais especificamente às construções de transitividade relacional (Halliday, 1967, p.66-71; 1967, p.227-236; 1968, p.190-193; Lyons, 1977, p.469-481), Halliday, em “Notes on transitivity and theme” (Partes I, II e III), propõe um paradigma gramatical para orações de oito células e um de quatro células em *An Introduction to Functional Grammar* (1994). Davidse defende que o paradigma de oito células é o correto porque estabelece os vetores gramaticais das orações de uma forma internamente coerente e porque permite que as ambigüidades possam ser mostradas por essas orações.

A partir de então, a autora propõe-se a explicar em termos teórico-descritivos a semântica das principais oposições envolvidas na gramática das orações identificativas e como essas oposições semânticas e gramaticais perdem-se no paradigma de quatro células, defendendo a posição de que o paradigma de oito células também tem de ser estendido à gramática das orações [possessivas:identificativas], posição essa contrária a Halliday (1994).

Halliday (1967, p.227) propõe que o paradigma de oito células para a estrutura gramatical das orações [codificando:identificativas] envolve relações entre sobreposições de papéis funcionais de duas dimensões: (1) a dimensão identificativa; e (2) a dimensão codificadora. As configurações identificativas e codificadoras definem um paradigma de oito diferentes estruturas relacionadas. Para ele, a dimensão representativa ou codificadora deve ser realizada pelos papéis funcionais de Característica, que é o elemento representante, e o elemento representado deve ser realizado pelo papel funcional de Valor. Isto porque o Identificado e o Identificador e a Característica e o Valor podem ser em princípio redistribuídos pelos dois termos da identificação e podem ser sobrepostos em cada um em ambas as direções. A ‘Identificação’ constitui a opção pela qual um participante, o Identificado, é identificado em termos de outro participante, o Identificador, como no exemplo, *Alec Guinness é Smiley*.

Pelas razões expostas acima, para o autor, a oração [cod:id] apresenta direções de identificação diferentes, porque entre as duas entidades que estão sendo identificadas uma pela outra, há divergência no grau de abstração entre a designação do Identificado e a designação do Identificador. Nas palavras de Halliday (1967,

p.228), “um elemento é a realização do outro”. Essa diferença se apresenta porque a realização é a relação entre termos que são de diferentes ordens de representação ou diferentes ordens de abstração de codificação.

A sobreposição entre as funções identificativa e codificadora definem uma distinção experiencial,

se o Identificado é sobreposto na Característica, esse participante (Característica/Identificado) é *decodificado* em um Valor/Identificador. Se, por outro lado, a função Identificador é sobreposta na Característica, o Valor/Identificado é simbolicamente re-interpretado e identificado em termos de Característica/Identificador – isto é a oração identificativa estabelece pelo que Característica e Valor estão sendo *codificados* (Halliday, 1967, p.228).

Tomando como ponto de partida a noção de que a configuração permanece ambígua mesmo quando a direção da representação é estabelecida pela escolha Característica-Valor, a autora retoma o exemplo *Gramática é semântica*, apontando a abigüidade em duas leituras. A primeira, a de que a semântica serve para identificar sua realização gramatical, isto é, ativo decodificador: *Gramática* (Característica/Identificado) é *semântica* (Valor/Identificador); e a segunda, a de que a gramática serve para identificar a semântica representada, isto é, ativo codificador: *Gramática* (Característica/Identificador) é *semântica* (Valor/Identificado).

As duas leituras constroem perspectivas diferentes na mesma inter-relação semiótica. Para Halliday (1967, p.67), essas construções são equativas, portanto codificam relações cujas constantes e variáveis devem ser especificadas para que a ambigüidade possa ser resolvida. Somente com a escolha das funções Identificado-Identificador é que a direção da identificação é fixada.

A possibilidade de inversão é inerente na relação de representar. A gramaticalização de representação ou paradigma gramatical da transitividade relacional deve permitir a re-atribuição das funções Característica-Valor aos dois termos da identificação, fixando a direção da representação. A possibilidade de inversão da relação de representar e a ambigüidade constante-variável são as dimensões experienciais fundamentais do paradigma das orações [cod:id].

Um outro tipo de oração analisada por Davidse é a oração [possessiva:identificadora]. Para estas, a autora estabelece uma afinidade entre a

gramática de ‘ser’ e a gramática de ‘ter’, tentando encontrar as contra-partes dessas duas dimensões e sua possível aplicação à codificação lingüística de posse.

Continuando na linha do funcionalismo lingüístico, ressaltando que a linguagem não pode ser descrita como um fenômeno autônomo, uma vez que não se pode compreender a gramática sem que se considere a atuação de parâmetros relacionados à cognição e a necessidades discursivas, chamo a atenção para esta última revisão de estudos sobre a transitividade que forneço nesta seção antes de passar ao tratamento da transitividade em *An Introduction to Functional Grammar* (1994 e 2004).

Trata-se do estudo realizado por Hopper & Thompson (1980) intitulado *Transitivity in Grammar and Discourse* [A transitividade na gramática e no discurso].

Neste trabalho, os autores reinterpretam o conceito tradicional de transitividade, associando a transitividade a uma função discursivo-comunicativa, sendo a forma como o discurso é estruturado a que revela o maior ou menor potencial de transitividade. Segundo os autores,

a transitividade é uma relação crucial na linguagem, tendo um número de conseqüências universalmente previsíveis na gramática e as propriedades definidoras da transitividade são determinadas pelo discurso (Hopper & Thompson, 1980).

Universalmente, as orações de maior potencial de transitividade são aquelas em que um agente animado, intencionalmente causa uma mudança física e perceptível de estado ou locação em um objeto individuado. Segundo Hopper & Thompson, a transitividade é uma propriedade discursiva, presente no *continuum* de significados sustentados por dez traços sintático-semânticos:

1 – o número de participantes em uma determinada oração: há a necessidade de pelo menos dois participantes estarem envolvidos para que a ação possa ser transferida;

2 – cinese – refere-se à ação poder ser transferida de um participante para o outro, ou seja, se o verbo denota uma ação; os estados não estariam contemplados, neste caso.

3 – aspecto – refere-se à completude da ação transferida, podendo ser uma ação télica, vista como acabada – perfectiva, ou uma ação não-télica, vista como não acabada – imperfectiva.

4 – punctualidade – refere-se à duração de uma ação; quanto maior for a distância entre a ação e o efeito dela, menor será o grau de punctualidade.

5 – volição – refere-se à intencionalidade, ou seja, se o agente controla a ação.

6 – polaridade – refere-se à oposição entre orações afirmativas e negativas.

7 – modo – refere-se à codificação dos eventos nos planos *realis* e *irrealis*, ou seja, “uma ação que não ocorreu ou que é apresentada como ocorrendo em um mundo não-real (contingente), é obviamente menos efetiva”.

8 – agentividade – refere-se ao potencial de agentividade de um participante (sujeito) na transferência da ação para outro participante (objeto), isto é, o agente é altamente potente, o objeto é totalmente afetado e o objeto é altamente individuado.

Os dois últimos componentes dizem respeito ao objeto (O).

9 – afetamento do objeto – refere-se ao grau de afetamento do paciente, isto é, quão completamente o paciente é afetado, e está relacionado com a individuação do objeto.

10 – individuação – refere-se à possibilidade de transferência mais efetiva de uma ação para um paciente individuado do que para um não individuado, estando, portanto, relacionado ao traço de afetamento do objeto.

Vista da forma mais convencional e tradicional, ou seja, como uma transferência de ação de um participante para um outro, a transitividade pode ser dividida em suas partes componentes, cada uma das quais foca em uma faceta diferente dessa transferência em uma parte diferente da oração. Tomados em seu conjunto, esses traços permitem caracterizar as orações como mais ou menos transitivas, isto é, quanto mais traços uma oração tiver na coluna de alta transitividade, mais transitiva será.

Abaixo, forneço um quadro com a visualização do exposto acima.

Quadro 10 – Caracterização das orações, segundo Hopper & Thompson

Traços	Alta transitividade	Baixa transitividade
1 – no. de participantes	Dois ou mais	Um
2 – cinese	Ação	Não-ação
3 – aspecto	Télico	Não-télico
4 – punctualidade	Punctual	Não-punctual
5 – volição	Volitivo	Não-volitivo
6 – modo	Realis	Irrealis
7 – agentividade	Agentivo	Não-agentivo
8 – polaridade	Afirmativa	Negativa
9 – individuação do objeto	Individuado	Não-individuado
10 – afetamento do objeto	Afetado	Não-afetado

Observa-se na apresentação do trabalho de Hopper & Thompson (1980) que é óbvio que uma oração exige uma valência de pelo menos dois participantes para poder estar no nível de transitividade. Os autores relembram ao leitor da sua visão particular de transitividade defendida no trabalho, a saber, a de que se trata de “uma relação que é obtida na oração”, não estando restrita “a um constituinte ou a um par de constituintes”. Isso implica uma correlação entre valência e os outros componentes, ou seja, o fato de haver um objeto (O) explícito é apenas “um traço de uma oração transitiva” que “co-existe com outras propriedades definidoras” como agentividade, cinese etc.

Um outro fator a ser observado é que os autores buscam os universais lingüísticos pois afirmam que “as línguas possuem universalmente estruturas morfo-sintáticas que refletem o grau de transitividade de uma oração” (Hopper & Thompson, 1980, p.280). Nas palavras dos autores,

a penetrabilidade desses esquemas [as estruturas morfo-sintáticas] e suas semelhanças nas línguas parecem exigir uma explicação em um modelo funcional de nível mais alto. Em outras palavras, assumimos que um universal lingüístico origina-se em uma função pragmática geral e que o universal não é explicado até que essa função tenha sido isolada e relacionada a ele. Sem a conexão a uma função comunicativa, os componentes separados da relação de transitividade têm apenas uma relação arbitrária um com o outro;

2.4.2

O Sistema de Transitividade

Antes de iniciar a seção que aborda o Sistema de Transitividade propriamente dito, como concebido em *An Introduction to Functional Grammar* (1994), *Construing Experience Through Meaning* (1999) e *An Introduction to Functional Grammar* (2004), cabe ressaltar que estas obras foram escritas para fornecer um modelo para a análise gramatical de textos, especificamente relativos à língua inglesa, de forma que a discussão concentra-se na análise estrutural, lembrando que as estruturas no modelo hallidiano são realizações das características sistêmicas.

É essa a diferença fundamental entre as gramáticas que são essencialmente sintagmáticas na orientação, basicamente as que têm suas raízes na lógica e na filosofia, e aquelas que são essencialmente paradigmáticas, basicamente as que são funcionais, com suas raízes na retórica e na etnografia.

Em *An Introduction to Functional Grammar* (1994) [Uma Introdução à Gramática Funcional] (doravante IFG), podemos encontrar a descrição mais detalhada da teoria, embora ela deixe de contemplar as redes para modelar o potencial de significado. Nesta obra, o tratamento de transitividade de Halliday apresenta algumas diferenças dos trabalhos anteriores.

Em primeiro lugar, e mais obviamente, os maiores tipos de Processos, de ‘ação’ – que a partir desta publicação passam a se chamar ‘material’ –, ‘relacional’ e ‘mental’, são tratados mais explicitamente. Em segundo lugar, nesta publicação, encontramos a inclusão de dois tipos principais, Processo ‘comportamental’ e Processo ‘existencial’, sendo que o Processo ‘verbal’ foi introduzido em 1977.

Será útil recapitular o que tem sido feito por Halliday sobre os tipos diferentes de Processo para avaliar que novos aspectos são introduzidos nesta obra. Nas suas descrições, os tipos de Processo de ‘ação’/‘material’ sempre têm sido centrais e é por essa razão que eles são aqueles para os quais são fornecidos maiores detalhes. Halliday afirma que o Processo ‘material’ é de um tipo de ‘fazer’, e pode ser testado se perguntarmos ‘O que ele fez?’ ou ‘O que aconteceu a ele?’. O Processo ‘Material’ tem as funções de ‘ator’ e ‘meta’ associados a ele.

Com relação ao Processo ‘mental’, Halliday afirma que as razões para considerá-lo como um tipo de Processo separado são, primeiramente, que o Processo exige um Participante consciente, isto é, um Participante que está dotado de propriedades conscientes. Este não é o caso do Processo ‘material’. Em segundo lugar, o Processo ‘mental’ tipicamente se realiza no presente simples, e o Processo ‘material’ tipicamente se realiza no presente contínuo. Ele explica que uma das razões para isso é que o tipo de tempo verbal carrega significados diferentes. Ele afirma que o presente contínuo, ou ‘o ‘presente no presente’ é mais focado no tempo; daí ele ocorrer com Processos que têm começo e fim claros, como é típico do Processo ‘material’. O Processo ‘mental’, que, em geral, não está claramente limitado no tempo, está associado com a forma de tempo menos focada, o presente simples’ (IFG, p.112-6).

Em terceiro lugar, e importante do ponto de vista da semântica, Halliday distingue Processo ‘mental’ como não sendo Processo de ‘fazer’. Conseqüentemente, os papéis de ‘ator’ e ‘meta’ são abandonados em favor das funções de ‘experienciador’ e ‘fenômeno’ – o Participante que é ‘sentido’.

Finalmente, ele reconhece subclassificações semânticas maiores de Processos ‘mentais’, isto é, traços ao invés de nomes de redes: ‘percepção’, ‘afeição’, ‘cognição’.

A apresentação do Processo ‘relacional’ é mudada nesta descrição. Uma das abordagens foi apresentada em uma rede de sistemas em Halliday 1977 (apresentada acima), mas na IFG há uma abordagem diferente e mais detalhada. Talvez a explicação mais útil do funcionamento do Processo do tipo ‘relacional’ pode ser deduzida da seguinte tabela que Halliday apresenta:

Quadro: 11 – Os tipos principais de processo relacional (Halliday, 1994, p.119)

	(i) atributivo	(ii) identificativo
1) intensiva	Sara é inteligente	Tomás é o líder; O líder é Tomás.
2) circunstancial	A feira é no domingo O livro está na estante O menino está doente	Amanhã é 10. 10 é amanhã.
3) possessivo	Pedro tem um piano	O piano é de Pedro.

Como mostra esta tabela, três tipos principais de Processo ‘relacional’ são identificados: 1. ‘intensivo’ (x é a), 2. ‘circunstancial’ (x está y ; x é em y ; x está em y) e 3. ‘possessivo’ (x tem a). Além disso, cada tipo é classificado com os dois outros tipos de significado; tanto ‘atributivo’ quanto ‘identificativo’.

Halliday (1994, p.120-138) apresenta as opções para Processos Relacionais de uma forma que poderia facilmente ser reconhecida como uma rede de sistema, sendo os seguintes:

- Intensivo
- Atributivo
- Identificativo
- Circunstancial
 - Atributivo
 - Circunstância como atributo
 - Circunstância como processo
 - Identificativo
 - Circunstância como participante
 - Circunstância como processo
- Possessivo
 - Atributivo
 - Possessão como participante

Possessão como processo

(um) possuidor como Portador

(dois) possuídos como Portador

Identificativo

Possessão como participante

Possessão como processo

Halliday afirma que os três tipos de Processo – Processo ‘verbal’ (primeiro reconhecido em Halliday, 1977), e os dois novos tipos de ‘comportamental’ e ‘existencial’ – são, na realidade, tipos de Processo ‘subsidiário’.

O Processo ‘comportamental’ é descrito relacionado ao comportamento psicológico – Processos tais como ‘respirar; tossir; sorrir; sonhar e olhar’. Este tipo de Processo é limítrofe entre o ‘material’ e o ‘mental’. O Participante que está ‘se comportando’ tem o papel de ‘comportante’. Halliday compara esse papel com o de ‘experienciador’ em um Processo ‘mental’.

O tipo de Processo ‘verbal’ se relaciona a ‘qualquer tipo de troca simbólica de significado’, como no exemplo: *O que você disse: eu disse que está barulhento aqui.* É interessante observar que Halliday indica que esse Processo não exige um Participante consciente. É possível ter um Participante como ‘um observador’ como no exemplo *Meu relógico diz que são dez horas.*

Em exemplos como esses, o Participante tipicamente esperado – ou mais provável – neste lugar seria um ser animado, e tipicamente humano. No entanto, este caso não é único, e há muitos lugares na transitividade onde a linguagem nos capacita para ‘metaforizar’ um tipo de processo, e portanto, para incluir Participantes não-conscientes. O Participante atribuído por Halliday a este tipo de Processo é ‘dizente’. Três outros Participantes possíveis são sugeridos como capazes de ocorrer com esse tipo de Processo: ‘receptor’ sendo a pessoa ‘para quem a verbalização é dirigida’; ‘verbiagem’ sendo o que é dito; e ‘alvo’ sendo o alvo dos ‘verbos tais como *insultar, louvar, caluniar, abusar, elogiar*’ (1994, p.140-2).

O tipo de Processo ‘existencial’ é a representação de algo que existe ou acontece, como no exemplo *Há um pequeno porco da guinea.* Halliday afirma que o tipo de Processo ‘existencial’ também inclui a categoria especial de Processos

‘metereológicos’ (1994, p.143), nos quais o Sujeito envolve o Sujeito não-referencial como em *Está chovendo*. O autor considera que essas orações podem ser analisadas como envolvendo nenhum Participante – “essas orações podem ser analisadas consistindo de um elemento único” (1994, p.144).

A descrição de Halliday de transitividade na IFG então prossegue para discutir outros Participantes que são tipicamente esperados pelos tipos de Processo. Isso inclui os Participantes discutidos nos artigos de 1967/8.

Talvez o aspecto mais interessante de sua descrição nesta obra seja a discussão da existência da perspectiva ‘ergativa’ juntamente com a perspectiva transitiva. Na perspectiva ‘ergativa’, ele fundamenta a visão de que todos os processos são estruturados da mesma forma, com base em uma variável. Acrescenta que “a variável não é a de extensão, mas a de causação. Algum Participante está envolvido em um Processo; o Processo é originado por esse Participante ou alguma outra entidade?” (1994, p.161-175).

Este conceito de não reconhecimento da distinção tradicional ‘transitiva’/‘intransitiva’, e sim o de ‘ergatividade’ foi apresentado em primeiro lugar por Halliday em 1968 e em 1970, e a nova ênfase na IFG é na centralidade dos papéis de ‘Meio’ e ‘Agente’ nas construções ergativas. A noção central para a descrição na IFG é a de ‘causa e efeito’, o que é descrito em termos da noção de que todo o processo tem um Participante e que esse Participante é o ‘Meio’ através do qual o ‘Processo’ é atualizado (Halliday, 1994, p.163).

Halliday sugere que o Processo e o Meio “juntos formam o núcleo de uma oração...; e esse núcleo então determina a quantidade de opções que estão disponíveis para o resto da oração” (1994, p.165). O Meio funciona como um Participante na oração, e funciona diferentemente de acordo com o Processo:

A função ergativa Meio é equivalente a:

no processo material	a Ator (médio), Meta (efetivo)
no processo comportamental	a Comportante
no processo mental	a Experienciador
no processo verbal	a Dizente (médio), Alvo (efetivo)
no processo atributivo	a Portador

no processo identificativo` a Identificado

no processo existencial a Existente

Em resumo, em sua discussão sobre transitividade na IFG, Halliday consolida as visões exploradas nas discussões anteriores. Essa obra conclui os desenvolvimentos do trabalho de Halliday sobre transitividade no arcabouço da LSF nos quase 30 anos de estudos sistêmicos.

Construing Experience Through Meaning – A Language-based Approach to Cognition (1999) [Construindo experiência através do significado – uma abordagem à cognição baseada na linguagem] é uma obra elaborada por Halliday e Christian Matthiessen que conceitualizam e localizam a questão da ‘transitividade’ a partir do contexto, ou seja, o que as pessoas podem fazer com a linguagem, seja ela modelada como ação social, como processo cognitivo ou como forma de sistema de valor abstrato. Na concepção dos autores, a cognição é significado, explicando que “o mapa ‘mental’ é na realidade um mapa semiótico e a ‘cognição’ apenas uma forma de falar sobre a linguagem”.

O que os autores querem dizer é que consideram o conhecimento como significado e o tratam como um constructo lingüístico e como tal construído na léxico-gramática, explicando a cognição com referência aos processos lingüísticos. Dito de outra forma, compreender algo é transformá-lo em significado e “conhecer é ter desempenhado essa transformação” (Halliday & Matthiessen, 1999, p.x). A ênfase é dada no que a linguagem faz e não no que ela é pois a base de ideação é a da construção da experiência através do significado.

A partir desse ponto de vista, a linguagem teve sua evolução atrelada a duas funções complementares, a saber, a de construir experiência e atuar os processos sociais, sendo que o foco para os autores é a função da construção da experiência, à qual se referem como a base de ideação. Nesse sentido, esclarecem que as categorias e as relações de experiência não são dadas, mas construídas pela linguagem, com a léxico-gramática como a força direcionadora.

A propriedade singular de ser um sistema estratificado torna possível que a linguagem transforme experiência em significado. Portanto, nesta obra, os autores estão interessados em como os falantes constroem experiência como recurso, como

um potencial para a compreensão, representação e atuação na realidade, porque entendem que é “em termos desse potencial que as idiossincrasias da vida diária são interpretadas: elas fazem sentido porque são instanciações desse potencial” (Halliday & Matthiessen, 1999, p.1).

A partir dessa perspectiva, a experiência humana é interpretada como significado, construído na linguagem, sendo esta portanto um sistema semântico; a linguagem é tomada como a base interpretativa e a informação como significado que é entendido como um processo social intersubjetivo.

Em resumo, a obra em questão foca na semântica ideacional, isto é, a Metafunção Ideacional, na qual o ambiente experiencial da gramática é interpretado como significado e, assim sendo, chamado de base de significado. A linguagem é, então, vista como “a fundação da experiência humana e o significado como o modo essencial de consciência humana de ordem mais alta” (Halliday & Matthiessen, 1999, p.3).

Para o desenvolvimento do objetivo a que se propõem, a saber, o de construir a base de significado, Halliday & Matthiessen usam uma gramática sistêmica, a qual definem como um gramática funcional, isto é, semanticamente motivada, em oposição às gramáticas formais que são autônomas e, conseqüentemente, semanticamente arbitrárias.

An Introduction to the Functional Grammar (2004) [Uma Introdução à Gramática Funcional] é uma obra elaborada também com Christian Matthiessen. Nela, Halliday dá mais proeminência às redes de sistemas que compõem a gramática e maior ênfase à exemplificações com textos por que como ele mesmo diz em sua introdução “o modelo sistêmico-funcional tem sido amplamente usado na análise do discurso” (id., p.4-5).

O capítulo referente à oração como representação, ou seja, o Sistema de Transitividade foi re-escrito para poder tornar “os aspectos da transitividade mais acessíveis e fornecer mais apoio para as análises textuais” (Halliday & Matthiessen, 2004, p.x).

Como este é o modelo teórico-metodológico que embasará a análise e descrição das ocorrências do verbo ‘ser’ no material selecionado para análise, abaixo

forneço o resumo dos principais aspectos do capítulo sobre *Clause as representation* [Oração como representação].

Tenho conhecimento de que há outros trabalhos em LSF que abordaram o Sistema de Transitividade no arcabouço da teoria, a saber, *Lexicogrammatical Cartography: English Systems* (Matthiessen, 1995), *Experiential Grammar* (Davidse, 1992), entre outros, no entanto, encerro aqui este histórico, pois minha intenção foi a de apenas ilustrar o assunto com alguns estudos referentes à *Transitividade*.

2.4.2.1

A oração como representação

Os significados experienciais no nível gramatical da oração são aqueles que refletem ou representam processos, participantes e circunstâncias – as figuras. Na análise de Halliday (1994, p.102-137), os significados experienciais são considerados nas orações pelo Sistema de Transitividade. O sistema gramatical da transitividade inclui escolhas de tipos de processo e a configuração de possíveis participantes e circunstâncias que podem estar associados com um determinado tipo de processo, o que constrói o mundo de experiências internas e externas dentro de um conjunto de tipos de transitividade: *material, comportamental, mental, verbal, relacional e existencial*.

A transitividade está relacionada com a construção de um domínio particular de nossa experiência, do fluxo de acontecimentos, como configurações de processos, participantes envolvidos, podendo ser *Ator, Meta, Experienciador, Fenômeno, Portador, Atributo* etc., e as circunstâncias do processo como *Causa, Localização, Modo* (incluindo meios e instrumentos) etc. Esta rede de sistemas constrói um espaço semiótico contínuo, onde a linguagem é utilizada e organizada em configurações semânticas, que fornecem modelos ou esquemas para construir nossas experiências do que acontece ao nosso redor (Halliday & Matthiessen, 2004).

Halliday (1970;1994; Halliday & Matthiessen, 2004) define *transitividade* como um sistema que traduz o mundo da experiência – mundo ideacional – em um conjunto viável de tipos de processos. Processo, nesse sentido, agrupa ‘ação’ ou

‘fazer’, incluindo percepção e atribuição, ou ‘ser’, incluindo atribuição e identificação. Os processos são centrais para a transitividade e são realizados pelos predicadores. Há os Processos que expressam a experiência ‘externa’, isto é, ações e eventos; os que manifestam a experiência ‘interna’, ou seja, os estados cognitivos e afetivos; e há um terceiro tipo de processo que é o de relacionar um fragmento da realidade a outro. Portanto, a oração se estrutura como uma representação, construindo um tipo de processo na experiência humana e representando a realidade de formas específicas.

A oração desempenha um papel central, porque ela incorpora um princípio geral para modelar a experiência – o princípio de que a realidade é constituída de processos. A Metafunção Ideacional é a parte da semântica que ‘controla’ e põe em ordem todas as ‘atividades’ ou processos na gramática da oração.

A linguagem na função experiencial impõe uma ordem ao fluxo dos eventos, isto é, o Sistema de Transitividade é o sistema da gramática no qual e pelo qual os falantes/autores realizam os significados experienciais, no qual e pelo qual codificam suas experiências do mundo. Portanto, além de ser um modo de ação, de dar e solicitar bens e serviços e informações, a oração também é um modo de reflexão, de impor ordem na variação e no fluxo ilimitado de acontecimentos, o que é chamado de ‘mundo ideacional’ (Halliday, 1994: xxxiv).

Os conceitos de processo, participantes do processo (animados e não-animados) e circunstâncias são categorias semânticas que explicam da forma mais geral como os fenômenos do mundo real são representados em estruturas linguísticas. Participantes são inerentes ao processo; eles originam sua ocorrência ou a medeiam. Concretamente, eles podem realizar o processo, senti-lo, recebê-lo ou serem afetados por ele, falar sobre ele, etc. As diferentes configurações de participantes são as bases para uma tipologia de tipos de processo.

Isto significa que os fenômenos de nossa experiência são construídos como unidades de significado que podem ser nivelados em hierarquias e organizados em configurações de funções (papéis) em níveis diferentes na hierarquia. Da mesma forma, as metas podem variar de abstrações intangíveis (tais como *as possibilidades*)

a realidades concretas (tais como *um livro*). É função do Sistema de Transitividade realizar essas distinções de significado.

É nesse sentido que a transitividade é um sistema e diz respeito à gramática da oração em seu aspecto ideacional, projetando traços na oração e estabelecendo relações paradigmáticas e sintagmáticas. Os predicadores representam a potencialidade de estabelecer relações em cada um dos conjuntos de relações envolvidos. Então, a especificação de classe de qualquer predicador é, na realidade, uma especificação daqueles traços das orações que determinam sua potencialidade de ocorrência. Todos os elementos que compõem a estrutura da oração estão relacionados pois fazem parte de uma rede de sistemas, onde cada elemento depende do outro, numa relação paradigmática e sintagmática.

O Sistema de Transitividade oferece uma rede de opções inter-relacionadas para representar tipos diferentes de experiência: nossa experiência do mundo material, do mundo de nossa consciência interior, do mundo de simbolização etc.

Como disse acima, o Sistema de Transitividade construirá a experiência em um pequeno conjunto de significados que diferirá de acordo com o processo em si e a natureza dos participantes envolvidos. Os processos podem ser: Materiais, Mentais, Verbais, Relacionais. Os processos são obrigatórios na maior parte das orações e tipicamente realizados por um grupo verbal. Cada tipo de processo é caracterizado por configurações de participante-processo onde as funções são particulares a cada tipo. Os participantes, na maioria das frases, são tipicamente realizados por grupos nominais. As circunstâncias são opcionais em muitos casos e tipicamente realizadas por grupos adverbiais e preposicionais.

Ao tratarmos dos processos devemos ter em mente quatro perguntas:

1. Qual é o tipo de processo?
2. Quantos participantes devem/podem estar envolvidos?
3. Que papéis os participantes devem/podem representar?
4. Que estruturas realizam as respostas a essas perguntas?

Em termos mais abstratos, cada processo é estruturado da mesma forma, sob a base de apenas uma variável. Essa variável diz respeito à fonte do processo: o que o ocasionou? O que ocasionou o processo partiu de dentro ou de fora dele? Alguns

participantes estão envolvidos no processo: o processo foi ocasionado por esses participantes ou por outra entidade?

Em síntese, cada experiência é estruturada como uma configuração semântica, onde cada processo consiste, em princípio, de três componentes:

- (i) o processo em si;
- (ii) participantes no processo;
- (iii) circunstâncias associadas com o processo.

Essa interpretação dos processos é o que reside por trás da distinção gramatical de classes de palavras em verbos, substantivos e o resto, um padrão que de alguma forma é provavelmente universal entre as línguas humanas.

Pela transitividade pode-se identificar que ações e atividades humanas são representadas no discurso e que realidade está sendo retratada, através de três componentes básicos: os participantes do discurso (os agentes ou pacientes afetados), os processos (os tipos de verbos) e as circunstâncias (locuções adjetivas ou adverbiais). Trata-se da análise de quem faz o quê a quem e em quais circunstâncias. Ao investigar o significado experiencial, estudamos a realização no nível da oração como representação.

De acordo com Halliday & Matthiessen (2004, p.170), “a experiência consiste de um fluxo de eventos ou ‘acontecimentos’” e a linguagem na função experiencial impõe uma ordem no fluxo de eventos. Esses eventos são divididos pela gramática da oração, sendo que cada um é moldado como uma ‘figura’. Em outras palavras, o sistema de transitividade “constrói o mundo da experiência em um conjunto de tipos de processos” (Halliday & Matthiessen, 2004, p.170). A oração representa a experiência através desses tipos de processos, que Halliday, inicialmente e formalmente, dividiu em “acontecer, fazer, sentir, significar e ser e tornar-se” (Halliday, 1994, p.106; Halliday & Matthiessen, 2004, p.170). “A transitividade é a gramática de processos: ações e eventos, processos materiais e relacionais. É essa parte da gramática que constitui uma teoria de ‘acontecimentos’” (Halliday & Matthiessen, 1999, p.11).

O sistema de transitividade ajuda-nos a reconhecer e codificar nossa experiência de mundo, pois compreendemos que algumas coisas funcionam como

atores que realizam diferentes tipos de ações com metas ou objetivos diferentes. Esses atos – ou processos – podem ser materiais (tais como *Pegue um livro*) ou mentais (tais como *Considere as possibilidades*).

As experiências de significado interno são as da percepção, emoção e imaginação, enquanto que as de significado externo são as de ação, identificação e reação. Esta rede de sistemas constrói um espaço semiótico contínuo, onde a linguagem é utilizada e organizada em configurações semânticas, que fornecem modelos ou esquemas para construir nossas experiências do que acontece ao nosso redor (Halliday & Matthiessen, 2004, p.172-3).

Como tipos de processos entende-se um espaço semiótico cujas regiões são contínuas, ou seja, trata-se de categorias indistintas. Esse é o princípio fundamental no qual o sistema está baseado – “o princípio do indeterminismo sistêmico” (Halliday & Matthiessen, 2004, p.173). O que o autor quer dizer com esse indeterminismo é que ele é a própria essência do mundo de nossa experiência, o qual é altamente indeterminado, razão pela qual

um e o mesmo texto pode oferecer modelos alternativos do que poderia parecer ser o mesmo domínio de experiência, construindo, por exemplo, o domínio da emoção tanto como um processo na oração ‘mental’[...] quanto como um participante na oração relacional” (Halliday, 2004, p.173).

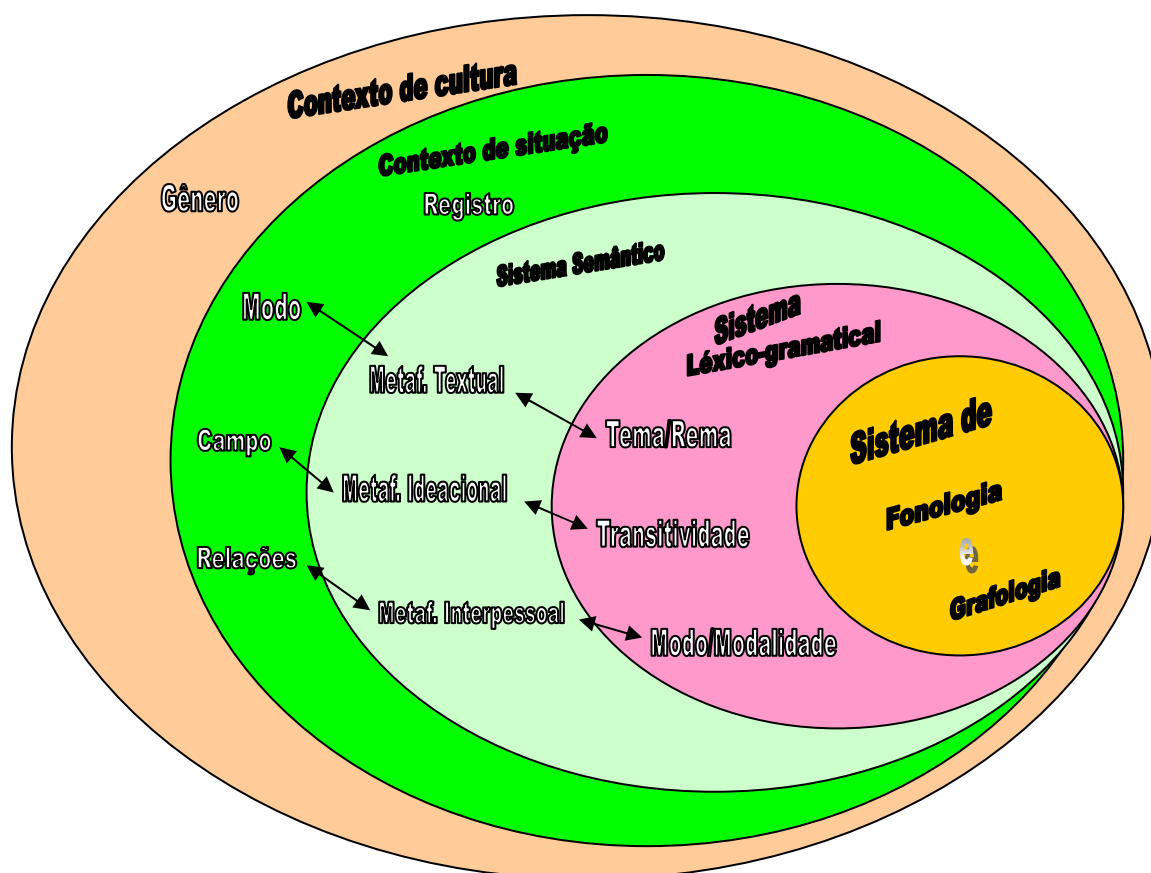
Devido a essa possibilidade de interpretação multifacetada dada pela gramática da transitividade para os diversos domínios experienciais, a gramática oferece modelos complementares para construí-los e “orações de diferentes tipos de processos contribuem distintamente para a construção da experiência no texto” (Halliday & Matthiessen, 2004, p.174). E é essa mistura de tipos de processos em um texto o que dá um determinado ‘sabor’ a ele.

Abaixo, forneço um quadro com um exemplo dos tipos de elementos e suas realizações. Em seguida, apresento a representação gráfica das convenções expostas acima sobre o Sistema Lingüístico na perspectiva da Lingüística Sistêmico-Funcional.

Quadro 12 – Exemplo de realização

O leão	perseguiu	o turista	lentamente	pelos arbustos
Participante	Processo	Participante	Circunstância	Circunstância
Grupo nominal	Grupo verbal	Grupo nominal	Grupo adverbial	Sintagma preposicional

Figura: 7 – Representação gráfica do Sistema Lingüístico



A partir dessa perspectiva, pretendo verificar as funções específicas do verbo ‘ser’ que possam ser reveladas em uma análise e descrição de suas ocorrências no discurso. Ao analisar e descrever as ocorrências do verbo ‘ser’ nos artigos jornalísticos selecionados para esta tese, levarei em conta uma combinação de senso comum e gramática: senso comum para distinguir os tipos diferentes de ‘acontecimentos’ que podem ser identificados e a gramática para confirmar que essas diferenças intuitivas estão refletidas na linguagem.

Pretendo reconhecer funções mais específicas do verbo ‘ser’ que possam revelar uma análise e descrição de um determinado fenômeno na língua portuguesa denominado pela GSF como Processos Relacionais. Este é o que será descrito com detalhes na seção seguinte, ficando os demais fora do escopo desta tese.

2.4.2.1.1

O Processo Relacional

Halliday & Matthiessen (2004, p.211-212) referem-se às orações relacionais como

prototipicamente construindo mudança ao desenvolverem-se ‘inertemente’, sem um estímulo de energia – tipicamente como um fluxo uniforme sem fases de desenvolvimento distintas (diferente do contraste nos processos materiais entre a fase inicial e a final do desenvolvimento de um processo).

O Processo Relacional é o terceiro maior tipo de processo identificado por Halliday (1994, p.119; Halliday & Matthiessen, 2004, p.210-48) – as orações relacionais. O processo relacional é aquele que usamos para identificar nossas experiências para nossos interactantes ou para conferir atributos a elas. Isto significa que classificamos o mundo utilizando processos relacionais, ou seja, relacionamos uma coisa a um atributo ou uma pessoa a um nome (uma identidade) ou a um atributo.

As orações relacionais servem para caracterizar e identificar. São, em geral, realizadas pelo verbo ‘ser’ (e ‘estar’ entre outros) no presente ou passado simples, as quais apresentam a impossibilidade de transformação para a voz passiva. A principal característica dessas orações é relacionar um Participante (doravante P) a sua identidade ou descrição, ou seja, há uma relação que é estabelecida entre duas idéias. As orações relacionais requerem dois Ps inerentes – P1 e P2 – e envolvem ‘estados de ser’ (incluindo ter).

Estas orações expressam a seguinte pergunta: que tipo de experiência está sendo construída? As orações relacionais tanto podem construir experiências externas quanto internas, modelando-as como ‘ser’ ao invés de ‘fazer’ (caso das orações materiais) ou ‘sentir’ (caso das orações mentais), através de um desdobramento do

tempo e configuradas com um processo mais seus participantes. Portanto, essas orações apresentam “uma gramática própria que se desenvolveu para servir a usos distintos no discurso” (Halliday & Matthiessen, 2004, p.211). Elas então constroem mudanças sem dispêndio de energia –

tipicamente como um fluxo sem fases distintas de desdobramento (diferentemente dos processos materiais que apresentam uma fase inicial e uma fase final do desdobramento de um processo). Dessa forma, a localização estática no espaço é construída relacionalmente – *Ela está na sala de jantar*. Mas o movimento dinâmico no espaço é construído materialmente – *Ela está andando na sala* (Halliday & Matthiessen, 2004, p.212).

As orações relacionais constroem um desdobramento através do tempo de um ato ou fato entre seres participantes, ou seja, “não somente coisas, mas também atos e fatos podem ser construídos como participantes em uma oração relacional” (Halliday & Matthiessen, 2004, p.213). É o caso de, por exemplo: *É importante que ele faça os exercícios regularmente*.

Neste caso, as orações relacionais assemelham-se às mentais e ao mesmo tempo diferenciam-se por construir as coisas, atos e fatos como “um elemento em uma relação de ser”, sendo que essas coisas, atos e fatos que são construídos como participantes são configurados com um outro participante relacional que tem de vir do mesmo domínio de ‘ser’, ou seja, que tenham a mesma propriedade semiótica que possa ser atribuída a um fato, ato ou coisa.

Nas orações relacionais, há duas partes de ‘ser’, a saber, algo é dito ser algo mais, ou seja, “uma relação de ‘ser’ é estabelecida entre duas entidades separadas” (Halliday & Matthiessen, 2004, p.213). O verbo ‘ser’ configura o processo que “cria o potencial para a construção de relações abstratas de associação de classe em todos os domínios de experiência” (Halliday & Matthiessen, 2004, p. 214).

Os processos relacionais constroem orações atributivas, semioticamente, pois atribuem filiação ou classificação a uma determinada classe ou categoria. As relações abstratas de filiações ou associações são construídas pelas orações atributivas que apresentam seus participantes – o Portador e o Atributo, pois neste caso uma entidade tem um atributo imputado a ela. As relações abstratas de identidade são construídas pelas orações identificativas.

Em orações identificativas, a entidade é utilizada para identificar outra e, geralmente, encontram-se em orações que servem para construir conhecimento, que trazem nomes técnicos, que interpretam e que evidenciam algo, principalmente da ciência ou melhor em discursos técnicos. Essas orações são importantes porque representam uma estratégia para expandir os recursos de nomeação da linguagem nos gêneros científicos e nos discursos técnicos, sendo muito utilizadas em dicionários técnicos.

Os participantes diretamente envolvidos nesse processo são: o identificado e o identificador. Esses participantes se diferenciam na estratificação semântica como característica de expressão ou conteúdo e são utilizados para identificar um ao outro, codificando ou decodificando, mas de forma estruturalmente distinta.

O terceiro tipo de processo relacional é o possessivo, que se configura pelo uso de verbos de posse como: *ter, possuir e compor*. Este processo não será detalhado pois foge ao escopo desta tese.

2.4.2.1.1.1

Os principais tipos de oração relacional

A gramática da transitividade acomoda construções sistemáticas de Processos Relacionais.

O verbo principal desse tipo de processo é o verbo ‘ser’, o qual expressa uma relação entre um substantivo (ou expressão substantiva) e um outro elemento em relação ao momento de fala por meio de desinências modo-temporais. Ele também sinaliza o primeiro elemento da relação quando está oculto ou anafórico, através das desinências número-pessoais e imprime a essa relação o traço aspecto implícito no caráter aspectual do verbo.

A função do processo relacional é a de opor a uma relação substantivo/outra elemento (substantivo, adjetivo ou advérbio e pronomes equivalentes) os traços gramaticais de aspecto (representado primariamente pelo caráter aspectual do verbo e secundariamente pelo tempo verbal), modo, número e pessoa.

Há três tipos de relações: intensiva, possessiva e circunstancial, sendo que cada uma apresenta dois modos de ser distintos – atributivo e identificativo, os quais estão dispostos como dois sistemas simultâneos na rede de Sistema de Transitividade que se cruzam definindo seis categorias de orações relacionais.

Segundo Martin (1993, p.219), “as definições são um tipo especial de oração relacional que na realidade traduzem o senso comum em conhecimento especializado”. O texto codifica a realidade em um conjunto de relações entre coisas e

o efeito da abstração na gramática de um texto é para colocar em primeiro plano as orações relacionais em detrimento das materiais e para, ao mesmo tempo, colocar em primeiro plano os grupos nominais em detrimento dos complementos oracionais.

É de se esperar, portanto, que haverá processos relacionais e um determinado número de tipos de participantes relacionais nos artigos de opinião e editoriais jornalísticos, uma vez que estes envolvem descrição de fatos, eventos, acontecimentos, assim como a interpretação dos mesmos por seus autores.

Martin (1993, p.204) aponta diferenças entre os tipos de texto e seus processos. Ele ressalta que “o senso comum, como conhecimento especializado, faz uso de grupos nominais e orações relacionais para classificar a experiência”. A gramática dos relatórios em ciência, os quais classificam e descrevem, depende mais das orações relacionais.

Vejamos um quadro ilustrativo.

Quadro 13 – Processos Relacionais.

Classes de Processos Relacionais

Tipo\modo de relações	(a) atributivo	(b) identificativo
(1) intensive	Sarah é inteligente.	Paulo é o líder. O líder é Paulo.
(2) circunstancial	A feira é no sábado.	Sábado é dia 24. 24 é amanhã.
(3) possessive	Pedro tem um piano	O piano é de Pedro.

Portador **Atributo**

Identificado **Identificador**

Característica Valor

- 1 – intensivo: ‘x é a’
- 2 – circunstancial: ‘x está *em, no, sobre* etc’
- 3 – possessivo: ‘x tem a’
- (a) atributivo: ‘a é um atributo de x’
- (b) identificativo: ‘a é a identidade de x’

Semanticamente, os verbos do processo relacional intensivo (atributivos e identificativos) expressam uma relação intensiva entre o Participante 1 (P1) e o Participante 2 (P2). A relação é intensiva porque esses verbos permitem que P2 expresse algum tipo de Atributo ou Característica que o qualifica ou identifica e essa relação se dá de tal forma que P1 serve de suporte dessa qualidade ou identidade, estabelecendo, dessa forma, uma relação intensiva. Devido a sua relação com P1, pode-se dizer também que esse elemento frásico P2 está codificado como parte do significado do verbo.

Os Processos Relacionais são os que usamos quando atribuímos uma qualidade, classificação ou descrição a um Participante. Os argumentos formam com seu verbo relacional um conjunto semântico significativo, ou seja, uma configuração ou figura de expressão significativa. O conjunto semântico expresso pela realização

dos verbos relacionais mostram valores significativos que podem ser da ordem (a) atributiva ou (b) identificativa.

Uma diferença importante entre o modo atributivo e o identificativo é que as orações identificativas são reversíveis; as atributivas não são reversíveis.¹⁹

(a) orações relacionais intensivas atributivas

Na oração atributiva do modo intensivo, “uma entidade tem alguma classe imputada ou atribuída a ela” (Halliday & Matthiessen, 2004, p.219). Estruturalmente, essa classe é chamada de Atributo e a entidade para a qual tal atributo é imputado é o Portador – o Portador do Atributo. O verbo representativo desse tipo de oração é o verbo ‘ser’ e seus dois participantes são expressos por grupos nominais em uma relação do tipo *x é a*.

Para a língua inglesa, os autores definiram quatro características que diferem as orações atributivas das identificativas. São elas:

- (i) o grupo nominal que funciona como Atributo constrói uma classe de coisas e é tipicamente definido: tem ou um adjetivo ou um substantivo comum como Núcleo e, se apropriado, um artigo indefinido. Não pode ser um nome próprio ou um pronome, uma vez que esses não constroem classes;
- (ii) o verbo lexical no grupo verbal que realiza o Processo é o da classe dos ‘atributivos’. Se o atributo for realizado por um grupo nominal com um substantivo comum como Núcleo sem um adjetivo pré-modificador, ele é, em geral, expresso como se fosse uma circunstância (com uma preposição pós-verbo);
- (iii) as orações não são reversíveis.

¹⁹ É importante lembrar que a GSF foi desenvolvida para a descrição da língua inglesa, o que significa que há especificidades dessa língua que podem não ser as mesmas da língua portuguesa, material de análise desta tese. As possíveis diferenças serão apresentadas, caso ocorram, no desenvolvimento da análise e descrição do *corpus*.

Nos tipos de orações intensivas atributivas são identificados três contrastes, a saber:

1 – especificação de filiação: a classe é especificada pela nomeação da classe em si por referência à entidade que constitui a classe. Ex.: *Ele é um arquiteto*; ou pela nomeação de um critério para a filiação à classe por referência à qualidade ou qualidades da entidade que constitui a classe, como em *Os cariocas são muito alegres*.

Atributos entidade são expressos por grupos nominais com substantivos como Núcleo – *arquiteto*; Atributos qualidade são expressos por grupos nominais com Epíteto como Núcleo – *muito alegres*. Neste caso, o substantivo está implícito, ou seja, a norma da qualidade denotada pelo Epíteto depende do contexto que poderia ser, por exemplo, a classe das pessoas alegres. Halliday & Matthiessen (2004, p.220) chamam a atenção para o fato de que há

uma variante metafórica onde o Atributo é expresso por *de + um grupo nominal* com uma nominalização como Substantivo/Núcleo. Por exemplo: [...] *suas aspirações são de crucial importância*. A versão congruente seria ... *é crucialmente importante*.

Um outro ponto interessante da abordagem é o fato de haver um número de qualidades que podem ser construídas por Processos qualitativos ao invés de Atributos qualitativos, como por exemplo: *ser importante = importar*; *ser diferente = diferenciar*, entre outros.

2 – fase de atribuição: neutra e faseada – refere-se ao desdobramento do processo de atribuição no tempo. Se o desdobramento não for especificado, ele será tratado como neutro; caso contrário, se especificado em termos de tempo, aparência ou sentido-percepção, faseado. Aqui estão incluídos os exemplos com outros verbos relacionais, diferentes de ‘ser’, como *tornar-se*, por exemplo.

3 – domínio da atribuição – as orações relacionais podem construir tanto a experiência externa quanto a interna. Logo, os dois modos de experiência estão incluídos nesses domínios de atribuição de uma oração atributiva. O contraste nos domínios de atribuição não é o entre material e mental mas entre material e semiótico, ou seja, os atributos imputados ao portador em uma oração atributiva são materiais ou

semióticos e o substantivo que serve como portador tem de ser da mesma ordem do atributo.

Por exemplo, com um Atributo como *verdade*, o Portador tem de ser uma ‘meta-coisa’ – representado por uma oração fato: *É verdade que ele saiu cedo*.

Abaixo um quadro ilustrativo dos domínios semânticos e dos Atributos correspondentes.

Quadro 14 – Domínios semânticos e Atributos correspondentes.

(adaptado de Halliday & Matthiessen, 2004, p.223)

Tipo de domínio semântico	Atributo
Emoção/atitude	triste, trágico; prazeroso, prazer; uma alegria, um alívio, extraordinariamente bom, uma boa coisa; ruim, uma coisa ruim.
Cognição/probabilidade	duvidoso, certo, provável, improvável, possível etc.
Obrigação/desejo	desejável, aceitável, apropriado, importante etc.

As orações relacionais podem apresentar também uma qualidade de *sentir* como no seguinte exemplo: *Não estou mais tão satisfeito com o que consegui, estou muito preocupado, você não está feliz de ter terminado?*, nos quais os Atributos são avaliativos na natureza. Esses exemplos mostram uma sobreposição das orações mentais e relacionais, segundo Halliday & Matthiessen (2004, p.224).

Aqui chamo a atenção para o fato de que a língua portuguesa expressa as construções acima com o verbo ‘estar’ e não com o verbo ‘ser’, fato distinto na língua inglesa que tem o verbo *to be* cumprindo os dois papéis.

A segunda figura que aparece representando a fonte ou a origem da condição mental pode aparecer como ‘fato’ com uma oração mental, mas como ‘causa’ com uma oração relacional.

As orações relacionais atributivas com Atributos desse tipo são, em geral, construídas com orações ‘fato’, como por exemplo: *É uma pena que você não sabia*.

No outro domínio de atribuição, o domínio material, há uma situação análoga à descrita acima, na qual o Atributo denota uma qualidade material equivalente ao

Processo de uma oração material. Este domínio não será descrito aqui por estar fora do escopo desta tese.

(b) orações relacionais intensivas identificativas

O principal significado expresso pelas orações relacionais intensivas identificativas é o de que “uma entidade está sendo usada para identificar uma outra” (Halliday & Matthiessen, 2004, p.227). O elemento que deve ser identificado é chamado Identificado, e o que serve como identidade é chamado Identificador.

As orações relacionais intensivas identificativas estabelecem singularidade, ou seja, o uso desse tipo de oração é importante porque ela representa uma estratégia para expandir os recursos nomeadores da linguagem, tanto no discurso diário quanto no científico.

Na perspectiva da GSF, as orações intensivas identificativas apresentam as seguintes características:

A – o grupo nominal que realiza a função de Identificador é tipicamente definido: tem um substantivo comum como Núcleo, com o artigo definido ou outro determinador ou um nome próprio ou pronome. A única forma de ter um adjetivo como Núcleo é o superlativo.

B – o verbo lexical do grupo verbal que realiza o Processo é o da classe das orações ‘equativas’. Nesta tese, trata-se do verbo ‘ser’.

C – essas orações são reversíveis, sem alteração na forma do verbo e sem marcar o participante não-Sujeito.

Nas orações identificativas, ambas as expressões referem-se à mesma entidade do mundo. Essencialmente, a identificação é uma questão de relacionar uma realização específica a uma categoria mais generalizável.

A razão pela qual os processos relacionais intensivos identificativos têm uma variável adicional relacionada às funções dos participantes é devido ao fato de que esses processos não somente têm uma entidade que identifica um ao outro, mas o que o Identificador identifica pode ser tanto uma Característica pela qual é representado (direção decodificadora) ou um Valor que ele representa (codificador).

É importante dar conta da direcionalidade codificadora, da voz do processo intensivo identificativo e também de sua direcionalidade simbólica. Esta diz respeito a ir do menos abstrato para o mais abstrato simbólico, ou seja, da Característica/Identificado para o Valor/Identificador (neste caso, identificativo & intensivo: ativo & decodificador), ou do mais para o menos abstrato simbólico, isto é, Valor/Identificado para Característica/Identificador (neste caso, identificativo & intensivo: passivo & codificador).

Embora, segundo a GSF, as orações do tipo acima possam ser classificadas como Processos Relacionais Intensivos Identificativos, Halliday sugere que as orações Relacionais Intensivas Identificativas e as orações Relacionais Intensivas Atributivas sejam vistas como algo mais contínuo, ou seja, “como um *continuum* no *continuum* geral dos tipos de processo”, acrescentando que

o tipo de oração identificativa onde o Identificador é o Valor (isto é, a identidade é dada pela função [neste caso a de Sujeito]) é intermediária entre a atributiva e o outro tipo de identificativa, aquela onde o Identificador é a Característica (a identidade é dada pela forma) (Halliday & Matthiessen, 2004, p.236).

Uma diferença entre atribuição e identificação levantada por Halliday & Matthiessen (2004, p.236) é a de que, na ‘atribuição’, um participante tem um “atributo, [...], ele é indicado a uma classe”, ou seja, embora os dois elementos da relação, o atributo e a entidade que o ‘carrega’, difiram na generalidade (um inclui o outro), os dois estão no mesmo nível de abstração. Nas orações identificativas “ambas as expressões referem-se à mesma entidade do mundo real” (Thompson, 2004, p.97), mas trata-se da questão da relação entre uma realização específica e uma categoria mais generalizável. Com Halliday corrobora Thompson (2004, p.100) ao afirmar que

há casos em que pode ser muito difícil distinguir os dois tipos [identificativo e atributivo] [...] (mantendo em mente que haverá uns poucos casos indeterminados que poderiam bem ser analisados igualmente como ambos os tipos).

É interessante observar que a sugestão de Halliday parece deixar entrever também uma possível dificuldade que, muitas vezes, apresenta-se de se distinguir uma oração identificativa de uma atributiva. Por vezes, embora algumas orações

apresentem as características estruturais das orações Relacionais Intensivas Identificativas, o contexto nos leva a entendê-las como atributivas.

Um outro fator que chama a atenção é a diferença vista por Thompson (2004, p.98) entre os papéis de Identificado e Identificador daqueles de Valor e Característica que para Halliday são usados para nomear os mesmos participantes. Para Thompson (2004, p.120),

Valor e Característica dependem de propriedades semânticas pré-existentes das duas formas de referir-se à entidade: a forma que é mais generalizada é o Valor, enquanto a incorporação mais específica é a Característica.

Já Identificado e Identificador, por outro lado, dependem do desenvolvimento do evento lingüístico, mostrando como um determinado texto está se desenvolvendo, ou seja,

o Identificador está sendo tipicamente mencionado pela primeira vez. O Identificado, por outro lado, é tipicamente um participante que já foi mencionado ou cuja existência é presumida (Thompson, 2004, p.120).

A classificação dos participantes de orações Relacionais Intensivas Identificativas em papéis de Identificado e Identificador e Característica e Valor é uma das mais complexas, pois embora usadas para nomear os mesmos participantes, como exposto acima, elas apresentam perspectivas diferentes. Nas palavras de Halliday & Matthiessen (2004, p.234),

a estrutura de Característica-Valor é provavelmente a mais difícil de se chegar a uma conclusão no sistema de transitividade total. É também, certamente, a mais importante, pois ela tende a dominar em determinados registros de grande valorização (tais como o discurso científico, comercial, político e burocrático), onde os significados que estão sendo construídos são inerentemente simbólicos.

(c) orações possessivas

Nas orações possessivas, a relação entre os dois participantes é a de posse, isto é, “uma entidade possui uma outra” (Halliday & Matthiessen, 2004, p. 244-245). Essa posse pode ser em termos de uma relação de parte com o todo, como é o caso da posse de partes do corpo, conteúdo, envolvimento etc., assim como posse de idéias. Nas palavras de Halliday & Matthiessen (2004, p.245), “a posse deve ser interpretada

de forma muito abrangente, no sentido de ‘expansão’: uma entidade é construída como sendo expandida por uma outra”.

Essas orações podem ser construídas no modo ‘atributivo’ e no modo ‘identificativo’. No modo atributivo, as orações possessivas podem ser construídas ainda como ‘atributo’, por exemplo, *O piano é de Pedro*, ou como processo, por exemplo, *Pedro tem um piano, O piano pertence ao Pedro*.

Se a relação for construída como o Atributo, a coisa possuída é o Portador e o possuidor é o Atributo. Essas orações assemelham-se às orações identificativas, pois a coisa possuída tanto pode ser analisada como um membro da classe das possessões de um possuidor e, neste caso, seria atributiva, quanto como pertencendo ao possuidor e, neste caso, seria identificativa.

No modo ‘identificativo’, “a posse toma a forma de uma relação entre duas entidades”. Aqui, a relação também é organizada de duas formas:

- a) como um traço dos participantes, estes incorporam a noção de posse, significando propriedade do possuidor: *O piano é de Pedro*. Neste caso, a relação é de identidade, pois tanto o ‘piano’ quanto ‘de Pedro’ expressam ‘aquilo que Pedro possui’. A Característica é ‘o piano’ e o Valor é ‘de Pedro’;
- b) como processo, a posse é codificada como um processo, tipicamente realizada pelo verbo ‘possuir’.

As características das orações possessivas construídas como processo não serão resumidas aqui por não terem relação com a questão desta tese.

Cabe chamar a atenção para o fato de que Halliday & Matthiessen (2004, p.246) usam o mesmo exemplo *O piano é de Pedro* tanto como Atributivo quanto Identificativo.

2.5

As relações lógico-semânticas

Halliday & Matthiessen (2004, p.367-369) explica a formação dos complexos oracionais como relações que se manifestam da mesma forma semântica (através da expansão e da projeção) que as circunstâncias no sistema de transitividade da oração,

sendo que, nas configurações de processo + participantes, “os elementos circunstanciais são parte da organização ‘configuracional’ da oração” (Halliday & Matthiessen, 2004, p.369), por exemplo *Todos os dias, ela reza com toda a sua fé*. O elemento circunstancial *com toda a sua fé* não constrói uma figura, não representa uma proposição/proposta, nem apresenta uma mensagem.

Já a projeção e a expansão, ao se manifestarem como relações lógico-semânticas, unem orações, formando complexos oracionais e têm o completo potencial gramatical experiencial, interpessoal e textual de uma oração. Dito de outra forma, a projeção e a expansão são orações no complexo oracional, formando parte de uma cadeia.

A oração pode, então, ser aumentada internamente, por meio de um elemento circunstancial ou externamente por meio de uma outra oração, ficando a decisão no âmbito de quanto “‘peso’ semiótico textual, interpessoal e experiencial deve ser atribuído à unidade” (Halliday & Matthiessen, 2004, p.369).

A relação entre as orações é, então, realizada em termos do componente ‘lógico’ da Metafunção Ideacional do sistema linguístico: as relações semântico-funcionais que constituem a lógica da linguagem (Halliday & Matthiessen, 2004, p.472). Essas orações apresentam “especificamente uma relação inter-oracional – ou melhor, uma relação entre processos expressos na gramática como um complexo de orações” (Halliday, 1994, p.194-5; p.216; Halliday & Matthiessen, 2004, p.331-485).

Uma das relações envolvidas nos complexos oracionais analisados nesta tese é a do tipo encaixada (representada por [[]]), na qual uma das orações funciona como um constituinte *na* estrutura de um grupo oracional (Halliday & Matthiessen, 2004, p.426). O encaixamento é uma “mudança de nível”, ou seja, a oração é um participante. Para Halliday, “a categoria de *encaixamento* compreende, além das orações que funcionam como pós-modificadores, apenas aquelas denominadas atos e fatos” (Braga, 2001, p.26). Essa oração encaixada pode projetar atos ou fatos, os quais são, no nível da gramática da transitividade, o segundo participante de um processo que representa fenômenos encaixados.

O tipo de projeção que interessa aqui é a oração *Fato*. O ambiente típico para uma oração *Fato* é uma oração de processo ‘relacional’ do tipo ‘intensivo’, atributivo

ou identificativo. As orações *Fato* são orações encaixadas, normalmente finitas e iniciadas pela conjunção *que*, que surgem com processos relacionais, agindo como se fossem nomes. Em português, essas orações são as que classificamos de oração subordinada substantiva subjetiva, reduzidas ou não.

A construção de estruturas projetadas como as acima são importantes para ajudar a compreender o ponto de vista dos autores dos artigos opinativos e editoriais, pois uma proposição como um *Fato* é entendida como uma forma de realização de modalidade explícita objetiva.

Tendo exposto os principais conceitos relativos à teoria que fundamenta esta tese, passo, no capítulo seguinte, a descrever a metodologia da pesquisa.